

**Lyndon de Araújo Santos
Marcus Vinicius de Abreu Baccega
Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus
(Organizadores)**

O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil

São Luís



EDUFMA

**Lyndon de Araújo Santos
Marcus Vinicius de Abreu Baccega
Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus
(Organizadores)**

O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil

São Luís



EDUFMA

2021



Universidade Federal do Maranhão

Reitor *Prof. Dr. Natalino Salgado Filho*

Vice-Reitor *Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos*



EDUFMA

Editora da UFMA

Diretor *Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira*

Conselho Editorial

Prof. Dr. Luís Henrique Serra

Prof. Dr. Elídio Armando Expósito Guarçoni

Prof. Dr. André da Silva Freires

Prof. Dr. Jadir Machado Lessa

Prof.^a. Dra. Diana Rocha da Silva

Prof.^a. Dra. Gisélia Brito dos Santos

Prof. Dr. Marcus Túlio Borowski Lavarda

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães

Prof.^a. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues

Prof. Dr. João Batista Garcia

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas

Bibliotecária Suênia Oliveira Mendes

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Os textos desta coletânea de artigos são de responsabilidade dos(as) respectivos(as) autores(as) não refletem necessariamente a linha programática e ideológica dos organizadores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Copyright © 2021 by EDUFMA

Capa Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus

Projeto Gráfico *Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus*

Revisão *Lyndon de Araújo Santos*

O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil [recurso eletrônico] / Lyndon de Araújo Santos, Marcus Vinícius de Abreu Baccega, Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus (organizadores). — São Luís: EDUFMA, 2021.

133 p.: il.

Modo de acesso: World Wide Web

<www.edufma.ufma.br>

ISBN: 978-65-89823-16-2

1. Política - Brasil. 2. Golpe de 2016. 3. Democracia - Brasil. 4. Justiça. I. Santos, Lyndon de Araújo. II. Baccega, Marcus Vinícius de Abreu. III. Mateus, Yuri Givago Alhadeff Sampaio.

CDD 320.981

CDU 32(81)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Marcia Cristina da Cruz
Pereira CRB 13 / 418

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | Editora da UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil Telefone: (98) 3272-8157 www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO: O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil..06

Joana A Coutinho

APRESENTAÇÃO.....09

Lyndon de Araújo Santos

Marcus Vinicius de Abreu Baccega

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus

PRÓLOGO: O GOLPE E AS HISTÓRIAS
CONECTADAS.....13

Alirio Cardoso

O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA DEMOCRACIA NO
BRASIL: o caráter parcial do processo e a repercussão em mídias
sociais.....15

André Rodrigues de Freitas

O GOLPE DE 2016: Um jogo de cartas marcadas.....27

Ariani de Oliveira Lima

FOI UM GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA!.....36

Berenice Gomes da Silva

O GOLPE DE 2016: o impeachment de Dilma Rousseff no jornal *O
Imparcial*.....47

Carlos Victor de Sousa Ferreira

A “NOVA CLASSE MÉDIA” APOIA O GOLPE:
autossabotagem.....60

Glória Maria Calisto Cunha

O JORNAL PEQUENO E OS GOLPES DE 1964 E 2016.....67

Jefferson Maciel Lira

A REPÚBLICA TUTELADA.....78

John Kennedy Ferreira

NEM TODA LEGALIDADE É JUSTA, NEM TODO ESTADO É DE DIREITO DEMOCRÁTICO: o golpe da justiça iníqua, parcial e arbitrária.....91

Nila Michele Bastos Santos

A MÍDIA E OS GOLPES: 1964 e 2016 pontos convergentes.....100

Priscilla Pereira da Costa

A TRAGÉDIA E A FARSA: algumas considerações sobre os golpes de Estado de 1964 e 2016.....111

Teresa Cristina Freitas Oliveira

O OCASO DO JURÍDICO E A PREDOMINÂNCIA DO POLÍTICO: a presunção de inocência no caso Lula.....123

Yann Victor Maia Santos

PREFÁCIO

O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil

Joana A Coutinho¹

O ano de 2016, não foi um ano fácil para os brasileiros, ou pelo menos para aqueles que estão no campo progressista, todos os democratas. Digamos, que seja o ano que o inferno astral se instalou e nos custa sair dele. Na verdade, começa em 2014, com a reeleição para presidente de Dilma Rousseff. Venceu nas urnas, depois de um período conturbado de movimentos na rua, que a princípio contra o aumento de passagens, em São Paulo, abriga também atos contra o governo. O que demonstrou uma incapacidade enorme do governo de Dilma Rousseff em dialogar, pelo menos com parte dessas manifestações. Mas, o “povo” lhe deu crédito e foi conduzida, novamente, ao Palácio. O que se pergunta é por quê a presidente eleita começou a implementar o programa do derrotado nas urnas, o candidato do PSDB, Aécio Neves? O candidato derrotado ameaça, em cadeia nacional, que não deixará a presidente eleita governar. Começa o calvário! Este processo só pode ser compreendido por duas perspectivas. A primeira é a crise estrutural do capitalismo, global, e, a necessidade de ter governos que coloquem na pauta do dia, as reformas ultraliberais, necessárias para o capital. Como em todos os estágios do imperialismo, “os principais instrumentos dessas relações internacionais de poder, além da violência econômica direta, são a corrupção, a subversão e a guerra. E o principal instrumento político é sempre a instalação de um governo local pró-imperialista. A colaboração das elites do país dominado é fundamental” (...) (DÚMENIL; LÉVY, 2014, p. 19). O golpe era necessário, para implementar a agenda ultraneoliberal, o que os governos do PT não poderiam levar a cabo. Mas, podemos nos perguntar, por quê, a tal esperada reação popular, não aconteceu? As respostas nem sempre são simples, para questões que aparentemente são. Aventamos aqui, que o fato de não ter existido durante os governos do PT, uma grande formação política das massas, quando o imperialismo

¹ Professora de Ciência Política na UFMA, coordenadora do Grupo de Estudos de Hegemonia e Lutas na América Latina.

investe pesado, no Golpe, via “impeachment” e o crescente desemprego de uma parte significativa dos trabalhadores, não teve a defesa necessária de um governo, que com todos os limites, garantiria alguns direitos conquistados na redemocratização do país, como o SUS e a educação pública. O “impeachment” foi um show de horrores! Os votos para o impedimento, eram os mais vis: pela família, pelo pai, pela mãe, pelos filhos. Um sobretudo, vale a pena destacar, o do atual presidente da República, o Sr. Jair Messias Bolsonaro” Nesse dia de glória para o povo tem um homem que entrará para a história. Parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964 e agora em 2016. Pela família e inocência das crianças que o PT nunca respeitou, contra o comunismo, o Foro de São Paulo e em memória do coronel Brilhante Ustra, o meu voto é sim." Sim, é isto mesmo, nas eleições de 2018, com muitas notícias falsas, as chamadas “fake News”, o candidato que fez apologia a tortura, que demonstrou todo seu racismo, xenofobia e anticomunismo, foi eleito. Mas voltamos ao cenário de 2016. Quais as semelhanças com o Golpe de 1964? Quem busca a justificativa para alcinhar o aconteceu em 2016 de Golpe a presença de tanques nas ruas, não vai encontrar. É a nova tecnologia dos golpes na América Latina. Passa pelo parlamento, pelo judiciário e no nosso caso, pela Suprema Corte. Foi assim, o golpe contra o Fernando Lugo (presidente do Paraguai) e também contra Manuel Zelaya, em Honduras. No caso brasileiro, a agenda urgente do imperialismo e da burguesia nacional—aliada e subjugada a burguesia internacional—, precisava de um governo que seguisse a agenda, sem pestanejar, sem fazer as exceções, que a memória e história do PT, os obrigavam a fazer (ampliação das universidades, uma postura menos servil em relação ao imperialismo). Supõe-se que a herança escravocrata, com uma classe dominante (dominada), nas palavras de Jessé de Sousa, a “elite do atraso”, é que podemos entender a avalanche de manifestações pequenas, mas ruidosas, com frases desde: Dilma é feia, até “devolva, meu dólar a 1,90” — curiosamente, o dólar está quase, 5,00 reais e não vemos manifestações— ; ou o “Brasil, não será uma nova Cuba”. No meio deste emaranhado de desinformações que crescem na classe média, principalmente, o ódio pelo PT, alimentado diuturnamente pelos meios de comunicação. Desafortunadamente, houve Golpe, com

roupagem de “impeachment”, sem crimes [como ficou demonstrado]. Como forma de protesto, curso sobre o Golpe foi organizado, por um professor de Ciência Política, na Universidade de Brasília, o que causou imediata resposta dos conservadores de plantão. A reação foi a organização de cursos em várias universidades com o mesmo título ou pequenas variações. Este livro, é o resultado de um deles. O que fica patente, é que ainda “resta muito da ditadura de 1964” na sociedade brasileira, ou como diria, Florestan Fernandes, as instituições, na América Latina, mantêm resquícios de fascismo que devemos combater com todas as nossas forças. As eleições de 2018, são uma mostra desse quadro que se instalou no país, desde o Golpe de 2016. O futuro da democracia, vai depender da reação de todos os democratas-republicanos, que juntarem as forças para derrotar o fascismo que cresce — na sua versão tupiniquim—, na sociedade brasileira.

APRESENTAÇÃO

Lyndon de Araújo Santos¹

Marcus Vinicius de Abreu Baccega²

Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus³

No primeiro semestre de 2018, o PPGHIS-UFMA, por decisão de sua coordenação e do seu colegiado, decidiu oferecer a disciplina com carga horária de 30h/a intitulada *O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil*, sob a coordenação dos Profs. Drs. Lyndon de Araújo Santos e Marcus Vinicius Baccega. Foram convidados docentes do próprio Programa e de outros Programas, Departamentos e instituições de ensino no estado, que prontamente atenderam à solicitação. A proposta resultou numa composição de temas que foram explorados em aulas expositivas quinzenais:

1. “De golpe em golpe: Uma (re)leitura histórica comparativa de 1964 e de 2016”. Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos (PPGHIS-UFMA).
2. “O golpe e a investida imperialista na América Latina”. Profa. Dra. Joana Coutinho (DESOC-UFMA).
3. “A virtude e os vícios: Justiça, Direito, e o caso Dilma Rousseff”. Prof. Dr. Marcus Vinicius Baccega (PPGHIS-UFMA).
4. "Lulismo e des/mobilização social". Profa. Arleth Borges (PPGCSOC-UFMA).
5. “O golpe e a desconstrução da regulação do mercado de trabalho”. Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (PPGCSOC-UFMA).
6. “Do conceito de fascismo ao termo *golpe*: uma análise conceitual e histórica”. Prof. Dr. Adroaldo José Silva Almeida (IFMA/Campus São Luís – Maracanã).

¹ Professor do Departamento de História (UFMA).

² Professor do Departamento de História (UFMA).

³ Doutorando em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da UFMA.

7. Aspectos midiáticos e culturais na construção do Golpe de 2016. Profa. Dra. Leticia Cardoso (DECOM). “A República Tutelada”. Prof. Dr. John Kennedy (DESOC).

A disciplina teve, portanto, um caráter interdisciplinar desde as ciências humanas e sociais, analisando, sob múltiplos olhares o impeachment da Presidenta Dilma Roussef no ano de 2016, que definiria os rumos posteriores da vida política no país. As questões de fundo das discussões tiveram como foco o sistema político brasileiro, as condições e os limites do estado de direito, a democracia e os conflitos sociais, culturais, trabalhistas e jurídicos do Brasil daquele momento. Os seus objetivos foram:

1. Analisar o sistema político brasileiro nas últimas décadas, o governo do PT e o *lulismo*.
2. Analisar a conjuntura da deposição da presidente Dilma Roussef, a ruptura democrática de 2016 e a crise do atual governo com os retrocessos nos direitos e nas liberdades civis.
3. Discutir questões e conflitos sociais, culturais, trabalhistas e jurídicos do Brasil atual.
4. Avaliar os horizontes de resistência popular, do restabelecimento do Estado de Direito e da democracia.

O contexto vivido pelo país e pelas universidades públicas em março de 2018 era o do governo suspeitamente *golpista* de Michel Temer, que levou o Brasil a um desordenamento político, econômico, jurídico e institucional constatado em nossos dias. A motivação para a oferta da disciplina adveio da comoção e da solidariedade causada ante a reação de ameaça do então ministro da educação para com a disciplina de mesmo título ofertada pelo Prof. Dr. Luís Felipe Miguel no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UnB. Foram cerca de trinta e quatro unidades de ensino superior federal em todo o país, pelo menos, que ofereceram cursos, disciplinas, palestras e debates com a mesma temática, contando com significativas assistências, pulverizando uma discussão de momento e estabelecendo uma narrativa crítica acerca do impeachment. Deste modo, o PPGHIS associou-se a

um movimento nacional de mobilização suscitado pela atitude de censura e de vigilância tomada pelo ministro que antecipava o que viria ocorrer na sociedade após as eleições presidenciais daquele ano.

Imediatamente à ruptura e quebra da ordem democrática de 2016, um grupo de renomados historiadores publicou um texto intitulado “Historiadores pela Democracia – Por um Brasil de Direitos” em que seus testemunhos e abordagens caracterizaram o conjunto de acontecimentos como sendo mais um *golpe* em nossa história política. No exercício de uma *história do presente* identificaram as forças, os discursos, os interesses e as estratégias não explícitas, mas encobertas nas tramas dos eventos. Daí que a preocupação, análise e engajamento de historiadores e cientistas sociais tem sido constantes no debate acerca da ruptura de 2016.

Este movimento dentro e fora das universidades situou-se numa dupla disputa que se estendeu e ainda se estende em torno da *narrativa* e da *memória*. Por um lado, a narrativa histórica insere-se num conflito de sentidos e de interpretações do que foi o ano de 2016. Por outro, de quem será a memória a ser atribuída como vitoriosa ou triunfante? A memória dos perseguidos políticos, dos trabalhadores, das mulheres, dos escravos nas senzalas e dos quilombos, dos indígenas, ou a memória dos que sobre estes constituíram o seu domínio, controle e repressão? Narrativa e memória, portanto, se entrelaçam a partir das escolhas que fazemos, no olhar que temos, nos valores que acolhemos e nas expectativas que nutrimos. E estas dimensões são *políticas*, pois estão presentes nas ações e na linguagem a ser consagrada como consenso da interpretação dos acontecimentos.

Ademais, em nossa história republicana e como prática recorrente de uma cultura política por parte das elites e das classes dirigentes, foi possível apontar e identificar as relações de similaridades e de diferenças entre os golpes de 1964 e de 2016. As rupturas (golpes) de 1964 e de 2016 guardam relações que ultrapassam uma simples e superficial comparação entre estes acontecimentos. É possível identificar lógicas e os mecanismos que persistem nas práticas políticas e culturais.

Por fim, como parte final da disciplina, os cerca de 50 alunos, ouvintes e participantes inscritos foram desafiados a

produzir um artigo abordando aspectos de seus interesses e pesquisa, o que resultou na presente publicação no formato de *e-book*. Embora tardia em relação ao período da sua ministração, a publicação dos artigos registra tanto aquele contexto como a relevância dos textos produzidos, diante do atual cenário que vivemos de retrocessos políticos e culturais. Um dos desdobramentos advindos do golpe de 2016 foi a ascensão de um governo de ultra-direita com feições próximas ao fascismo, a subtração de direitos trabalhistas, a violação aos direitos humanos, o desrespeito e a agressão ao meio ambiente, o crescimento da intolerância religiosa e a própria ameaça à democracia e ao estado de direito.

PRÓLOGO: O GOLPE E AS HISTÓRIAS CONECTADAS

Alirio Cardoso

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em “História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes” (PPGHIS-UFMA).
São Luís, 16 de março de 2021 (em trabalho remoto)

Era 31 de agosto de 2016. A data e seus significados certamente terão seu lugar na História e na memória coletiva do país. Naquele dia, o Senado Federal aprovava o impeachment de Dilma Rousseff, a partir de argumentos jurídicos constrangedoramente precários, arranjos conspiratórios, traições de última hora e acusações genéricas, tudo transmitido em tempo real, como um melancólico reality show. Avancemos no tempo. Março de 2021. Enquanto escrevo essas poucas linhas, o Brasil se aproxima de forma célere das 300 mil mortes por COVID-19! Muitas dessas vidas perdidas em função do descaso criminoso, para dizer o mínimo, de um governo que foi herdeiro de uma cadeia de eventos que teve sua gênese naquele dia 31 de agosto. Lava Jato e Impeachment foram processos interconectados que alimentaram a antipolítica, que, no limite, resultou no Governo Bolsonaro.

O livro que o leitor agora tem em mãos, ou visualizado em algum aparelho eletrônico, é o resultado de um esforço coletivo de alunos e docentes, a maior parte, vinculados ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS). O objetivo da obra não é fornecer ao leitor uma interpretação inédita dos fatos ou dos processos ocorridos, mas discutir, com método, alguns aspectos ainda pouco explorados: o Golpe segundo História Social da mídia, História Política, História do Direito, História das Religiões. É possível que a dimensão mais verossímil dos eventos de 2016 só possa ser atingida pelo incessante trabalho coletivo. No final das contas, o Golpe pode ser interpretado a partir de premissas de uma Connected History, formado por fluxos e refluxos de movimentos, pessoas e ideias, eixo a partir do qual os historiadores e cientistas sociais poderão traçar a genealogia da nossa própria elite, sua formação peculiar e vicissitudes, na comparação com outras partes do mundo, especialmente com o

restante da América Latina. Uma tragédia para o processo democrático brasileiro, sem dúvida, mas merecedor do nossos melhores esforços para saber como chegamos a isso.

Este livro também desafia um campo movediço para o Historiador, qual seja, produzir conhecimento sobre acontecimentos tão recentes, frescos na memória. Sem dúvida são lembranças pessoais. O que cada um e cada uma faziam durante as constrangedoras sessões da Câmara ou do Senado? Como isso impactava nas nossas vidas cotidianas? Ou nas nossas relações pessoais? Não negamos níveis de subjetividade nesse ofício. Entretanto, a História, nos últimos anos, tem dado respostas metodológicas satisfatórias para o estudo da História do Tempo Presente, ou da chamada História Imediata. Precisamos lembrar sempre que esta é uma disciplina fortemente empírica, em que a renovação cobra seu preço a cada geração, ou, mesmo, a cada visita às fontes. Desta forma, há inegável método e profissionalismo nas páginas desta obra.

Os autores têm a formação apropriada e o discernimento na altura do desafio. Trata-se de um conjunto precioso de artigos escritos por acadêmicos da Universidade Federal do Maranhão, a maioria ainda na labuta de suas próprias pesquisas, de mestrado e doutorado, processo de construção do conhecimento, oxigenado pela juventude. Ironicamente, essa é uma geração que deve muito, direta ou indiretamente, a políticas de expansão da Universidade Pública. Com efeito, a partir dos anos 2000 houve uma circulação inédita de pesquisadores brasileiros pelo mundo, em intercâmbios motivados pela existência de acordos internacionais entre instituições, projetos, bolsas transnacionais e pesquisas de naturezas transversais. O trabalho do historiador, a partir desse momento, tornar-se-ia cada vez mais coletivo e plural, mais consciente do que faziam os colegas. O Brasil e o Maranhão participam fortemente dessa tendência. Portanto, essa é uma geração apropriada para tratar do Golpe de 2016 em termos de História Conectada e de História Global. Não há dúvidas de que outras histórias sobre o Golpe surgirão com o tempo. A obra que oferecemos ao leitor é, tão somente, um convite à reflexão sobre as nossas próprias raízes: conservadoras, escravistas, racistas, senhoriais, fórmulas bradadas naqueles tristes votos proferidos na Câmara dos Deputados...

O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: o caráter parcial do processo e a repercussão em mídias sociais

André Rodrigues de
Freitas¹

Introdução

O *impeachment*, aqui *afirmado* como golpe de estado, tem um processo iniciado no ano de 2015, após fatores determinantes na atuação de Dilma Vana Rousseff como presidente, em relação à política econômica, principalmente quanto aos bancos, com um discurso firme que a coloca em notória discordância da classe econômica, dando suporte ao surgimento de um *inimigo* de todo o processo: as mídias sociais e a imprensa *informal*. As ‘pedaladas fiscais’ tomam a forma legal como uso abusivo de poder da então chefe do poder executivo brasileiro, levando o país a um novo processo de *impeachment*, onde fica claro o poderio da distorção dos fatos e a publicidade meramente exposta, e atenuada, para *desestabilidade* e *construção* de uma *crise midiática* (BENTES, 2016).

Fazendo uso do artigo de Ivana Bentes (BENTES, 2016), fica exposto fatores que depõem contra o processo do *impeachment* e aqueles que viabilizaram a crise, dita pela autora como *construída*, ou ainda:

“A operação jurídico-midiática que viabilizou o impeachment também explicitou um fato sabido: o negócio da mídia brasileira não é jornalismo e nem notícias, é construção de crise, instabilidade e ‘normalidade’. É o que podemos chamar também de *novelização* das notícias e uma tentativa exaustiva de ‘*direção de realidade*” (BENTES, 2016).

¹ Pós-Graduando no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – CCSO/UFMA; Aluno Especial do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História – PPGHIS/UFMA. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo – UniCEUMA (2015). arquiteto.arfreitas@gmail.com

É importante notar que todo o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) teve repressões por parte, principalmente, da classe empresarial e de setores privados que demandam setores privados no país, ou com BENTES deixa claro, todo o envolvimento midiático tinha o propósito de deposição do *partido da presidente*, e não somente o *impeachment* de um chefe de estado descumpridora de suas obrigações.

A manipulação da informação e o domínio midiático fica demonstrado no surgimento dos protestos, ainda antes do processo do *impeachment*, em junho de 2013, como cita bem SOUZA (2016, p. 87) no enquadramento produzido pela Rede Globo. Da tarifa de ônibus, no movimento pelo passe livre (MPL), vindo à tona o Proposta de Emenda Constitucional nº 37, ou PEC 37, o movimento em São Paulo passa de *tumulto* para *expressão democrática* em apenas uma semana². Nesse ponto o jornalismo, e as mídias, já promoviam referências, por exemplo, ao movimento das *‘diretas já’*, e tomavam as redes sociais com apoio de artistas pelo mundo.

Dilma se mostrava confusa, em um cenário que parecia favorável até aquela data, com altos índices de aprovação, seguido de protestos guiados, que nascem no junho de 2013 e acompanham-na até agosto de 2016. É necessário remeter aos mandatos do *ex-Presidente* Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), uma postura conservadora (*linear*), sem grandes quebras com as políticas dos governos anteriores, apesar de serem notórios os investimentos de caráter social, que o tornam popular entre as massas, bem como ações *desenvolvimentistas* remetidas a governos como os de Getúlio Vargas (1930-1945) e Juscelino Kubitschek (1956-1961), diferente da postura empregada por Dilma Rousseff, levando-a à figura de *‘irritadiça, autoritária e confusa’* (BENTES, 2016).

O governo Lula³, assim como o governo Vargas são popularmente conhecidos como *‘eras’*, portanto, o envolvimento

² A primeira citação pelo Jornal Nacional foi no dia 10 de junho figurando negativamente o MPL, em 17 de junho, estampava o JN com legendas de expressão democrática (SOUZA, 2016, p. 87-90).

³ A Fundação Getúlio Vargas (FGV) toma o conceito de *Era* para o governo Lula. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2010/02/11/era-lula-foi-a-melhor-fase-da-economia-brasileira-dos-ultimos-30-anos-diz-fgv.htm>, acesso em 17 de janeiro de 2019.

de Lula nos mandatos de Dilma Rousseff não tomam somente aspecto figurativo, mas um personagem ativo, que demanda dentre outros, o que muitos chamam de *lulismo*⁴ (SINGER, 2009).

No panorama histórico recente, temos então uma exposição internacional, onde a esquerda vence as eleições e tem-se na figura do presidente Lula um movimento ao qual a então direita, liderada por partidos políticos dominantes no Brasil, como o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, não esperava. A visibilidade que acompanha Lula garante a vitória de Dilma Rousseff em sua investida como candidata à presidência em 2010, ainda que seja também vista de maneira duvidosa pelos especialistas em política.

Em seu primeiro mandato, figurava a tal dependência na imagem de Lula da Silva, onde o segundo mandato passava apenas como transitório ao retorno de Lula à presidência em 2018, o que não foi possível graças às projeções estabelecidas em movimentos que também são remetidos às mídias sociais e à *imprensa partidária* (parcial).

Dilma Vana Rousseff com uma longa história política, sofre suscetíveis ataques, não somente quanto à sua atuação como presidente, e apesar do levante de apoio, na Câmara, é estabelecido o aceite do processo de *impeachment* no dia 2 de dezembro de 2015 pelo então presidente o Deputado Eduardo Cunha (PMDB), seguindo o trâmite no Senado e destituída da presidência, no dia 31 de agosto de 2016, por *61 votos* a favor e *20 contra*⁵.

Durante o processo fica deflagrado a *sátira* que o *impeachment* representa, tanto internamente, na Câmara e no Senado, como nas ruas do país nos movimentos apoiados pela mídia e imprensa conservadora. Em uma Câmara presidida por um indiciado pela Lava-Jato, um Senado tomado por desavenças históricas, com figuras como Collor e Sarney, Dilma Rousseff, não a mãe, nem a combatente, mas a figura presidencialável torna-

⁴ Toma-se os artigos de André Singer, com o tema ‘golpe’, para enfatizar aspectos de parcialidade e *pré-existência* de *ruptura* com a *ideologia* dos mandatos de Lula e Dilma, principalmente quanto à forma do *lulismo*.

⁵ O trajeto do impeachment é titulado como: Dilma Rousseff, a primeira mulher na Presidência do Brasil. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/dilma-rousseff-primeira-mulher-na-presidencia-do-brasil-9385716>, acesso em 17 de janeiro de 2019.

se alvo de publicações, formais e informais, em rede, tomando de forma vergonhosa o *impeachment* da Chefe de Estado (ver *figura 1-A e 1-B*).

Figura 1: (A) Baldy (Dep. Alexandre Baldy) vibra com cartaz e debocha de momento histórico do Brasil. (B) Antes de sair de Brasília.



Fonte: (A) Portal Goiás Real; (B) Portal Kibe Loco.

Diante do histórico brasileiro, de seu estado de governo, dos acontecimentos durante o processo de *impeachment* e o futuro da democracia no Brasil, este artigo analisa a função das mídias sociais e a relevância do aspecto analítico impregnado à imprensa, em publicações, postagens (*posts*), charges e demais veiculações que contribuíram para o desfecho de deposição da Presidenta Dilma Rousseff, primeira presidente mulher do Brasil, eleita com 55.752.483 votos em 2010 e, reeleita presidente, com 54.501.118 votos em 2014.

A proporção da *tomada* do poder executivo brasileiro teve repercussão internacional e de forma imediata, em grande parte pelo Brasil ter obtido nos últimos anos reconhecimento por sua política e economia crescente, e Dilma Rousseff ser tida como a

sucessora de Luís Inácio Lula da Silva, em um *levante* da esquerda política, que pela primeira vez na história chega ao poder através do voto direto, e mantendo-se por quatro vitórias consecutivas.

Neste artigo a veiculação da disciplina *o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*, originalmente ministrada pelo Professor Dr. Luís Felipe Miguel na Universidade de Brasília, é base indispensável e guia no processo de entendimento e desencadeamento dos acontecimentos *pré*, durante e *pós impeachment*. Em resposta polêmica, após promoção e publicidade da disciplina, o então Ministro da Educação – MEC – Mendonça Filho que ‘em uso de seu poder’ entendeu que tal disciplina fere os princípios da educação e é apenas para ‘promover uma disciplina que não tem nenhuma base na ciência, é apenas promoção de uma tese de um partido político’ (Folha de São Paulo, 2018).

Em um curso de *ciências políticas*, um cientista social deve ter alguma bagagem para tratar do assunto, e ainda tornar-se referência, diante do manejo contrário à *censura*. Não seria *atoa* um dos tópicos originais da disciplina: analisar ‘*os retrocessos nos direitos e restrições às liberdades*’⁶. O IPOL – Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, emitiu nota em resposta à proporção que tomou a disciplina e as críticas do Ministério da Educação (IPOL/UNB, 2016), em afirmação da essência da disciplina e da ruptura democrática brasileira.

Retomamos a história, já que em 2015 outro *partidarismo* de censura articulou o dito ‘projeto *escola sem partido*’ numa manobra desastrosa de promover o esvaziamento ideológico no seio educacional da nação, utilizando de métodos, como o uso da família e da religião, para *descredibilizar* o pensamento político e ideológico dentro das escolas. Por tais motivações, o fator informativo e as mídias como tomadores de posturas na atual sociedade, são aspectos determinantes do golpe de 2016 e serão aqui analisados.

O IMPEACHMENT: o que vimos e no que acreditamos

Em meio ao caos do processo de *impeachment*, os recursos de mídias sociais, e os conflitos políticos em acontecimentos

⁶ Conteúdo programático da disciplina ministrada pelo Professor Luís Felipe Miguel.

internacionais (a crise econômica, dentre outros), figuram o momento da sociedade brasileira e seu posicionamento ideológico quanto aos fatores contemporâneos da sociedade, são fontes diversas, distintas e diretas, mesmo as formais, tomando novas formas de contar os fatos e apura-los em meio às *peripécias* da política e da sociedade, bem como BENTES (2016) chama de *novelização*.

Quando apontamos a mídia como fator impulsionador do conflito social, assim como nos anos de 1990, e ainda no início do século XX, a imprensa, formal e informal (cartazes, charges, tirinhas, *etc.*) eram representações de conflitos e questões sociais, sendo muitas vezes utilitários de um posicionamento militante, mobilizador e revolucionário, como o surgimento das próprias charges. A *iconografia* (imagem) é um fator de revolução da sociedade, e muitas vezes, um mal dela para ela própria.

Em termos históricos, ao levantar uma cronologia da política, como o *impeachment* de Fernando Collor de Melo (1992), e o da Presidenta Dilma Rousseff (2016), que foram de forma imprópria equivalidos em mídias sociais, como o *Instagram*, depõe-se contra a utilização, *novelização* (BENTES, 2016), de fatos verídicos no manusear da história ao seu *querer*. Também é comum da sociedade contemporânea esse poder, domínio, da informação distorcida, ou mal analisada, para promover fatos isolados, e tomá-los como *verdades* construídas. Jurandir Malerba (MALERBA, 2014) fala da apropriação histórica por leigos, a quebra do método de averiguação (e do narrar) e ainda do termo '*história pública*', algo que pode-se notar no *chamado* para às *ruas*⁷ e ainda no *grito de poderio* às margens do processo de *impeachment*, como nas comparações dos movimentos '*vem pra rua*' e '*o gigante acordou*', com o impasse histórico dos '*caras pintadas*' (*figura 2*).

⁷ O movimento '*vem pra rua*' e '*o gigante acordou*' nascem em meio ao processo e repetisse como verdade absoluta no pedido de veracidade e justiça política através do *impeachment* de Dilma Rousseff, orquestrado visivelmente pela classe empresarial.

Figura 2: Multidão que tomou os centros das cidades lembra as imagens de 1984 *na marchas* pelas eleições diretas, e o impeachment de Collor, em 1992, mas caráter apartidário e pluralidade de causas são novidades.



Fonte: Jornal do Brasil⁸.

I - O direito, a parcialidade e o estado de exceção

Para Collor, tivemos o *Fiat Elba* e os *'caras pintadas'* (ver *figura 2*), para Dilma, as *pedaladas fiscais* e o *'vem pra rua'*. Além de um processo ideológico que retirava do poder um presidente *pós* consumação das *diretas já*, no caminho de Dilma Rousseff havia uma bem sucedida atuação de Lula, e uma *descredibilidade*, apesar de uma ascensão revolucionária da chefe de estado. A falta de poder e firmeza quanto suas alianças, fizeram de Dilma um alvo fácil, e apoiado aos movimentos de *pró* e *contra*, o traço e o desfecho do *impeachment* estavam armados.

Quanto ao direito, juristas do Brasil, e internacionais, publicaram manifestos contra as ações do *impeachment* e demais atos que criminalizavam o uso das *pedaladas fiscais* no cume da deposição da Presidenta. Como o expresso em carta aberta⁹ da Frente Brasil de Juristas pela Democracia (FBJD) enviada às comissões do processo de *impeachment* que demonstra o desinteresse em defender direitos democráticos, mas sim, firmar um estado de exceções:

⁸ Disponível em: <<https://www.jb.com.br/fotos-e-videos/galeria/2013/06/18/atos-lembram-diretas-ja-e-os-caras-pintadas-mas-reivindicacoes-diferem/>> [Acesso em 30 de maio de 2018.](#)

⁹ A Nova campanha da legalidade: manifesto de juristas em defesa da Constituição e do Estado de Direito, FBJD – Frente Brasil de Juristas pela Democracia (2016).

“[.]1 - Afirmar o Estado Democrático e Constitucional de Direito [...] 2 - Defender a imparcialidade da Justiça, que deve operar segundo os ditames da Constituição e do ordenamento jurídico, não admitindo a sua partidarização, seu funcionamento seletivo e perseguições políticas de qualquer natureza; [...]” (FBJD, 2016).

Já citamos a acusação, pelo então Ministro da Educação em impedimento à veiculação acadêmica da disciplina intitulada *o golpe de 2016 e o futura da democracia no Brasil* pelo Professor Luís Felipe Miguel no curso de ciências políticas da Universidade de Brasília, sob o pretexto de que a mesma seria *apenas* uma medida de disseminação partidária no universo acadêmico. Também como medida anterior, o projeto chamado de *‘escola sem partido’*, aprovado em alguns estados, em 2015, como Alagoas, em que a ideologia política é tratada como prática paralela dentro das escolas para promover meios de derrubada da constituição familiar e religiosa, em *confronto* à moral do seio escolar, religioso e familiar. Medidas parciais, ilegais ou de uma falsa legalidade para o levante de ações de *‘censura significativa’*¹⁰ dentro de um estado de exceções que se mostrava.

Igualmente expressa no livro de Jesse de Souza (SOUZA, 2016), *‘a radiografia do golpe: entenda o por que e como você foi enganado’*, o levante do golpe é descrito e ainda *auto* pronunciável na construção, também chamada pelo autor de *‘novelização’*, de meios que *descredibilizavam* a atuação de Dilma Rousseff, feriam gravemente a democracia e o entendimento do *impeachment* pelo povo.

Ainda no prefácio do livro, SOUZA (2016, p. 11), nos convida ao entendimento do assunto, e *‘por que você foi enganado’*:

“Como o mundo sempre nos é exposto em fragmentos, nossa compreensão tende a ser sempre confusa, localizada, personalizada, dramatizada e, o que resume tudo, *‘novelizada’*” (SOUZA, 2016).

¹⁰ Relatório da ONU – Organização das Nações Unidas, em denúncia enviada ao Presidente Michel Temer em 2017. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,relatores-da-onu-denunciam-escola-sem-partido-e-classificam-projeto-de-censura,70001737530>> Acesso em 28 de janeiro de 2019.

A *autocrítica* é o ponto que Jesse de Souza admite para reconhecimento do golpe de 2016, o que seria a maior arma contra a doutrinação, não somente do golpe, mas da construção do histórico dele (SOUZA, 2016, p. 12). O mesmo é reconhecível no programa da disciplina *o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*, trazendo a análise da desconstrução¹¹ do entendimento que cerca o momento do país, inclusive na demonstração do poderio do PMDB e de pelo, então presidente, Michel Temer, figurando como salvador da nação, mesmo sendo acusados dos mesmo delitos que destituíram Dilma.

II - O levante do retrocesso, o poder das mídias, as controvérsias e como ficamos

O chamado para as ruas, através do movimento *‘vem pra rua’*, e *‘o gigante acordou’*, são aparentes levantes do povo para o confronto de ideias politizadas sem amparo social ou histórico, ainda que tenham uma construção tipificada de movimento democrático, sendo estes dois, ferramentas dos *mandates* como diz SOUZA (2016). Afinal, o que se mostrou foi apenas uma mobilização capitalista contra a Presidenta Dilma Rousseff, o ex-Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores, *patrocinados* pela base aliada que assume a presidência e os gigantes da imprensa, como as Organizações Globo e a Revista Veja (Editora Abril). Como SOUZA (2016) ainda classifica como *“uma fraude bem perpetrada dos donos do dinheiro, que são os reais ‘donos do poder’”*.

O poder que as mídias sociais, através das redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, demonstram quanto ao esvaziamento de entendimento, da dimensão daquilo que seria o *impeachment*, ou ainda dos verdadeiros motivos que fazem do processo legal uma tomada do poder executivo através do golpe de estado, fica expresso em muitos dos *twitters*, charges, postagens (*posts*) e demais indumentárias que se reproduziam em frações de minutos através da rede mundial de computadores, e graças a globalização, esse contexto alcançava o mundo através de imediatismo sem chances de reflexões e a derrubada do

¹¹ Ver tópico 3 – Democratização e *desdemocratização*; tópico 5 – Do governo ilegítimo e a resistência (MIGUEL, 2016).

debate neste meio tempo. Assim fica exposto a *farsa* do motivo e do como o golpe toma as proporções de um processo legal de *impeachment*.

Figura 3: Demonstrativos do que se esperava do povo e do *impeachment*.



Fonte: Kibeloco.com.br.

O indivíduo veste-se, apropriadamente, de um idealismo incomum quando se tratar de expressar, e muitas vezes debochar, do tema política nesse momento histórico vivenciado no Brasil. Vemos também a expressa notoriedade, e descabimento, da repercussão do *impeachment* na sociedade (ver *figura 3a* e *3b*), ‘o pessoal quase se matando’, ‘eu vi! Cada textão’, ou ainda ‘não pode ficar emburrada’, foram comuns nas redes sociais, e até mesmo na imprensa formal, o uso corriqueiro de charges e escritas que utilizavam do deboche, da sátira e mesmo da piada para retratar o momento político do Brasil.

Ficam registrados o isolamento de partes das acusações, como na *figura 3a*, para difamar e tornar pessoal à Presidenta o ato em julgamento, além de demonstrar a irrelevância de veracidade ou ainda a falta de importância no tema público, e de que o povo esteja envolvido nesta.

Na disciplina apresentada no Programa de Pós-graduação Mestrado em História Social, do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, em apoio à disciplina originada na UnB, *o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*, o tema incluso e abordado pela Profa. Dra. Letícia Cardoso que teve a mídia brasileira, principalmente as *sociais*, como centro e desencadeador de mobilizações de massas, que lembravam em muito o movimento dos *‘caras pintadas’* na década de 1990, mas

que divergia no uso dessa nova forma de imprensa, contemporânea e espontânea, que reproduz informações e gera reações instantâneas em cadeia generalizada de assuntos e que alcançam o mundo.

Como o que fica expresso na publicação organizada por FREIXO (2016) e autoria de MORETZSOHN, “*a mídia e o golpe: uma profecia autocumprida*”¹², também lembrou a parcialidade da imprensa formal, e a demonstração demarcada pelo ‘pequeno tijolinho’ em referência direta à Folha de São Paulo e seus colonistas, em especial à publicação: “*A Folha é contra a Dilma. Eu também!*”. Autocumprido e deflagrado golpe de estado, somados à parcialidade e à falta de apuração dos acontecimentos pelas mídias sociais.

Considerações Finais

Este artigo trata de maneira sucinta o aspecto das mídias sociais e da parcialidade no julgamento público do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, ou como juristas do Brasil e cientistas, como o Prof. Luís Felipe Miguel, que ao propor a disciplina *o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*, não expressava uma manifestação de vazios, mas a veemente afirmação do golpe de estado que foi polidamente aplicado neste país e abre a permissa legalização do julgamento sem vínculo constitucional, que fere a democracia, não somente do Brasil, mas em suma, a sua essência. O levante do *vice*, Michel Temer, à presidência e seu discurso de ‘é hora de unir a nação’, e as manobras de proibição do debate ideológico nas escolas, com o projeto ‘escola sem partido’ nada mais são do que o retrocesso de fato e a vinda de um futuro obscurecido pelo esvaziamento do indivíduo, e de seu pensamento, até mesmo em notícias e projetos que também, tentam cancelar a existência das ciências humanas em preparo ao caos que se forma, não somente no Brasil, mas principalmente neste.

¹² A profecia *autocumprida*, por **Sylvia Debossan Moretzsohn**. Publicada em o Jornal de Debates: jornalismo político, em 16/03/2015, na edição 842. Acesso em 26 de julho de 2018, em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed842_a_profecia_autocumprida/>.

REFERÊNCIAS

- BENTES, Ivana. **Mídia brasileira construiu narrativa novelizada do impeachment**. 2016 Disponível em: <https://theintercept.com/2016/09/01/midia-brasileira-construiu-narrativa-novelizada-do-impeachment/> Acesso em: 10 de janeiro de 2019.
- FBJD. **A nova campanha da legalidade: manifesto de juristas em defesa da Constituição e do Estado de Direito**. Revista InSURgência, ano 2, v. 2, n.2, Brasília, Brasil, 2016.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Ministério da Educação pede apuração de disciplina da UnB sobre 'golpe de 2016'**. 22 de fevereiro de 2018. disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/ministerio-da-educacao-pede-apuracao-de-disciplina-da-unb-sobre-golpe-de-2016.shtml>> Acesso em: 30 de maio de 2018.
- IPOLO/UNB. **Nota pública do colegiado do IPOLO referente à disciplina “tópicos especiais em ciência política: o golpe de 2016 e o futuro da democracia no brasil”**. 26 de fevereiro de 2018. disponível em: < <http://ipol.unb.br/2012-04-02-18-20-59/357-nota-publica-referente-a-disciplina-topicos-especiais-em-ciencia-politica-o-golpe-de-2016-e-o-futuro-da-democracia-no-brasil>> Acesso em 21 de janeiro de 2019.
- MIGUEL, Luís Felipe. **Tópicos especiais em Ciências Políticas: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**. Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Brasília. 2016. disponível em < <http://demode.unb.br/images/ementas/Tpicos%20Golpe.pdf> > Acesso em 21 de janeiro 2019.
- SANTOS, at el. **O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil (programa de disciplina)**. PPGHIS/CCH/UFMA, São Luís, 2018.
- SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016. Site: **KibeLoco** link: <<https://www.kibeloco.com.br/>> Acesso em 25 de julho de 2018.
- SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda por que você foi enganado**. Rio de Janeiro, Ed. Leya, 144p., 2016..

O GOLPE DE 2016: Um jogo de cartas marcadas.

Ariani de Oliveira Lima¹

1 Introdução

Com uma democracia fraca e ainda em fase de construção não é de agora que o nosso país vem sofrendo grandes perdas. Formalmente posta em prática com a Constituição de 1988 a nossa experiência democrática encontrou mais uma vez no caminho subsídios para retroceder. Quebrando as regras, após 13 anos no poder, não só o PT, mas em um nível incalculável a população brasileira sofre um grande golpe, em 31 de agosto de 2016, este que diferente dos anteriores não trouxe mudanças constitucionais, nem ditadura militar ou ‘interrompeu a democracia’, tudo com base e apoio legal, mas com os mesmos objetivos.

Na história política do Brasil temos eventos trágicos: em 24 de agosto de 1954 o presidente Getúlio Vargas se suicida, fato que abalou o país. Mais tarde, em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros surpreende ao pedir a renúncia do cargo poucos meses após tomar posse. Em 22 de agosto de 1976 o ex-presidente Juscelino Kubitschek morre num estranho “acidente” de carro. Quarenta anos depois, no dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal votou o processo de *impeachment* que tirou a presidente Dilma Rousseff do cargo (BRAZ, 2016, p. 86).

Como todo e qualquer acontecimento o impeachment da presidenta Dilma, primeira mulher a governar o Brasil, sendo eleita com mais de 54% dos votos, não se deu do nada ou sem premeditação. Há quem diga que este veio sendo planejado desde outubro de 2014, antes do segundo turno das eleições².

¹Mestranda em História PPGHIS-UFMA, 2018). Possui Graduação em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2017). E-mail: arianioliveira@hotmail.com.

² Em meio ao processo de investigação da lava jato, devido aos esquemas de fraude e corrupção que envolvia a Petrobras, quando se aproveitando da situação a revista veja lança uma matéria, em uma de suas edições semanais colocando em destaque os rostos de

Mas, se levado em consideração o nosso histórico de um passado não muito distante, poderemos encarar como um processo de continuidade, liderado por uma maioria de conservadores, que sempre movidos pelos mesmos ideais, econômicos e de poder, apenas com mudança de tática/ações e discurso, encontrou com o escândalo do mensalão e posteriormente com a operação lava jato, um meio de reaver o controle com “base na lei”.

Estes agora precisavam de um governo *genuinamente* burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes e já não mais prestava (BRAZ, 2016, p. 89).

Os motivos e as justificativas se deram das formas mais variadas e supérfluas, por que na verdade já se tinha escolhido o alvo para acabar e resolver com os problemas da corrupção no país, e por que não resolver dois problemas com uma jogada só? Foi uma jogada de mestre! Achava-se os culpados para os crimes de corrupção e ainda ganhava de brinde a presidência do Brasil. Então foram lançados toda a atenção para o PT, um partido de esquerda que estava buscando dar mais oportunidades para uma população de baixa renda, vista pelos detentores dos meios de produção e capital pela sua necessidade como mão de obra barata e descartável, que por muito tempo foi deixada de lado, e que agora via um pouco de esperança, que começava a deixar de ser invisível e ter voz. O que não era visto com bons olhos pelos grandes empresários, pela classe média brasileira, que não se encaixava em um sistema econômico neoliberal, onde o que se visa é sempre a manutenção do capitalismo, com a concentração do dinheiro na mão de poucos. Desta forma podemos perceber que “a democracia é aceitável se e somente se for condizente com nossos interesses estratégicos e econômicos (Thomas Carothers)” (CHOMSKY, 1928, p. 280).

Um golpe parlamentar - judicial burguês.

Dilma e Lula, onde de maneira direta e incisiva os apontam como conhecedores das transações ilegais na estatal. Utilizando como base um suposto depoimento realizado por Alberto Yousseff. Ver em: <https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/capa-bomba-da-veja-dilma-e-lula-sabiam-de-tudo/> .

Organizado pelo parlamentar, judiciário, mídia e pela classe média-alta, o golpe de 2016 não é visto por muitos como tal, devido a não ter sido orquestrado por intervenção militar, por não ter instaurado uma ditadura. Todavia, utilizando uma definição sucinta, entendemos como golpe de estado a derrubada de um governo de forma ilegal que seja constitucionalmente legítimo.

Desta forma, entendemos que para se depor um presidente faz-se necessário que o mesmo tenha cometido crime de irresponsabilidade, o que de início foi posto em questão para legitimar a retirada de Dilma do poder, mas que por falta de provas contundentes não veio a prosseguir. No entanto, “não se tinha certeza, mas havia convicção”. Com uma tentativa falha buscou-se meios para alegar que o impeachment era um instrumento constitucional, deixando de lado a importância da exigência de crime de responsabilidade. “Depois que ficou clara a inexistência de conduta ilícita, passou-se a afirmar que Dilma deveria ser afastada pelo ‘conjunto da obra’, pela ‘perda de popularidade’, por ‘não saber negociar’ com o congresso” (MORETZSOHN, 2016, p. 118- 119).

Assim como em 1964³, o golpe de 2016 teve o aval da classe média brasileira. No dia 31 de julho de 2016, as ruas que por um bom tempo representavam um lugar de luta e reivindicações da esquerda, ou melhor dizendo da classe trabalhadora, foi contemplada para nossa surpresa com a presença de grandes empresários. Sim, estes deixaram seus escritórios para sair às ruas!

Se a direita tradicional brasileira nos últimos tempos praticamente não deixava seus escritórios para operar a política, os novos grupos que ganharam visibilidade nas

³ Tendo o mesmo palco, a avenida paulista, em 1964 a Marcha pela família tradicional brasileira reuniu um grande número de pessoas, um número exorbitante se comparado a manifestação “Fora Dilma”. A Marcha da Família com Deus, pediao fim do governo de João Goulart, o que culminou um pouco mais tarde com a intervenção militar em 31 de março de 1964. Ver, *Marcha da Família: o aval civil ao golpe militar de 1964*, disponível em: <https://jornalggm.com.br/noticia/marcha-da-familia-o-aval-civil-ao-golpe-militar-de-1964>

mobilizações pelo impeachment tiveram a capacidade de movimentar massas que fizeram das ruas um espaço de pressão e demonstração de forças. Reunidos sob o guarda-chuva da retirada de Dilma Rouseff da presidência, e com os aplausos dos partidos tradicionais da direita, as manifestações deram lugar a uma gama de pleitos em gradações diversas de conservadorismo – da intervenção militar ao Estado mínimo, passando por distorções caricatas do Partido dos Trabalhadores (PT) e da esquerda no país (JÚNIA, 2016. p. 1).

Denominada de nova direita, diferente da tradicional conservadora, a qual lutava pelos “valores e bons costumes”, agora englobam grupos de diferentes vertentes, mas que se assemelham pelo interesse nos fatores de cunho econômico, podendo ser vistos como um movimento neoliberal brasileiro, o qual visa à manutenção e restrição do capital a poucos, que partem em defesa da privatização de vários serviços públicos, assegurados pela própria constituição como direitos mínimos ao cidadão, como a própria saúde e a educação, assim também como perdas incalculáveis para os trabalhadores nos seus direitos trabalhistas.

Para finalizar o circo que tinha se criado no Brasil, no dia 31 de agosto de 2016 “os nossos representantes” realizaram a votação contra a retirada da presidenta do poder. Foi um cenário de horrores para nós brasileiros, motivo de vergonha e uma piada para o mundo, “votava-se em nome do pai, dos filhos, da esposa [...]” como se o que estivesse em jogo fosse apenas o futuro deles, esquecendo que só estavam em tal posição, graças ao nosso voto e para nos representarem. Mas, jamais votam pela verdade ou por justiça, por que afinal a questão não era essa, e sim tirar o PT do poder e reaver o “controle” do país.

A Mídia e o Golpe: “Nós Contra Eles”

E não poderíamos esquecer-nos do papel brilhante e articulador que teve a mídia, em meio a todos os acontecimentos, que culminaram com o impeachment da presidenta Dilma. Assim como nos apresenta (ROMENET, 2013), a mídia pode ser vista como um quarto poder, que atua como um partido

político, embora sempre venha a pregar em seu discurso, uma postura de reveladora da verdade, imparcial e voltada apenas para os interesses públicos.

Para contemplar tal entendimento, devemos levar em consideração alguns fatores. Como nos é de conhecimento os meios de comunicação foram e são dominados por uma pequena elite capitalista, a qual busca uma maior abrangência no mercado de trabalho, ou seja, a busca por cada vez mais aquisição de capital. Desta forma,

Costumamos pensar que os meios de comunicação são essenciais à democracia, mas atualmente, eles geram problemas ao próprio sistema democrático, pois não funcionam de maneira satisfatória para os cidadãos. Isso porque, por um lado, se opõem a serviço dos interesses dos grupos que os controlam [...] (RAMONET, 2013, p. 53).

Assim sendo, as informações podem ser facilmente controladas por aqueles que detêm maior poder e riqueza. Diante disso, gerasse certa insegurança por parte das informações que nos são veiculadas, devido a essa falta de independência dos meios de comunicação, estes que se veem dependentes do poder político, e sobretudo, econômico.

Sem a participação ativa da mídia o golpe não teria sido tão brilhantemente orquestrado, pois não bastaria apenas chegar ao poder a todo custo, era necessário ganhar a confiança de maneira pacífica da população, era necessário convencer, transmitir um discurso perfeitamente pensado e convincente. “É uma velha tática: trata-se de martelar uma ideia até que ela seja incorporada pelo público e apareça como expressão espontânea” (MORETZSOHN, 2016, p. 116).

Já como cartas marcadas, Lula, Dilma e o partido dos trabalhadores já estavam na mira há um bom tempo. Com um discurso anticorrupção, o que sempre foi usado para “legitimar” as ações golpistas, a mídia veiculava a necessidade de punir e levar a julgamento todos os que tivessem culpa, independente de seus partidos. E é claro que isso de fato não aconteceu, não precisava se esforçar muito para perceber a diferença na forma de produção referente ao PT, e aos demais partidos,

principalmente ao PSDB. Procurou-se a qualquer custo incriminar o Ex-presidente Lula, e manchar a imagem da Presidenta Dilma. O plano era simples, denegrir a imagem dos mesmos a tal ponto, que estes passariam a perder a legitimidade e credibilidade perante uma parcela da população, passando a serem vistos como os únicos culpados pelos crimes de corrupção. Tirando o alvo das costas dos verdadeiros culpados!

Esta foi, talvez, a ação mais deletéria da campanha pelo impeachment: insuflar discurso de ódio, que trouxe de volta o velho anticomunismo- “a nossa bandeira jamais será vermelha”, “vai pra Cuba”-, a demanda pela volta dos militares, a intimidação aos discordantes e a apropriação das cores nacionais pela direita. A mídia sobretudo televisiva, abria generosos espaços à convocação das manifestações “contra a corrupção e o governo” e as cobria entusiasmadamente (MORETZSOHN, 2016, p. 133).

Desta forma, a mídia teve um papel central nesse jogo pela busca por poder, transmitindo informações e notícias intencionais e direcionadas a atacar e denegrir a imagem dos representantes do Partido dos trabalhadores, se utilizando do discurso da volta de um velho comunismo.

O discurso anticomunista foi muito utilizado no século XX, um forte discurso político que ainda se manifesta nos dias atuais. Todavia, a “ameaça” da volta ao comunismo nos dias de hoje, é um discurso característico utilizado e apropriado pela direita como excitação de ódio e terror. Um discurso que continua sendo alimentado e propagado de forma aterrorizadora e manipulador, sustentado mais por um imaginário do que como uma prática ou uma ameaça real.

[...] muito dos discursos anticomunistas são caracterizados não só por oposição ao comunismo – doutrina político-econômica surgida no século XIX no contexto da Revolução Industrial e que visava combater a exploração da classe trabalhadora, almejando, ainda, uma sociedade sem classes –, como também a outras ideias e um “amalgama do mal” a ser combatido. (SAMWAYS, 2018, n.p).

“Atentando-nos ao contexto Brasileiro, o comunismo é visto e associado a questões de cunho social, ideais progressistas”, como o mal que vem para acabar com os ideais tradicionais, com a moral e os bons costumes, associados ainda a bagunça e desordem. Tudo para a construção de um discurso de ameaça à pátria e a democracia, criando circunstâncias favoráveis para disputas políticas pelo poder, por parte da direita.

Considerações Finais

Traída da forma mais sorrateira possível a nossa democracia para conseguir reerguer-se novamente precisa cada vez mais da união popular, para lutamos contra aqueles que se dizem nossos representantes no governo. Enquanto ficarmos de braços cruzados e deixando que eles atuem como se estivessem em meio ao teatro, onde nós somos as marionetes, jamais conseguiremos crescer como um país forte e democrático. Cabe-nos perceber que as perdas não foram apenas e unicamente do Partido dos Trabalhadores, mas principalmente e incisiva contra nós.

O tamanho do retrocesso que começou a ser imposto é incalculável. Antes de tudo, pelo desrespeito às regras democráticas. Depois, por todo o resto: o retorno a posição subalterna no cenário internacional com a entrega do nosso patrimônio, a redução dos investimentos em áreas sociais, as mudanças nas leis trabalhistas e previdenciárias que impõem grave perda de direito (MORETZSOHN, 2016, p. 138).

Lula juntamente com o Partido dos Trabalhadores ao chega à presidência conseguiu reestruturar a economia e proporcionar garantia e apoio aos mais pobres. Tivemos uma expansão da renda para a classe dos trabalhadores, com o aumento do salário mínimo; programas de assistência social para a população pobre; maior investimento na educação, o que resultou no aumento das universidades e escolas técnicas, assim também como o acesso a estas pela classe popular. Ganhos estes que agora estão sobre forte ataque dos nossos próprios governantes e dos grandes empresários, tudo isso em busca de mais poder e riqueza.

Contudo, a questão não é escolher um lado, ou abraçar um partido, mas sim, ser capaz de analisar e observar com clareza, os fortes ataques que estamos sofrendo por conta de não sermos capazes de nos unir em busca de melhorias, enquanto nos deixarmos sermos manipulados e colocados uns contra os outros pelos nossos governantes e pela mídia, está que transmite um discurso tão convincente que acaba por nos convencer de que seja a verdade. Devemos escolher o nosso lado, o lado do povo, da verdade, do crescimento, da inclusão, do respeito, da justiça, do crescimento cultural.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cíntia. **Marcha da Família: o aval civil ao golpe militar de 1964**. GGN: O Jornal de todos os Brasis, [S. L], 31 de mar de 2014, Luis Nassif Online. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/noticia/marcha-da-familia-o-aval-civil-ao-golpe-militar-de-1964>> Acesso em: 14 de jun de 2018.

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, P. 85-103, jan-abr. 2017.

CHOMSKY, Noam. **Estados fracassados: O abuso do poder e o ataque á democracia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. P. 280- 294.

GOBBO, André. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. São Paulo: Estética, Resenha, nº 15, jul- dez de 2017. ISSN: 2177-4273.

JÚNIA, Raquel. **No rastro da nova direita**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 12 de set. de 2016. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/no-rastro-da-nova-direita>> Acesso em: 21 de jun de 2018.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. **A mídia e o golpe: Uma profecia autocumprida**. In: _____. FEIXO, Adriano de; RODRIGUEZ, Thiago. 2016: **O ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016. P. 116- 141.

RAMONET, Ignacio. **Meios de comunicação: Um poder a serviço de interesses privados?** In: _____. MORAES, Denis de. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica á democratização da informação.** Rio de Janeiro: Boitempo editorial,2013. p. 53- 70.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **A “ameaça vermelha”: medo e paranoia anticomunista.** Café História, [S. L], 22 de Janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/anticomunismo/>> Acesso em: 21 de Jan de 2019.

FOI UM GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA!

Berenice Gomes da Silva¹

1 Introdução

Ao retratar a luta recente pela democracia no Brasil, o recorte histórico é o período de Ditadura Militar de 1964, que tem no AI – 5² como a marca de um período sombrio vivenciado no Brasil e, que ocorre também, em diversos países na América Latina. Os vínculos entre a liberdade e a democracia que caracterizam a fase de transição democrática ocorrem, a partir do final dos Anos de 1970, permeado pela mobilização dos(as) estudantes, de setores de esquerda que se utilizaram da luta armada e pelo movimento operário. Dessas mobilizações contra o regime militar surgiram movimentos sociais e populares nos Anos de 1980 e as intensas mobilizações pelo reconhecimento dos direitos civis e trabalhistas que desembocou na Constituição de 1988.

Assim, podemos considerar que foi no período final dos Anos de 1970, que se configura a fase de retomada do sentido da democracia, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina. Na década seguinte, a campanha das Diretas inaugura o período de transição democrática e de mobilizações em torno dos direitos civis, econômicos, políticos e culturais, que culminou com um pacto constitucional em 1988, que inaugura uma nova agenda no

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA); integrante do Grupo de Pesquisa em Política, Lutas Sociais e Ideologias (GEPOLIS). Trabalho apresentado à Disciplina O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), coordenado pelo Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos. Paralela a esta Disciplina ocorreu o Curso de Extensão sobre o golpe. Artigo foi originado na Disciplina Movimentos Sociais, Poder Político e Cidadania, ministrada pela Profa. Dra. Mary Ferreira no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

² Ato Institucional n.º 5 – Decreto emitido no período da ditadura militar no Governo do General Costa e Silva, em 13 de outubro de 1968, considerado o marco que inaugurou o período mais tenebroso da ditadura militar, iniciada em 1964 e possui dentre as medidas duras o fechamento do Congresso Nacional, pela primeira vez desde 1937, a autorização ao presidente a decretar estado de sítio por tempo indeterminado, demitir pessoas do serviço público, cassar mandatos e intervir nos estados e municípios.

Estado brasileiro com a participação da sociedade civil e a criação de instituição e instrumentos que caracterizam um regime democrático.

O debate sobre a democracia, compreendida como um sistema liberal democrático tem sido pauta central nos ambientes acadêmicos e políticos nos dias de hoje, em particular, após o golpe parlamentar, jurídico e midiático ocorrido em 2016 e, que se estende até o presente momento. Para Silva (2015, p. 398): “A marca do Estado brasileiro continua sendo a repressão aos movimentos sociais e/ou seletivamente aos membros das classes populares. Conforme ocorreu com as Ligas Camponesas em 1960, duramente reprimidas por reivindicar reforma agrária. ”

Esse golpe, que provocou o afastamento da Presidenta Dilma Roussef tem revelado suas ramificações com os interesses econômicos do imperialismo norte-americano, particularmente, originado em 2008, com a crise financeira mundial que resultou na reestruturação capitalista e na reconfiguração da geopolítica mundial. Assim, ficou clara a interferência de agentes externos ligados ao grande capital internacional com interesses no pré-sal e na expropriação da mão de obra. O cenário interno foi permeado pela disputa da burguesia nacional, o chamado empresariado rentista e da elite brasileira pelo Estado, envolvendo, diretamente, agentes do capital internacional.

Outro episódio que antecedeu o golpe em questão foram as eleições de 2014, que marcam a ascensão das forças conservadoras representadas pelos partidos de direita, semelhante ao que ocorreu em 1964; e, o então candidato Aécio Neves (PSDB) não aceitou a derrota para a Presidenta Dilma Roussef do Partido dos Trabalhadores (PT), promovendo diversas tentativas de interdição do seu mandato, tais como o pedido de recontagem de votos junto ao Tribunal Superior Eleitoral sob a alegação de fraude eleitoral, assim como o boicote ao Governo da Presidenta Dilma, eleita legitimamente pelo voto popular, após 13 anos do Partido dos Trabalhadores no poder.

A formação de uma aliança entre empresariados nacionais intolerantes a uma política distribuição de renda, de empresários e conglomerados internacionais interessados pela desnacionalização de setores estratégicos do país. Juntou-se ainda, a classe média ressentida, incluindo uma parcela localizada

em setores da burocracia estatal, que inclusive obteve ganhos com os governos petistas, mas que não aceitava perder o seu diferencial em relação aos pobres, e ainda, os meios de comunicação e o judiciário (MIGUEL, 2018).

2 Características e Dimensões do Golpe de 2016

Dentre as semelhanças deste golpe de 2016 com o golpe de 1964 destacamos: i) os interesses econômicos do capitalismo norte americano, que coincidem com a descoberta do pré-sal no Brasil em 2008; ii) o crescimento do conservadorismo marcado pela ideologia neoliberal de mercado; iii) a bandeira da corrupção capturada pelas mobilizações ocorridas nas jornadas de junho de 2013; iv) a identificação de um inimigo comum – a ameaça comunista -, o bolivarianismo com o discurso espalhado de que havia a possibilidade de instalar no Brasil, uma ditadura nos moldes da cubana no Brasil. Nesse cenário podemos identificar também, algumas particularidades: i) a revolução tecnológica com o advento e a expansão da internet e das redes sociais; ii) a inserção da população de baixa renda e vulnerável no orçamento do Estado pelos programas sociais dos Governos do PT, sem que houvesse a disputa de projetos na sociedade, como se a luta de classes fosse algo que já não mais existia; iii) a manutenção da distinção pela classe média brasileira que se espelha na elite; iv) o não enfrentamento de pautas que tocavam diretamente nos interesses da elite brasileira e que não abria mão de seus privilégios, tais como: a reforma agrária, a reforma política e a taxaço das grandes fortunas, só para citar algumas questões.

O ano de 2016 foi marcado no Brasil por um grave revés quanto à possibilidade de promover uma transformação social em sentido igualitário. A destruição da Presidente da República que chegara ao posto pelo voto popular, por meio de um impeachment sem respaldo na Constituição vigente, mostrou que a democracia eleitoral passava à condição de uma ordem tutelada por grupos poderosos. O governo que emergiu do golpe dedicou-se a implementar, em ritmo acelerado, políticas de restrição de direitos, recusando qualquer debate público sobre elas e desprezando a evidente

insatisfação da maioria da população (MIGUEL, 2018, p. 07).

O clima de acirramento político no país se deu já no segundo turno das eleições de 2014 e permaneceu com a eleição da Presidenta Dilma. As jornadas de junho de 2013 influenciaram, diretamente, no desdobramento que ocorreu até o impeachment de Dilma Rouseff. A outra questão de “consenso”, no conjunto das análises sobre o golpe de 2016, é a sua dimensão, envolvendo uma aliança entre a mídia tradicional, o judiciário e o legislativo federal, por meio de blocos formados por partidos representados no Congresso, como ressalta o Sociólogo Jessé de Souza em suas recentes obras sobre o golpe. Outra questão destacada por esse autor é a seletividade como foi tratada o tema da corrupção, que para ele “só pode ser usado para enganar e manipular porque a definição do que é corrupção é arbitrária e pode ser aplicada a quem realiza o ataque” (SOUZA, 2016, p. 198).

Na realidade, o que houve foi uma repartição de trabalho para a manutenção de uma sociedade para poucos (SOUZA, 2015, p. 200). Para o referido autor, o golpe de 2016 é uma continuidade de um processo antipopular que se iniciou em 1930. Nesse sentido, a estratégia adotada para incentivar as manifestações de 2013 e desvirtuar o seu objetivo inicial para atingir o Governo Federal foi vitoriosa, pois nacionalizou a questão, a partir de uma pauta sobre o aumento do transporte, em um ambiente de descontentamento da população, e também, a manipulação da mídia ao forçar uma dinâmica nas redes e nas ruas.

O conjunto de eventos que levou à queda de Dilma Rouseff é conhecido. A falta de base constitucional para o impeachment e os vícios do processo já foram amplamente demonstrados pelos juristas mais competentes do Brasil e também por muitos de seus colegas estrangeiros. Mas o programa do golpe de 2016 não era, nunca foi somente apagar do cargo uma governante indesejada por alguns. Assim como ocorreu em 1964, mas agora por outros métodos, obter a Presidência era apenas um passo, necessário e simbólico para implantar um programa de acelerado retrocesso social (MIGUEL, 2018, não paginado).

Na conjuntura atual de luta contra o golpe e contra o conjunto de medidas de uma agenda conservadora que se instaurou no país, conta desde o primeiro momento com o diferencial que foi a presença das mulheres nas ruas em todo o país, em diversas ações, com destaque para o protagonismo das adolescentes nas ocupações das escolas contra a reforma do Ensino Médio, em 2017; e as diversas manifestações protagonizadas pelas jovens feministas que pautaram os direitos reprodutivos, o aborto legal e se levantaram contra o então Presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, o conhecido Fora Cunha, em 2015 e 2016. Os(as) trabalhadores(as) organizados(as) e as organizações de esquerda, incluindo os partidos, mobilizaram-se contra a PEC 181, a chamada PEC da Morte.

Miguel (2018, não paginado),

É difícil impedir que o sentido mínimo de democracia liberal (liberdades cidadãs, autorização popular ao governo) seja usado para inibir a adoção de medidas tão impopulares. O caso da reforma da previdência social serve de exemplo: ela não foi aprovada, mas isso não se deve ao de alguma maioria parlamentar coma justiça social e sim ao fato de que, bem ou mal, todos devem passar pelo crivo da eleição para renovar seus mandatos.

A dinâmica do golpe implica na redução paulatina das instituições e garantias democráticas que ele mantinha como um meio de se legitimar. Nesse sentido, explica-se o momento que vivenciamos no Brasil, de ataques aos direitos civis e políticos. “Há um cerceamento de liberdade de expressão, com ofensivas contra órgãos da imprensa alternativa, escolas, universidades, centros de pesquisa, artistas. Há também, a ampliação da repressão policial, como descreve Miguel (2018). Mais ainda, há um cerceamento aos movimentos sociais, às manifestações e, de um modo geral, à criminalização da esquerda, pois as posições políticas progressistas deixaram de ser aceitas como legítimas. Revela ainda que, diferente do que muitos imaginavam, a luta de classes nunca esteve tão presente.

Ao analisar a relação entre o Estado e os movimentos sociais brasileiros, Silva (2015, p. 398) destaca a existência de

criminalização e ataques a esses movimentos, afirmando que “A marca do Estado brasileiro continua sendo a repressão aos movimentos sociais e/ou seletivamente aos membros das classes populares. Conforme ocorreu com as Ligas Camponesas em 1960, duramente reprimidas por reivindicar reforma agrária.” A autora acrescenta, que assim como na Década de 1960, as lutas sociais dirigidas por movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), assim como o Movimento Passe Livre, de 2013, recebem do Estado o mesmo tratamento autoritário, pois, tais “mobilizações e lutas sociais contra as políticas neoliberais são identificadas como ameaça ao Estado Democrático de Direito” (SILVA, 2015, p. 398).

Em que pese a importância dos governos petistas, na implementação de políticas sociais relevantes que contribuíram com o alargamento dos direitos fundamentais como moradia, melhoria nos serviços de saúde, a ampliação do acesso à Educação Superior, a participação popular, o acesso aos bens culturais e ao consumo, dentre outras, a lógica de priorização da luta institucional como se as transformações ocorressem por dentro do Estado, foi um dos equívocos do Partido dos Trabalhadores, principal partido da coalizão do Governo. Somase a este fato, a existência de um sistema político baseado na constituição de uma maioria no parlamento, que compromete uma aliança programática em torno de questões estruturantes, como é o caso da reforma agrária, da taxaço das grandes fortunas e do controle da comunicaço e do sistema judiciário.

Outro aspecto relevante deste atual período de golpe foi a evidência de elementos constituintes da formação da sociedade brasileira: as marcas da escravidão, a concentraço de terras e a permanência de privilégios para uma elite que se apropria das riquezas do país e conta com a estrutura do Estado para financiar e garantir os seus interesses. A herança escravocrata, que ainda predomina na sociedade brasileira, sobretudo na elite do país pode ser evidenciada no caso da Projeto de Emenda Constitucional (PEC) das Trabalhadoras Domésticas, sancionada pela Presidenta Dilma e que gerou ódio daqueles que não aceitavam perder os seus “escravos domésticos”. Dessa

maneira, ocorreu também, como nos episódios dos “rolezinhos”³, como explicita Souza (2016, p. 97) “O mero fato da proximidade física dos pobres em lugares antes reservados à classe média trouxe à baila um racismo de classe perverso que se mantinha escondido do debate público nas condições nas condições de extrema desigualdade que o país vivia.”

Outra característica desse período é a onda de violência e de intolerância com grupos religiosos, o aumento crescente do feminicídio que atinge milhares de mulheres em todo o país e o assassinato de lideranças políticas⁴. Ressaltamos ainda, que o tema do golpe de 2016 e o impacto na vida das mulheres tem gerado diversos estudos e análises de pesquisadoras feministas como forma de denúncia à sociedade e, como instrumento de luta das próprias mulheres. Em um desses artigos, Eleonora Menecucci, ex-ministra de Políticas para as Mulheres no Governo Dilma, ressalta que:

O cenário político hoje no Brasil nos remete a uma pergunta crucial e estruturante sobre o protagonismo das mulheres nas diferentes cenas políticas: na vigência de um golpe patriarcal, machista, sexista, capitalista, fundamentalista, midiático e parlamentar que retirou da presidência da República a primeira mulher eleita e reeleita com mais de 54 milhões de votos, como ficam os direitos conquistados e a cidadania das mulheres? [...] Os articuladores desse golpe em vigência são aparentemente ocultos, mas quem são eles? São homens brancos, ricos, violentos e vorazes que se explicitaram como estruturantes do patriarcado brasileiro que une gênero, raça e classe. (MENICUCCI, 2016, não paginado).

3 A Luta pela Democracia como Forma de Resistência

O golpe e os seus desdobramentos, que ocorrem a partir do Governo Temer demonstram que estamos em um novo ciclo

³ São chamados de rolezinhos os passeios em que grupos de adolescentes e jovens negros da periferia faziam aos shoppings nas capitais e causaram pavor e reações da classe média, além de medidas discriminatórias e violentas da segurança privada e da polícia.

⁴ Diversas organizações têm denunciado o assassinato de lideranças políticas, sobretudo, rurais, quilombolas, defensores (as) de direitos humanos, como foi o assassinato de Marielle Franco, vereadora do Psol, no Rio de Janeiro.

histórico e político que não se restringem à eleição do Bolsonaro, mas à implantação de um novo regime cujas marcas são o autoritarismo, o ultraliberalismo e os componentes do fascismo que têm caracterizado um regime de exceção vivenciado em nosso país, sob uma falsa aparência de normalidade. Na realidade, há diversos episódios que comprometem o Estado Democrático de Direito, como foi o caso do impedimento da candidatura e a prisão do ex-Presidente Lula. Isto demonstra, claramente, uma forte relação entre a Ditadura, sobretudo o seu viés autoritário, com a democracia que nos remete às seguintes questões: qual a democracia que queremos? Quais os limites da nossa democracia? Ou ainda: que democracia é esta que vivenciamos no Brasil?

Um dos limites com o qual nos deparamos ao analisarmos a democracia no Brasil é, nomeá-la e perceber a relação que ocorre entre o Estado e a sociedade civil, pois ela se confunde com o próprio Estado em seu modelo democrático, conforme ressalta Silva (2003, p. 13):

A começar pela dificuldade de adjetivos, como “democracia política”, “democracia econômica” e “democracia participativa”. Em decorrência, qualquer reflexão que sobre participação, como pano de fundo da democracia, exige que se faça um percurso pelas principais teorias da democracia burguesa no século 20, nomeadamente os modelos de democracia elitista e participativa.

Entretanto, a autora ressalta que antes de discutirmos os modelos de democracia é necessário ressaltar, o seu surgimento e as contradições que move sua interpretação, desde o modelo originário na Grécia e Atenas, pois já no seu nascedouro este sistema político recebe duras críticas das classes dominantes. Para estas classes, o maior receio era qual a dimensão política que as classes populares iriam tomar. As classes dominantes passaram a aceitar a democracia, somente quando perceberam que ela poderia ser forte aliada na dominação de classe.

No momento em que imaginávamos que a sociedade brasileira caminhava para a consolidação de um regime democrático, nos deparamos com a parcialidade das instituições que deveriam assegurar os direitos fundamentais como é o poder

judiciário. Portanto, compreender esse processo pressupõe considerar o papel estratégico do Brasil no cenário internacional e, em especial, na América Latina, que nas últimas décadas teve a ascensão de governos democrático-populares. Para Luís Felipe Miguel, “Se a democracia é entendida

Como tendo o objetivo de ampliar a capacidade de influência popular sobre as decisões públicas, então o processo em curso no Brasil pode ser definido como desdemocratização.” (MIGUEL, 2018, p. 7).

As eleições de 2018 trouxeram como resultado, não apenas uma derrota política das forças progressistas, mas a necessidade de recomposição das forças democráticas, como vimos desde 2015, o surgimento de diversas frentes e novas formas de organização social, com destaque para os(as) intelectuais, juristas, artistas e movimentos culturais. Essas e outras questões exigem aprofundar as reflexões que envolvem a dimensão histórica, política, econômica, ideológica e cultural, como destaque para o papel dos governos petistas, o papel do Estado e a intrínseca relação com o sistema democrático, assim como os principais sujeitos políticos envolvidos no processo.

A eleição do Governo Bolsonaro trouxe como destaque, a lógica da militarização da política e a sua forte ligação com a estratégia do capitalismo financeiro, e ainda, a formação de uma nova subjetividade, baseada na manipulação (fake news) como elemento central de disputa ideológica em uma tentativa clara de sufocar o pensamento crítico e a própria liberdade de pensamento. Outra questão de destaque foi a utilização da pauta moral em detrimento do programa ultraliberal e o papel da juventude e dos evangélicos, principalmente, do novo pentecostalismo, alvo da estratégia de manipulação utilizada pelos agentes diretos do imperialismo norte-americano, em uma espécie de guerra híbrida com forte viés ideológico. Essas e outras questões devem ser aprofundadas em outro ensaio.

A formação do Governo Bolsonaro que tem como tripé o núcleo político, militar e econômico com uma forte matriz ideológica, exige dos diversos setores da esquerda brasileira onde se inserem os(as) intelectuais comprometidos com um projeto de emancipação da sociedade, a reafirmação dos valores democráticos. E a defesa da democracia perpassa pela defesa da

liberdade do Lula, dos direitos da classe trabalhadora, se tivermos como perspectiva da civilização no lugar da barbárie. A combinação da luta social mais geral, com as lutas pauta dos diversos segmentos que sofrem duplas e triplas opressões, como é o caso das mulheres, dos povos indígenas, dos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBTs), da população negra, sobretudo, os(s) jovens que vivem nas periferias se somam na resistência à tentativa de um regime autoritário e à selvageria do Capitalismo.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Mary. **As caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão**. São Luís: EDUFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

MENICUCCI, Eleonora. **Como o golpe em curso impacta na vida das mulheres**. 2016. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/como-o-golpe-em-curso-impacta-na-vida-das-mulheres-por-eleonora-menicucci/>. Acesso em: 8 abr. 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Prefácio: a democracia à beira do abismo. In: SILVA, Luís Inácio Lula da. **A verdade vencerá: o povo sabe porque me condenam**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SILVA, Ilse Gomes. Democracia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil; as manifestações de junho de 2013. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 2, p. 393 – 402, jul./dez. 2015.

_____. **Democracia e participação na “reforma” do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões de Nossa Época, n. 103).

SOUZA, JESSÉ DE. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016. 114 p.

_____. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. Rio de Janeiro: Leya, 2015. 205

p.VIANA, Iamara da Silva; MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Educação Patrimonial e Ensino de História: Diálogos. ENCONTRO, ano 11, n. 20, 1. Semestre. 2013. Rio de Janeiro.

O GOLPE DE 2016: o impeachment de Dilma Rousseff no jornal *O Imparcial*

Carlos Victor de Sousa Ferreira¹

1 Introdução

A mídia tem papel fundamental no funcionamento dos sistemas democráticos, constituindo parte do desenrolar do jogo político, desde que funcione dentro de um padrão “ético” considerado correto, objetivando sempre a principal atividade que precisa ser exercida pela imprensa que é o compromisso com a verdade.

O impeachment da presidente do Brasil eleita em 2014 com mais 52% dos votos, Dilma Rousseff, ocorreu antes mesmo de seu mandato completar dois anos. Sabemos que este processo foi desenvolvido por articulações entre a oposição do governo, grandes empresários como os pertencentes da FIESP, os poderes legislativo e judiciário e com participação fundamental da grande mídia.

Esta última tinha papel fundamental de conseguir conciliar um convencimento público, que colocasse em xeque a governabilidade da presidente eleita por maioria dos votos, colocando-a como principal elemento de corrupção do Brasil e a responsável pelas mazelas do país.

Destarte, pensando o papel da mídia dentro dos processos políticos, Ignacio Ramont (In: MORAES, 2013, p. 54-55) aponta que os aparelhos midiáticos (pensando a realidade dos jornais) buscam fugir de uma definição explícita de um ideal político e ideológico, desse modo, visando um alinhamento “imparcial” e isento dos fatos. Entretanto, o autor aponta que as matérias, as escolhas das fotografias, as formas de abordagens, se constroem

¹ Mestre em História pelo PPGHIS-UFMA. Bolsista de Mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Email: victhorcarlos5@gmail.com. Orientadora: Prof^ª Dr^ª Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz. Artigo desenvolvido como requisito de conclusão da disciplina “O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil” ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA).

a partir de um pressuposto ideológico do grupo que compõe o editorial do jornal.

Habermas (2006) afirma que a mídia constitui também uma forma de poder dentro da conjuntura político-econômico-social, e afirma: “a utilização do poder dos media manifesta-se na escolha da informação e no formato, na forma e no estilo dos programas e nos efeitos de sua difusão”.

Por outro lado, é necessário analisar o papel do jornalista como transmissor das informações. A proposta de seu trabalho é por definição a de um “analista de uma jornada”. No entanto, a atual realidade tecnológica, no estado em que as informações e noticiais se encontram, em que o imediatismo da notícia impera, o jornalista encontra dificuldades ao analisar acontecimentos ao calor do momento. Para Ramont (p. 56) “não há mais jornalismo, mas sim “imediatistas” que não são capazes de analisar, pois, para isso é preciso tempo”. Desta forma, os jornais deveriam requerer tempo ao analisar fatos e acontecimentos.

Partindo desse pressuposto, acreditamos ser necessário analisar como os jornais maranhenses se comportaram diante das proximidades e após a votação final do impeachment de Dilma Rousseff no Senado, que ocorreu no dia 31 de Agosto de 2016. Utilizaremos especificamente o jornal O Imparcial, que circula no Maranhão e se encontra acondicionado na Biblioteca Pública do Estado Benedito Leite, analisaremos as noticiais que foram divulgadas e estampadas no jornal durante a iminência da votação do processo e, principalmente, os direcionamentos dado pelo jornal e o seu corpo editorial. As notícias analisadas estão entre as edições do dia 15 de Agosto ao dia 2 de Setembro de 2016.

2 O Imparcial: veículo de notícias?

O Jornal O Imparcial foi fundado em 1926 por José Pires Ferreira, pelo seu nome, o jornal se propunha ter como orientação a imparcialidade nas notícias, que à época era uma nova proposta de se fazer jornalismo. Desse modo, a pretensão principal do Imparcial era não tomar partido, ou sair em defesa de determinados grupos políticos, viés ideológicos e, sobretudo, não transformar notícias em opiniões. (SOUZA, 2006, p. 6 IN: REIS, 2017, p. 82).

De todo modo, o jornal passou por alterações ao longo do tempo, principalmente pelas vendas, trocas de donos e reformas dentro do próprio modelo do jornal. Desde 1944 quando foi adquirido por Assis Chateaubriand, do qual esse fazia parte do Diário Associados, que o Imparcial tem pertencido a este grupo.

A extensão do Jornal está presente tanto no material impresso, quanto nos veículos tecnológicos, como a internet com o portal O Imparcial, junto do canal no *Youtube* chamado TV Imparcial, e, ainda utilizam as redes sociais como veículo de comunicação e divulgação das notícias para os internautas.

Thays Reis (2017, p. 82) afirma que o referido jornal é distribuído em pelos 82 municípios do estado do Maranhão, tendo como principal formato o chamado Standard, entre as segundas e sábados a média de páginas por publicação variam entre 12 a 20 páginas, tendo o seu número aumentado para 50 aos domingos. O Imparcial tem um alcance relativamente alto entre os maranhenses, que variam entre 8 mil unidades durante a semana e 11 mil aos domingos.

Tendo como uma miscelânea de informações, o jornal consegue concentrar oito editoriais, estando presente noticiais referentes à Política, Opinião, Geral, Negócios, Urbano, Polícia e dentre outros, contém dois cadernos, duas colunas e um caderno de classificados. (REIS, 2017, p. 82)

São estampados na capa e nas primeiras páginas as principais notícias, e dentre elas as referentes à política nacional e local, onde trazem comentários dos jornalistas e especialistas, focam nos processos que se desenrolam em Brasília ou no Estado do Maranhão. As notícias ora analisadas, referente ao processo de golpe sofrido por Dilma Rousseff, se encontram neste quadro das primeiras páginas. Desse modo, são de grande destaque devido à relevância que o caso compõe. Para esta análise, atentemos para as formas de abordagens, a linguagem utilizada nas matérias, frases de chamadas da ancoragem e as imagens que compõem a leitura do texto. Pois, todos são de suma importância para se depreender as leituras que o corpo editorial faz do processo, bem como as finalidades que tentam atingir com as notícias abordadas, seja de informação, depreciação ou críticas.

Desse modo, a imprensa pode repetir uma ideia até ser incorporada como expressão espontânea e natural pela sociedade

civil, portanto, ajuda a criar o clima favorável para atingir seus propósitos (empresariais) e ao mesmo tempo encobre seu papel no processo. Nem as técnicas de criação das matérias são neutras (MORETZSOHN, 2000).

3 O Impeachment em Foco

O Golpe de 2016 teve o início de seu desenho desde 2014, logo após a vitória de Dilma Rousseff sobre o representante tucano Aécio Neves (PSDB). Pois, desde a abertura do processo pelo presidente da câmara dos deputados Eduardo Cunha em 2015, o PT e o governo Dilma foram colocados no centro dos noticiários, jornais e na grande mídia brasileira, ora notabilizando sobre o andar do processo nos poderes legislativo e judiciário, ora sobre as manifestações pró e contra o impeachment ou as medidas que eram tomadas pela presidente para amenizar a crise dentro do governo.

A centralização dos noticiários no processo de impeachment de Dilma Rouseff levou a um dos principais jornais maranhenses a noticiar diariamente as medidas tomadas durante o processo. Nesse ínterim, dentro do recorte temporal delimitado pelos menos todos os dias traziam notícias sobre o impeachment e, principalmente, após a destituição de Rouseff da presidência. Ao longo desta análise nos propomos refletir as principais notícias e as formas de abordagens pelo corpo editorial do jornal.

Para tanto, nos conduzimos pelo viés teórico e metodológico de Antonio Gramsci (In: MORETZSOHN, 2016, p. 122), que afirma que os jornais exercem função política e se enquadram no que o pensador definiu como “aparelhos privados de hegemonia”, uma vez que estes jornais defendem causas, ao escolher esta ou aquela notícia, este ou aquele fato, essa ou aquela forma de noticiar. Portanto, ao optar por determinados assuntos do processo, a seleção de notícias ou o formato das informações, fazem parte de uma construção de um discurso com a finalidade de construir uma imagem sobre o impeachment e sobre a presidente.

Dentro do recorte delimitado a primeira notícia sobre o caso Dilma é datada de 15/08/2016, cujo título é “DILMA É NOTIFICADA A COMPARECER A VOTAÇÃO”, escrito na

quarta página, na última notícia e em letras garrafais o título, é noticiado que Dilma foi notificada para comparecimento no Senado, tratando sobre o comparecimento ou não para sua defesa. Na mesma edição, a quinta página traz a opinião do advogado Sacha Calmon, o título em letras garrafais e em quase meia página de notícia: “DILMA, A EXTERMINADORA DO FUTURO”, o autor se deleita na desvalorização da Petrobras e nos casos de corrupção que fez uma das maiores empresas do mundo se envolver em um dos escândalos de corrupção do Brasil.

Neste artigo, Dilma é posta como a “decaída presidente do Brasil arrasou a nação”, o autor lamenta-se por “inexistir o crime de lesa-pátria, como outrora”. Mais a frente aponta as supostas medidas que foram causadas por Rouseff, onde a culpabiliza pela “destruição da Eletrobrás” e “falência dos Correios”. Para Calmon, ficou mais que provado a incompetência do governo Dilma (O Imparcial 15/08/16, p. 5):

Houve erros de gestão em profusão. Jamais se viu incompetência tão grande a destruir um país [...] Vou me servir de especialistas para mostrar a obra destrutiva dessa irresponsável governança (além da insurreição armada, não fez mais nada na vida a não ser militar pelo socialismo). [grifo nosso].

É notório neste fragmento o quanto a figura de Dilma é invocada e depreciada pela sua suposta “incompetência”, para o autor nunca se viu algo tão nocivo ao Brasil. Sugere-nos, portanto, que a corrupção nascera no governo Dilma e conclui ainda que a competência da presidente se concentraria apenas na “luta armada” e “militar pelo socialismo”. O título de “exterminadora do futuro” traz à tona a figura de alguém preparado para destruir o futuro da nação e nada mais.

Este tipo de artigo próximo à votação do impeachment obviamente atende à criação da representação de uma presidente que nada fez além de “afundar” o país. A concentração em Dilma como a única culpada pelos problemas enfrentados pelas empresas estatais, levam a crer que esta é digna de pena e de expurgação do principal cargo de poder do país.

No dia 13/08/2016 “QUANDO SETEMBRO CHEGAR” é o artigo escrito José Lemos, professor da

Universidade Federal do Ceará. Que reconstitui historicamente a construção do PT, ao longo da ditadura militar e da reabertura política como partido de esquerda e alinhado ao operariado. A fala é de alguém que fazia parte do PT e militava pelos seus ideais, são usadas frases como “E lá fomos nós. Embarcamos de cabeça naquele ideário de esquerda”, “Fazíamos oposição literalmente a tudo que ao menos tivesse algum resquício de envolvimento como “fazer política tradicional””.

No entanto, José Lemos se torna enfático e ao final de seu artigo destaca que os treze anos de PT foi marcado por incongruências, enriquecimento ilícito do partido, afirma que “antes enganavam e enganaram. Agora não enganam a mais ninguém”. A frase que finaliza seu artigo “Setembro chegar”, é a sinalização de uma suposta esperança pelo vindouro mês de Setembro, visto que a votação do impeachment estava marcada para o dia 31 de Agosto: “Quando setembro vier finalmente acordaremos de uma longa noite de pesadelos”. E o Brasil se livrará “disso que aí esteve há treze anos”. (O Imparcial, 13/08/16, p.5)

Notoriamente que ter alguém que fez parte do partido, que agora estava sendo colocado em xeque sua permanência no poder, pode ser considerado também como jogo de depreciação ao PT, uma vez que o leitor observando a fala de alguém que foi pertencente do partido, pode considerar como legitimação de que o mesmo não poderia continuar mais a governar. Assim, se torna parte do convencimento de que o PT e o governo Dilma não se tornam mais necessário para o país, é o momento, portanto, de restaurar e virar a página de algo que “aí esteve há treze anos”.

Os dias seguintes são noticiados o desenrolar das articulações criadas pelo PT. Um deles intitulado “Dilma no plenário” afirma que a presidente em seu pronunciamento teria excluído a palavra “golpe”, pois: “não dá para chamar os senadores de golpistas e, ao mesmo tempo, pedir que votem a seu favor”. (O Imparcial, edição 14/08/16, p. 4). Entendemos que Dilma é colocada como alguém contraditória, uma vez que mudaria sua convicção de “golpe” que vinha sendo defendida por ela, para o “não golpe” como forma de não declarar guerra aos senadores.

Podemos notar que grande parte dos noticiários sobre Dilma, que na época estava afastada do cargo da presidência, não tinha mais o prefixo da palavra “presidente” nos títulos das notícias, sendo sempre iniciada pelo seu nome. A prova disso é outra matéria intitulada “Dilma pede plebiscito em carta ao Senado” de 17/08/16. Para a edição, o plebiscito de Dilma é como forma de “reverter alguns votos em seu favor no julgamento final”. Mesmo que em sua carta ao Senado tenha afirmado que estava passando por um golpe, que 81 senadores passariam sobre a vontade de 110 milhões de eleitores e afirma: “quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e só o povo, nas eleições”. (O Imparcial, 17/08/16)

De todo modo, observamos duas notícias que se complementam, mas que ao mesmo tempo também se contradizem. Destacamos dois pontos, a primeira notícia trata principalmente sobre a contradição de Rouseff por não tratar mais o seu processo como “golpe”, a ideia principal da notícia é coloca-la como alguém que voltou atrás de um discurso que vinha defendendo há muito tempo. Por outro lado, na edição de 17 de Agosto, trazem a proposta de Dilma pedindo um plebiscito e reutilizando a palavra “golpe”, reafirmando que estaria passando por um processo não lícito orquestrado pela ordem parlamentar e judiciária, e afirmando que estavam sendo contrários à vontade popular decida nas urnas das eleições de 2014. Assim, junto dessas duas matérias se realça a figura de uma representante do poder que é extremamente contraditória.

Em contraponto, Aureliano Neto juiz de direito em seu artigo “Eleição, Revolução e Golpes”, reconstitui historicamente como a nossa fragilizada república foi constituída de falsas revoluções e golpes. E finaliza acenando que o Brasil estaria diante de um golpe, o impeachment, e o seguinte golpe seria a absolvição de Eduardo Cunha, com o aval de Michel Temer. (O Imparcial 18/08/16, p. 6) Apesar da sequência de depreciação ao governo Dilma por pelo menos maioria das notícias, a proposta de Aureliano não acalenta a já desgastada imagem do governo. Entretanto, sua análise ameniza ou pelo menos propõe ao leitor refletir sobre a realidade política que o Brasil estava passando.

Na data seguinte, as notícias sobre o PT tratam-se da corrida do partido para conseguir votos a favor de Dilma, neste

impasse, a notícia demonstra a indisponibilidade de se conseguir os devidos votos favoráveis, pois, afirma sobre/para os políticos que estavam visando às eleições de 2018: “votar contra o impeachment é considerado desgaste na certa”. Desaprova na mesma matéria a atitude do PT em outras votações, pois, segundo a mesma o partido não era generoso em outras votações. Dito com outras palavras, o Partido dos Trabalhadores ia a favor das pastas e dos interesses que desrespeitavam a eles, desse modo, a matéria denota clara ambição por parte do partido, que quando não lhe convém fica atônito nas votações, porém quando precisa, no caso do impeachment, recorre ao favor dos demais partidos.

Na mesma matéria já sinaliza que a sigla do PT se encontra em constante desgaste e desaprovação pelo Senado, ou seja, se aliar ao PT precisaria de coragem. Estas exposições podem reverberar sobre a forma como a sociedade concebe o Partido dos Trabalhadores. (O Imparcial, 19/08/2016, p. 4)

No dia 21 de Agosto a matéria “Senadores do PT articulam com Dilma” afirma que a presidente junto de seus aliados estava organizando uma espécie de “treinamento” para as possíveis perguntas a serem respondidas por ela. O interessante nesta matéria que é pequena e localizada no final da página, a frase “presidente afastada” é repetida três vezes e em três parágrafos seguidos. Por fim finaliza a matéria com uma fala de Cássio Cunha, líder do PSDB no Senado, segundo a matéria ele afirma: “a presença de Dilma na sessão de julgamento convalida todo o processo. Ela jogará por terra todo o discurso de que o processo é um golpe. Não existe golpe com a presença do golpeado” (O Imparcial, 21/08/16, p. 4).

Pela ordem do processo, Rousseff teria por direito a sua autodefesa e a comprovação de que um golpe estaria sendo desenhado sobre o seu governo, no entanto, Cássio Cunha desaprova até a própria defesa e a presença de Dilma. A sua ida ao senado pode ser comprovação de alguém que estava se propondo a indagar e refutar os seus acusadores. Mas, somando as abordagens da notícia, tratando do treinamento da presidente nas perguntas, a ênfase sobre a frase “presidente afastada” e a fala do opositor Cássio Cunha colocam cada vez mais abaixo a governabilidade de quem estava sendo golpeado.

Na edição do dia 24 o “desespero” de Dilma chega ao Maranhão, a foto da ancoragem da matéria é da presidente abatida, alguém desgastado e com o rosto virado para o lado esquerdo, sem olhar para o leitor, logo sem passar convicção. Na chamada da capa, afirma que a presidente pressiona o PT do Maranhão a romper alianças com o PC do B – MA em busca de votos dos senadores maranhenses. As claras observamos que a notícia transpõe uma presidente desesperada por votos e já desgastada por sua imagem.



O Imparcial (edição de 24/08/2016)

A matéria “Tom emotivo marcará o discurso de Dilma” afirma que a presidente que dará o tom do desenrolar da votação, a oposição afirmou que “adotarão “tom respeitoso” com Dilma, mas que não aceitarão provocações de seus defensores”. A foto da matéria coloca novamente a presidente com um olhar espontâneo e sério para o lado direito, dando impressão de preocupação e angústia (29/08/2016, p. 04).



O Imparcial (edição de 29/08/2016)

Sobre as duas últimas matérias, a utilização das imagens e da forma como ambas ficaram estabelecidas nas reportagens, tentam perpassar e construir a imagem de Rousseff cada vez mais desestabilizada. Na primeira, uma figura desesperada lançando apostas para alcançar votos, na segunda o seu comportamento perante a casa do legislativo que “iria” decidir o comportamento dos demais.

Na segunda página na coluna “Brasília- DF” informam ainda no mesmo dia a “Correção do Curso”, mostrando a alteração da estratégia do PT, que ao invés de atacar os senadores, seu alvo seria o governo interino: “criar um discurso de que o governo Michel Temer vai desmontar os programas sociais” e em contrapartida ocorreria uma retaliação da oposição, orquestrada por Aécio Neves. (29/08/2016, p. 04) Em nossa delimitação temporal não se encontrou notícias das articulações da oposição, pode se depreender que todas as notícias aqui analisadas tendem a criar a imagem do PT como um partido estratégico, que tenta todos os meios possíveis para atingir a oposição e impedir o processo de impeachment no senado.

Em 30 de Agosto é noticiado o processo de impeachment em quase toda a capa. Na foto central, Dilma dando as mãos a Renan Calheiros, a expressão de Dilma é de seriedade, podemos interpretar como chance de conciliação com presidente do senado. O título principal é “O Dia Dilma”, nas chamadas há trechos de falas de políticos e da própria Dilma, como: “Hoje, só temo a morte da democracia no Brasil”. Ainda embaixo da imagem “Golpe X Democracia”, respaldando pelo grande

número de vezes que foi citada a palavra: “Golpe Parlamentar”, por fim afirma que a presidente “não deve influenciar votos de senadores”. O próprio jornal tem convicção sobre a não influencia da presidente nos votos, baseado, talvez, em tudo o que já foi noticiado e dito aqui. (O Imparcial, 30/08/16, p. 1).



O Imparcial (edição de 30/08/2016)

Após o dia da votação, e a vitória do impeachment por 61 votos a 20, a matéria “Dilma não é mais presidente” informa o leitor sobre o processo da então ex-presidente, o “fim da era PT” e seus direitos políticos preservados. A cerimônia do Temer assumindo a presidência também foi noticiada no dia primeiro de setembro, na imagem da capa ele e seus correligionários no Senado e como corpo das notícias, as primeiras medidas tomadas por Temer, agora como presidente. A imagem chama atenção pela imponência dada a Temer ao estar no mais alto cargo de poder do Brasil. (O Imparcial, 01/09/16, p.1)

Por fim, no dia 2 de Setembro o artigo “Começo de novo tempo” é narrado sobre a “esperança da retomada de crescimento do Brasil”, após os conturbados nove meses do processo de impeachment. Frases como “começo de um tempo de trabalho duro para o Brasil reencontrar o caminho do crescimento econômico e social, dentro de um clima de harmonia e paz”. A partir da frase nos indagamos, o grande problema do Brasil se concentrava devido o PT no poder? E as

propostas da oposição e o desenrolar de como o processo foi estabelecido por que não foram levados em conta? Ainda na mesma matéria se afirma: “uma triste página da história do Brasil foi definitivamente virada, abrindo inegável chance para que o país reencontre a trilha do desenvolvimento econômico, pois a população não suporta mais sacrifícios” (02/09/16, p.6)

A proposta da matéria supracitada é a de demonstrar a necessidade de expurgação do Partido dos Trabalhadores das instâncias de poder, que para o autor, causou tantos danos a nação brasileira que tiveram por muito tempo “suportar” e realizar “sacrifícios” para sua sobrevivência. Agora, com a retirada definitiva de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer ao poder, representava uma nova proposta de sobrevivência da democracia e crescimento econômico e social do Brasil.

Considerações Finais

A proposta deste artigo foi analisar como um dos principais jornais de circulação no Estado do Maranhão abordou o processo de culminação do golpe de 2016, em que retirou a presidente eleita Dilma Vana Rousseff da administração do Brasil. Atentamos para a forma como estavam postas as notícias referentes ao caso, e, a utilização da imagem de Dilma durante o andamento da ação, que teve seu desfecho fatídico no dia 31 de Agosto de 2016.

Contudo, reafirmamos que os jornais são a compreensão e interpretação de alguém, ou de um grupo, sobre determinados fatos e acontecimentos políticos. Desse modo, podem influir – pensando no poder que a imprensa possui – sobre o comportamento da sociedade civil ao noticiar o desenrolar das medidas políticas, agindo sobremaneira, que a sociedade acabe incorporando, sem as devidas reflexões críticas, as vontades do corpo editorial do jornal. Como por exemplo, tomar um lado dentro do processo político e perseguir a presidente que estava sendo julgada. Como afirma Ramonet: “os conglomerados midiáticos são grandes atores do mercado e, ao mesmo tempo, sua missão é difundir ideologias disfarçadas de informação”. (2013, p. 63)

Neste sentido, a forma como organizaram as notícias, a exemplo: posição da presidente, as chamadas das matérias, as opiniões dadas por analistas nos seus artigos, as fotos escolhidas para ilustrar, bem como o corpo do texto e sua escrita, dizem muito sobre a intenção ou sobre a imagem que querem construir sobre a presidente Dilma, seja para depreciá-la ou ovacioná-la. Por outro lado, é necessário estar atento para as incongruências e para as disparidades que são descritas dos fatos. Ademais, podemos inferir que as notícias dadas pelo *O Imparcial* demonstraram que fazem parte desse jogo e com objetivo de criação de imagens e indisposições à Dilma conforme interesses.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e crise do Governo Dilma Rouseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia.** Disponível em: www.ie.ufrj.br/revista | www.scielo.br/rec. Acesso em: 24/07/2018.

BIROLI, Flávia. **A mídia, a crise e o golpe.** 07/10/2016. Blog da Boitempo. Disponível em: Acesso em: 23/07/2018

MORAES, Denis de (org.). **Mídia, Poder e Contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

MORETZSOHN, Sylvia. **A velocidade como fetiche: o discurso jornalístico na era do “tempo real”.** Trabalho de Conclusão de Curso - Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF) – Rio de Janeiro, 2000.

FREIXO, Adriano de. RODRIGUES, Thiago. (orgs.) **2016: O ano do Golpe.** Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. **A construção do impeachment de Dilma Rouseff pela mídia brasileira comercial na cobertura das manifestações de rua.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais> Acesso em: 24/07/2018.

REIS, Thays Assunção. **A CULTURA NOS DIÁRIOS MARANHENSES: uma análise editorial dos jornais O Estado do Maranhão, O Imparcial, Pequeno e o Progresso.** Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.

A “NOVA CLASSE MÉDIA” APOIA O GOLPE: autossabotagem.

Glória Maria Calisto Cunha¹

1 Introdução

Em 17 de abril de 2016, quando a Câmara dos Deputados aprovou por 367 votos contra 137 a abertura do processo contra a presidenta Dilma Rousseff, não sabíamos o que estava por vir, mas as pistas eram suficientes e claras a qualquer cidadão mais ou menos atento ao momento político brasileiro. A começar pela própria sessão do fatídico dia, mais trágico que cômico, presidida por Eduardo Cunha, hoje condenado por participação em esquema de propina.

Alguns setores da sociedade ainda se questionam sobre a utilização do termo “Golpe” para se referir aos eventos ocorridos no Brasil em 2016, “Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político”². A votação escancarou um processo que se desenhava a algum tempo no país: a ascensão da extrema direita (que se evidenciou ainda no governo interino de Michel Temer, a partir de maio de 2016, com a formação de um ministério 100% branco e masculino e o fim do Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, por exemplo). Nesse mesmo mês, o presidente encontra-se com o pastor Silas Malafaia, uma das maiores lideranças religiosas do país e em seu discurso de posse promete fazer um “ato religioso” com o Brasil: “Quando você é religioso você está fazendo uma religião. O que queremos fazer agora com o Brasil é um ato religioso, um ato de religião de

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS – UFMA).

² BIANCHI, Álvaro. **O que é um golpe de Estado**. Disponível em: <blogjunho.com.br/oque-e-um-golpe-de-estado/> Acesso em: 29/07/2018.

toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso país”³.

O Projeto Conservador

Em suma, o projeto que se punha em prática evidenciava as aspirações de uma determinada classe, ligada ao agronegócio, à religião e à segurança pública, representada na política nacional pela chamada Bancada BBB⁴, cujas pautas em 2017 incluíram a demarcação de terras indígenas, a proibição do aborto em caso de estupro e o retrocesso nas discussões em torno do trabalho escravo, ou seja, interesses que nada tem a ver com a maioria da população e, inclusive, evidenciam uma marcha a ré em relação às garantias e direitos conquistados por sujeitos historicamente invisibilizados e desassistidos pelo Estado.

Entender que o Golpe foi apoiado e levado a cabo pela classe dominante, detentora de privilégios que se tornavam cada vez mais acessíveis aos trabalhadores é fundamental, uma vez que desigualdade social e concentração de renda são umas das maiores chagas do nosso país, então, nada justo, porém compreensível, que representantes desta classe se empenhassem em manter suas vantagens e regalias, mas uma questão ainda obscura foi o apoio dado ao impeachment por representantes da chamada “nova classe média”⁵, alguns inclusive, beneficiários dos programas sociais e econômicos que punham em xeque a manutenção da inabalável hierarquia social brasileira.

Segundo Gramsci “a classe dominante exerce seu poder não só por meio da imposição, mas porque consegue impor uma

³ Discurso de Posse de Michel Temer proferido em 12/05/2016.

⁴ O termo foi utilizado pela primeira vez pela deputada federal Erika Kokai (PT/CE) em 2015 para referir-se conjuntamente às bancadas armamentista (da bala), ruralista (do boi) e evangélica (da bíblia).

⁵ Segundo Marilena Chauí, a expansão da classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas para 105,4 milhões levou à afirmação de que a classe média brasileira cresceu, ou melhor: de que teria surgido uma nova classe média no país. Porém, a autora enfatiza que os membros dessa “nova classe” situam-se entre os trabalhadores “cuja composição é complexa, heterogênea e não se limita aos operários industriais e agrícolas “tradicionais” – CHAUI, Marilena. *A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo*. In. **Por que gritamos golpe?** [recurso eletrônico] : para entender o impeachment e a crise / organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016. p. 01.

visão de mundo, uma filosofia, uma moral, costumes, um “senso comum” que favorece o reconhecimento de sua dominação pelas classes dominadas”⁶. Podemos afirmar que grande parte do sucesso de tal empreitada aqui no Brasil em 2016, deve-se à empreitada da grande mídia nacional, concentrada nas mãos de um seleto grupo: “Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três/Istoé) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no sul do país) que colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontestável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff, eleito por 54 milhões de pessoas em 26 de outubro de 2014”⁷.

Historicamente alinhada ao pensamento conservador, a mídia tradicional brasileira atua como aparato da classe dominante, disseminando seus posicionamentos e manobrando a seu bel prazer os acontecimentos. Com o surgimento da chamada mídia alternativa, combativa e acessível com o uso da internet, uma das alternativas de manutenção da influência desse velho modelo são as plataformas digitais e a disseminação das chamadas fake news. Um dos representantes dessa “nova onda” é o Movimento Brasil Livre (MBL) que tem como fundador e coordenador Kim Kataguiri, que também já foi colunista da Folha de São Paulo...

Investindo em uma linguagem simples, objetiva e, quase sempre sensacionalista, a dita mídia teve papel decisivo e impactante nas manifestações de junho de 2013. Através de uma narrativa homogênea, transformou um movimento popular plural em trampolim à ascensão de um conservadorismo reacionário, orientado por políticos de caráter duvidoso que, ainda sob as sombras de três eleições vencidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), oportunamente aproveitaram-se do

⁶ CARMO, Jefferson Carrielo do. *Algumas considerações históricas sobre o Estado e a sociedade em Antonio Gramsci depois dos Cadernos do Cárcere*. Revista Ágora, Vitória, n. 5, 2007. p 10.

⁷ LOPES, Mauro. *As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático*. In. Por que gritamos golpe? [recurso eletrônico] : para entender o impeachment e a crise / organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016. p. 01.

momento para fomentar em meio à população um clima anticorrupção nascido de um sentimento honesto, porém, mal enveredado.

O caos político, a instabilidade econômica e o serviço de desinformação impetrados pela mídia a serviço do Golpe ficaram evidentes nas manifestações de março de 2016⁸, que já se auto intitulavam favoráveis ao impedimento da então presidenta Dilma Rousseff.

Segundo Chauí “As manifestações de 2016 evidenciaram as divisões políticas que atravessam a nova classe trabalhadora quando parte dela acompanhou a classe média, que, encorajada e empurrada pelos meios de comunicação de massa e partidos políticos de oposição, ergueu sua tradicional bandeira de luta contra a corrupção política e em favor de um golpe de Estado para restaurar “a ordem e o progresso”. E o fez com uma violência, um ressentimento e um desejo sombrio de vingança não encontrados nem mesmo nas Marchas pela Família que encabeçaram o golpe de 1964”⁹, a classe trabalhadora então, adere ao pensamento da “verdadeira classe média” que nutre um “desejo de ordem e segurança também porque, em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo, tornar-se proletária. Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante”¹⁰.

Nenhuma das medidas retrógradas do presidente Michel Temer levaram manifestantes às ruas, nem mesmo a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, que atingem diretamente o

⁸ Consideradas as maiores manifestações de rua da história da democracia depois do fim da Ditadura. Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html. Acesso em 30/07/2018.

⁹ CHAUI, Marilena. *A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo*. In. Por que gritamos golpe? [recurso eletrônico] : para entender o impeachment e a crise / organização Ivana Jinkings , Kim Doria , Murilo Cleto. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016. p. 06.

¹⁰ Idem.

trabalhador, nem mesmo o congelamento de gastos por 20 anos em áreas como saúde e educação da chamada PEC do Teto dos Gastos Públicos, aprovada pelo Congresso Nacional em 2016.

As disputas que se seguiram ao Golpe, entre Direita X Esquerda, Coxinhas X Mortadelas, Bolsomínions X Petralhas, etc, foram marcadas pelo individualismo e pela ausência de consciência entre os grupos envolvidos. Contabilizando ainda a parca experiência democrática brasileira, a educação deficiente e a ausência de uma memória coletiva que permita a construção de um pensamento crítico, passamos a viver em uma época da chamada pós-verdade onde “as mentiras que falsificam a realidade passam elas mesmas a produzir realidades”¹¹. Fortaleceram-se assim, figuras como a do ex-deputado estadual pelo Rio de Janeiro e agora presidente Jair Bolsonaro, que nunca se destacou por sua atuação política em 30 anos de vida pública e sim por suas más colocações e opiniões de caráter duvidoso em torno de temas considerados “tabus” pela “família tradicional brasileira”, como educação sexual nas escolas, feminismo, direitos LGBT e cotas raciais, além de defender publicamente assumidos torturadores militares da Ditadura no Brasil.

Considerações Finais

A sensação é a de que o Golpe político de 2016 foi um sucesso para os envolvidos diretos, mas um golpe (com “g” minúsculo mesmo) para a sociedade civil.

Como uma continuação piorada do governo Temer, Bolsonaro vem decepcionando até mesmo parte de seu eleitorado. Após compor ministérios com seis investigados e dois condenados e ter um dos filhos investigado pelo Ministério Público, o atual presidente vê seu discurso anticorrupção esfacelar-se. Com sua pífia participação no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, ficou evidente seu despreparo em relação à temas pertinentes a um chefe de Estado e as recentes deliberações de seu Governo, que incluem salário mínimo sem

¹¹BRUM, Eliane. *Bolsonaro e a autoverdade*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html> Acesso em 30/07/2018.

reajuste, supressão paulatina de benefícios sociais e extinção de Ministérios importantes, como o do Trabalho e da Cultura, comprovam que a classe trabalhadora foi quem saiu derrotada nas eleições presidenciais de 2018, considerada por alguns setores da esquerda como “eleições do golpe”.

A crise em que se afunda a população brasileira hoje, não é só política, é também moral, social, econômica. Em busca de alternativas e saídas, o brasileiro médio sacrifica (inconscientemente ou não) seus direitos essenciais e se sujeita ao que existe de mais débil em seus posicionamentos “políticos”, lutando do lado errado do conflito, sem consciência política, de classe ou mesmo senso crítico.

Quando em 1995 em uma conferência na Universidade de Columbia o filósofo Umberto Eco caracterizou o “Ur Fascismo” ou “Fascismo Eterno”, apontando 14 características que incluíam, dentre outras, o rechaço ao posicionamento crítico, elitismo e apelo às classes médias frustradas, poderia perfeitamente estar se referindo ao Brasil de hoje onde os últimos acontecimentos da atual conjuntura política certificam uma evidência: vivemos um momento de esquizofrenia social e de enfraquecimento da ordem democrática.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Álvaro. **O que é um golpe de Estado**. Disponível em: <blogjunho.com.br/oque-e-um-golpe-de-estado/> Acesso em: 29/07/2018.

BRUM, Eliane. **Bolsonaro e a autoverdade**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html> Acesso em 30/07/2018.

CARMO, Jefferson Carrielo do. Algumas considerações históricas sobre o Estado e a sociedade em Antonio Gramsci depois dos Cadernos do Cárcere. **Revista Ágora**, Vitória, n. 5, 2007.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In. **Por que gritamos golpe?** [recurso eletrônico] : para entender o impeachment e a crise /

organização Ivana Jinkings , Kim Doria , Murilo Cleto. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In. **Por que gritamos golpe?** [recurso eletrônico] : para entender o impeachment e a crise / organização Ivana Jinkings , Kim Doria , Murilo Cleto. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

Discurso de Posse de Michel Temer proferido em 12/05/2016.

Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml>> Acesso em 30/07/2018.

Site El País Brasil:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html> Acesso em 30/07/2018.

O JORNAL PEQUENO E OS GOLPES DE 1964 E 2016

Jefferson Maciel Lira¹

1 Introdução

No momento das deposições do presidente João Goulart e da presidente Dilma Rousseff e da instauração dos Golpes (Golpe empresarial militar e Golpe Jurídico-parlamentar em sequência), a imprensa teve um papel importante na propagação do “inimigo interno”, na assombração do comunismo e do desordenamento administrativo e moral que assolava o país, sendo necessário, portanto uma intervenção militar no caso de 1964 e jurídico-parlamentar em 2016 para um “restabelecimento de ordem e da moral”.

Os governos golpistas responsáveis pela destituição dos presidentes, pela instauração de um novo regime e pela institucionalização de medidas e iniciativas como uma legislação complementar emergencial à constituição, precisavam conquistar o consenso da sociedade a partir dos campos ideológico e político. Dessa forma, era de fundamental importância que no âmbito da Sociedade Civil, a imprensa ajudasse no processo de construção de uma opinião pública favorável ao projeto recém-instaurado no país.

Para Gramsci (2005), neste aspecto, a imprensa se constitui enquanto Aparelho Privado de Hegemonia, como já citado anteriormente, dentro do âmbito da Sociedade Civil, interferindo diretamente nos embates políticos, morais e culturais no país naquele momento.

O objetivo desta pesquisa é analisar o posicionamento do Jornal Pequeno², um dos grandes jornais de circulação, diante de

¹ Mestrando em História pelo PPGHIST/UEMA). Membro do Grupo de Pesquisa Poderes e Instituições, Mundos do Trabalho e Ideias Políticas (PIMTI/ UFMA) Especialista em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF) Email: jeff.maciell@hotmail.com

² O Jornal Pequeno, em 1964, geralmente tinha seis páginas, custava o preço de 20 cruzeiros e tinha sua organização disposta em temáticas, com reportagens e colunas que tratavam sobre economia, cultura, esportes e política. Tinha uma gama de jornalistas

dois eventos, examinar de que maneira este periódico maranhense ecoava as ações do golpe de 1964 e de 2016.

As Páginas em 1964

Existem alguns aspectos que versam sobre o posicionamento do periódico que devem ser levado em consideração para a sua análise. De acordo com reportagens apresentadas no jornal anterior ao Golpe de 64, o Jornal Pequeno apoiava o Vice-presidente João Goulart na sua posse enquanto Presidente da República, haja vista a renúncia do presidente Jânio Quadros, em defesa da legalidade e democracia para pôr fim às agitações que balançavam o Brasil naquele momento, tendo por principal argumento o quantitativo eleitoral que João Goulart havia recebido:

É preciso respeitar a soberana decisão das urnas. Necessário se torna assegurar o direito político de Jango Goulart assumir o governo, dentro dos princípios constitucionais, se é que a nossa carta magna ainda vale alguma coisa. Fora disso, qualquer atitude é democraticamente ilegítima, discricionária, abusiva. (Jornal Pequeno, 30 de agosto de 1961, p. 1).

Não apenas fica nítido que havia uma tentativa do jornal em se posicionar diante da legalidade da posse do presidente João Goulart, no intuito de assegurar as pilastras da democracia, como direciona o argumento à sociedade civil, enquanto cidadão que exerceu seu dever de voto que merecia ser respeitado.

Além da rede da legalidade, o jornal ainda se posiciona quando há o agravamento sobre o modelo de representatividade proposto pelo parlamento, a fim de prejudicar as ações do presidente João Goulart, uma vez que fosse empossado, atuando

regulares Eyder Paes, Otheilno Novas Alves, Paulo Nascimento Morais e Borba Santos. O diretor era José de Ribamar Bogea e o gerente Quintino Bogea. É possível identificar que o jornal tinha um caráter político, e é descrito no Catálogo da Biblioteca Pública Benedito Leite como um impresso de orientação popular. Em 2016 e hoje, o jornal chega a possuir de 10 a 12 páginas, ainda possui colunas diversificadas em suas temáticas, mas tem um grande destaque por suas denúncias políticas, atuando diretamente na realidade do estado do Maranhão.

diretamente sobre o posicionamento frente ao modelo parlamentarista proposto para o país.

Parlamentarismo que nada mais é que um golpe, uma ditadura imposta pelos grupos reacionários. E ninguém melhor do que eles sabem de que tal tipo de governo não resolver os problemas do Brasil. Não vai atender aos interesses do povo, as reivindicações do povo. Não vai realizar algo de grande em benefício dos problemas nacionais (Jornal Pequeno, 15 de setembro de 1961, p. 01).

Mesmo tecendo críticas ao modo como o presidente João Goulart exerceu sua campanha em torno da sua volta ao presidencialismo, tratando com desconfiança a verba investida em torno desta campanha, insinuando que poderia ser uma fissura para as velhas práticas de concessões do Estado, de dinheiro público em financiamentos corruptos por aqueles que desejavam e financiavam a volta do presidencialismo para uma maior liberdade de ação do presidente, o Jornal Pequeno comemora a volta do Presidencialismo ao país em 1963 para o bem estar da nação.

Agora, que te foste, o povo brasileiro vai aguardar o teu substituto, com suas reformas apregoadas através da imprensa falada e escrita e, ainda, em dísticos por toda parte espalhados, quiças, até por aqueles que ontem te instituíram e hoje te negaram, impiedosamente (Jornal Pequeno, 09 de janeiro de 1963, p. 03).

Com todos os problemas traçados no ano de 1964 no governo João Goulart desde uma tentativa frustrada de controlar problemas econômicos como inflação e de aliviar a tensão social instaurada no país à sombra comunista, os demais setores dos segmentos sociais estavam, mesmo que localizados em lados opostos da esfera política e ideológica, insatisfeitos com as ações do poder executivo.

Depois do comício da Central do Brasil feito pelo presidente e com a presença dos diversos segmentos dos movimentos sociais e classe trabalhadora, quando foram apresentadas as reformas de base, que não apenas beneficiavam as classes ali presentes, mas que também incidiriam sobre

interesses de outras classes no locus dominante do poder – empresários, latifundiários, capital estrangeiro e outros –, foi possível perceber, após aquele 13 de março de 1964, que houve alguns acenos de conspirações militares e civis para o estrangulamento do regime democrático e destituição do presidente para atingir o interesse dessas classes incomodadas com as ações tomadas por Jango.

Neste contexto, o *Jornal Pequeno* se posiciona contra a direita golpista que agora impulsionava ainda mais o estrangulamento do sistema democrático, combatendo o assombramento comunista que parecia soar do discurso presidencial, traz um caráter golpista na atitude da direita junto aos militares, lembrando as ações da direita no impedimento da posse do presidente, e traz um cinismo sobre que, agora essa mesma direita é incentivadora de um golpe travestido de um discurso de defesa de uma “democracia”

A direita, que é força poderosa, responsável pela queda de Jânio, tudo fez para que Jango não se empossasse no governo da República contando com a cumplicidade de militares, que apoiavam o dispositivo golpista armado contra essa democracia, de que agora se rotulam defensores. (*Jornal Pequeno*, 25 de março de 1964, p. 02).

A referência supracitada demonstra ainda mais o caráter político e ideológico do jornal em apoiar a democracia contra qualquer tipo de golpe, apontando uma relação entre civis e militares na caracterização do Golpe Empresarial-Militar. Além disso, o *Jornal Pequeno* construía duras críticas aos segmentos da direita e sua tentativa de conspiração, além de agir em convocação de ações coletivas de trabalhadores contra o sistema opressor reacionário e conservador.

Assim é que os Barnabés federais do Maranhão ao mesmo tempo que lutam pela par inane com os militares, 13 salário, salário móvel e direito de sindicalização manifestam sua disposição de apoio às reformas de base, preconizadas pelo senhor presidente da república e imprescindíveis para que boa nação se torne realmente rica pela justiça social que

colocará suas riquezas ao alcance de todos (Jornal Pequeno, 25 de março de 1964, p. 03).

Com o Golpe de 31 de março de 1964, o impresso se posiciona contra o movimento, convoca o povo a enfrentar a tentativa agonizante de declarar falha do sistema democrático e contra a instauração de um Golpe de Estado, traz uma manchete em sua capa “Agonizava o regime da liberdade no Brasil” (Jornal Pequeno, 01 de abril, 1964, p.01). Atribuía o caráter golpista do movimento dos militares e da direita golpista aos próprios interesses em sobreposição à democracia no país.

As Páginas em 2016

É nítido perceber que havia uma comoção dentro do próprio movimento golpista, que tinha o desejo de remover a Presidente Dilma Rousseff e legitimar o Golpe aprovado pelo corpo parlamentar por meio de expediente jurídico na aprovação do Impeachment, e com a ascensão do governo pemedebista de Michel Temer a volta da vida institucional, como nos moldes anteriores ao governo petista, porém de outro lado, alguns desejavam uma correção, uma “operação limpeza” mais eficaz, evocando ao lugar sacro a operação lava jato para tal ação.

Dessa forma, compreende-se que o objetivo principal e direto dos amplos setores opositores ao governo Dilma era derrubar a presidente, para então por sequência em iniciar uma profunda “limpeza nas instituições” que estaria instaurada apenas pela era PT e personificada na figura da então presidente.

Tendo em vista esses elementos contextuais, é de fundamental importância perceber que um dos mecanismos utilizados para pôr em prática a desestabilização do Governo Dilma assim como na era Goulart foi a imprensa. Contudo, percebemos uma variante por meio destes instrumentos de convencimento público, na mídia impressa demos atenção a compreender de que maneira o Jornal Pequeno contribuiu nesse momento de instabilidade política em 2016 no Maranhão.

Nos primeiros dias de abril é possível identificar uma notícia de capa no jornal intitulada ““Golpe é promovido por

quem quer parar a Lava Jato” diz governador do Maranhão”. Nesta notícia o jornal deixa nítido a expressividade do governador do estado em sua atitude contra impeachment e no uso da conceituação de golpe sobre o processo em que estão submetendo a presidente.

Nesta reportagem, o jornal como de costume age em oposição ao governo Sarney prontos a ataca-los como principais interessados no movimento pró- impeachment e na arrecadação de parlamentares para pôr em pratica seus posicionamentos contrários ao governo petista.

O jornal faz uma retomada na figura do governador para atribuir a ele a fala de denúncia de golpe e ainda expor problemas locais da oligarquia da família Sarney que é pro impeachment como na frase “ Primeiro governador eleito pelo PC do B nos 92 anos do Partido, que comanda o Maranhão desde 2014, depois de interromper hegemonia de meio século da família Sarney o Estado, coloca-se agora na linha de frente da defesa do mandato da presidente Dilma Rousseff” (jornal pequeno,07 de Abril de 2016,p.1)

O jornal assegura nesses momentos ainda o termo presidente ao se referir a Dilma Rousseff, o que pode transmitir ainda uma legitimidade ao posto ao qual foi eleita garantindo ainda um ideal de respeito e compromisso a ação democrática e na figura da própria presidente. Ainda nesta reportagem o próprio jornal demonstra que coaduna com a ideia do governador em relação a ascensão de um governo Pemedbista, na figura de Temer o que diretamente leva a compreender o posicionamento anti impeachment, uma vez que se há preocupação com ascensão do PMDB ao poder refere-se portanto a preocupação da instabilidade da deposição do governo do PT na figura da Dilma que implicaria no processo do impeachment efetivo, portanto como demonstra a reportagem:

O governador Flávio Dino assumiu para todo o Brasil, uma preocupação que já vem sendo manifestada há alguns meses pelo Jornal Pequeno, especialmente pelo Colunaço do Pêta, aos domingos: a ameaça que uma eventual ascensão do PMDB ao poder representa para a Operação Lava Jato. [...] Ainda na entrevista, o governador resolveu assumir

publicamente, e para todo o Brasil, uma tese que o Dr. Pêta já manifesta há meses: de que Michel Temer é mentor de tudo. Prevendo o caos a partir de um impedimento de Dilma, acusou Michel Temer de ser um dos ‘comandantes do golpe’ [...] (Jornal Pequeno, 7 de abril de 2016, p 02).

No dia 12 de Abril o jornal expõe uma reportagem sobre o áudio vazado por Whatassap de Michel Temer falando como se o processo de Impeachment já estivesse sido aprovado, colocando portanto em questão a legitimidade do processo de impedimento bem como a própria figura de Temer, no qual é representado por uma foto em preto e branco com um olhar pensativo para o lado esquerdo com uma expressividade preocupada, acompanhado do título “ Em áudio, Temer fala como se a Câmara já estivesse aprovado o Impeachment”.

O jornal, portanto, satiriza e instiga o leitor quanto as ações que transcorrem quanto ao processo de golpe, ou impeachment, deixando o questionamento apontando indícios de orquestramento da atual situação em que se encontrava a governabilidade do país, a própria democracia bem como o ataque a presidente.

Ainda é nítida a maneira sarcástica que o jornal tenta coloca o presidente “conforme a assessoria, a gravação da mensagem foi uma “preparação” de Temer, que acabou divulgada “ sem querer” para um grupo de Whatssap” (Jornal pequeno, 12 de Abril de 2016, caderno2, p. 01).

Ainda que o Jornal não se exponha tão nitidamente a favor da presidente Dilma e contra de fato o golpe no processo do impeachment, o jornal o tempo inteiro levanta questões, indica sinais de ilegitimidade nas ações, demonstra posições claras de que há uma elaboração de grupos dominantes da sociedade e de políticos com interesse no jogo político baseado na instabilidade política e econômica do país.

Existe uma coluna fixa no Jornal Pequeno intitulada “Informe JP”, no dia 14 de Abril, foi publicado o informa do próprio jornal informando sobre uma reunião com 10 jornalistas feita pela presidente no Palácio do Planalto para propor alguns pactos. Nesta reunião a presidente pontou alguns elementos acerca do processo do golpe, sobre a aliança Cunha Temer e

deixou no ar algumas ações políticas caso não fosse impedida no processo.

O impresso nesta atitude aproxima o leitor da figura da presidente, torna a imagem de Dilma mais preocupada e humanizada, amiga dos meios de comunicação o que implica em melhoria da simpatia popular e da própria classe da mídia além de despertar o interesse de saber quais ações seriam tomadas por ela a partir de então e obvio de saber de como proceder, em texto destacamos “ na conversa de mais de duas horas, Dilma admitiu a possibilidade de derrota na votação de domingo.[...] Dizer que o impeachment é golpe[.] (Jornal Pequeno, 14 de Abril de 2016, p3)

O Jornal Pequeno no dia 31 de Agosto traz uma notícia que auxilia não diretamente a presidente , mas que lança olhares ao processo com o título “Oposição a Dilma quer alterar ordem de oradores para pressioná-la no senado”, ainda que não explicitamente o jornal está sempre indicando elementos que deixam para o leitor uma criticidade quanto ao desenrolar de todo o processo de impeachment, a preocupação do jornal está ligada sempre a lisura do processo e as demonstrações de artimanhas por parte dos pro impeachment são maneiras que expõe interesses e ações de desespero para alcançar o objetivo da consolidação daquilo que consideramos golpe.

Na reportagem o impresso explica a ordem dos senadores que deve expor e vai minuciosamente exemplificando as alterações requeridas para causar um acuamento na presidente e assim angariar votos dos indecisos. Lançar mão desta estratégia configura, portanto, tentativas de coesão da opinião de alguns parlamentares para assegurar o plano de golpe já orquestrado. Informar isso ao leitor torna nítido a opinião do jornal, além de intencionalmente expor as estratégias e atitudes da oposição ao governo petista de Dilma Rousseff.

Considerações Finais

O Jornal Pequeno que por muitos é compreendido como jornal de esquerda, ou de oposição, mas que tem na verdade um posicionamento de orientação popular, durante o processo de

golpe, dos acontecimentos pré e durante 1964 e 2016 não se posicionaram nitidamente a favor dos golpes, em alguns momentos foi mais coerente e coeso em favor da democracia e não tomar partido de grupos políticos ou aliados e em outros momentos mais preocupados em torna todo o processo elucidativo e crítico.

Portanto, é possível perceber que o Jornal Pequeno durante o processo de posse do Presidente Goulart através da campanha da legalidade, se posicionou a favor da democracia e em respeito ao voto do povo. Durante o ano de 1963 em sequência para a decisão do modelo do regime presidencialista ou parlamentarista, se manteve a favor do presidencialismo, contrariando os interesses reais daqueles que se posicionavam no espectro da direita conservadora, a fim de manipular as ações do presidente e desta forma estrangular a dinâmica do regime democrático. Por fim, se manteve contrário ao movimento de 31 de março ao qual denominou de "movimento golpista", definindo-o como de interesse de uma parcela dos parlamentares da direita e dos militares, mas sempre contra a bandeira vermelha do comunismo.

Em 2016 a imagem da presidente Dilma, portanto garantida pelo jornal em algumas destas notícias nesse curto prazo de tempo, não está interessado em salvar a presidente do processo, mas em direcionar a sociedade para uma leitura crítica dos acontecimentos elucidando algumas questões que possam estar inebriadas, talvez até causa de algumas outras mídias e meios de comunicação.

No entanto, é impossível não perceber a possibilidade e a chance que o jornal garante para a compreensão da situação confusa e da própria presidente, expondo a defesa de seus aliados políticos, informando as maneiras ardilosas da direita, resgatando a imagem da presidente enquanto humanizada e acessível a imprensa e ao povo. De certa forma, auxilia durante este duro processo a própria presidente.

REFERÊNCIAS

BIZ, Osvaldo . Mídia e Ética. In: **Uma Nova Comunicação é Possível. Mídia, Ética e Política.** / Pedrinho A. Guareschi e outros. - Porto Alegre : Evangraf, 2002.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MORAES, Denis de. **A comunicação na batalha das ideias.** ACESSA.com Gramsci e o Brasil. revista eletrônica. Disponível em:

<<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>>.

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Editora Vozes, 2ª edição, 1984.

PINTO, Paulo Brossard de Souza. **O impeachment: aspectos da responsabilidade política do Presidente da República**/Paulo Brossard de Souza Pinto. – 3. Ed. – São Paulo: Saraiva, 1992.

DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

JORNAL PEQUENO, 30 DE AGOSTO DE 1961, ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE, SÃO LUÍS-MARANHÃO.

JORNAL PEQUENO, 15 DE SETEMBRO DE 1961, ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE, SÃO LUÍS-MARANHÃO.

JORNAL PEQUENO, 09 DE JANEIRO DE 1963, ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE, SÃO LUÍS-MARANHÃO.

JORNAL PEQUENO, 25 DE MARÇO DE 1964, ACERVO DA BIBLIOTECA PUBLICA BENEDITO LEITE, SÃO LUÍS-MARANHÃO.

JORNAL PEQUENO, 07 DE ABRIL DE 2016, ACERVO DA BIBLIOTECA PUBLICA BENEDITO LEITE, SÃO LUÍS-MARANHÃO.

JORNAL PEQUENO, 12 DE ABRIL DE 2016, CADERNO 2, ACERVO DA BIBLIOTECA PUBLICA BENEDITO LEITE, SÃO LUÍS-MARANHÃO.

JORNAL PEQUENO, 14 DE ABRIL DE 2016, ACERVO DA BIBLIOTECA PUBLICA BENEDITO LEITE, SÃO LUÍS-MARANHÃO.

A REPÚBLICA TUTELADA

John Kennedy Ferreira¹

1 Introdução

No início de maio de 2013, o governo petista mostrava-se forte, robusto a aprovação da presidenta alcançava índice superior a 70%. Três anos depois, é “impichada” com uma aprovação de 10%.

O governo caiu sem luta, sem conseguir esboçar uma resistência real que fosse além das redes sociais e de manifestações das vanguardas de Esquerda nas ruas.

O que ocorreu, entre 2013 a 2016, que permitiu que o projeto lulopetista fosse a nocaute? O que fez com que a base de apoio do "maior partido de Esquerda do Ocidente" abandonasse seu comando e ficasse apática e distante de seus líderes???

Narrativa

Em 2013, o pequeno Movimento Passe Livre — com a pauta focada na má qualidade do transporte público brasileiro — chama Manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Ao contrário dos anos anteriores, as manifestações foram fortes, a repressão falhou e a movimentação tomou proporções inesperadas conjuminando em um amontoado de bandeiras de luta que iam contra o aumento do transporte em R\$ 0,20 (vinte centavos) passando ao preço do "litirão", chegando a várias demandas nacionais como as questões tributárias, educacionais e políticas.

Essencialmente, a Juventude mostrava seu descontentamento com a falta de perspectiva apresentada pelos

¹Formado em Sociologia pela Escola de Sociologia e Política. Mestre em Ciência Política pela PUC/SP. Doutor em História Econômica pela USP. É atualmente Professor Adjunto de Sociologia no DESOC-UFMA. Coordena o GEPOPS e realiza estudos sobre América Latina e Brasil, focado na questão educacional e organização popular .

diplomas em instituições de Ensino de qualidade duvidosa, empregos precários, a superexploração do trabalho, excesso de horas no trânsito caótico, o constante endividamento pelo universo consumista de Classe Média... Ou seja, o protesto não era apenas por vinte centavos; foi uma crítica espontânea e subjetiva de massas que a objetividade política das agremiações à Esquerda, não soube responder e organizar, abrindo margem para ação da Direita (FERREIRA, 2013).

Em meados de junho, os jornais e tevês, inicialmente contrários ao movimento, mudam repentinamente de lado (MARADEI, 2013, p. 10-11). Foi a senha: mostrando que algo além de aviões de carreira estava no ar. Então, palavras de ordem contra os sindicatos, carros de som, contra a cor vermelha, as bandeiras das organizações sociais e partidos de Esquerda passaram a dominar as passeatas. O auge e principal teste deu-se na passeata da Av. Paulista (21/06/2013) quando milhares de militantes de Esquerda foram expulsos a tapas da manifestação e, alguns dias depois, o comandante Benedito Meira da truculenta polícia paulista sentou-se no chão junto com manifestantes em apoio às demandas genéricas da Juventude sob aplausos entusiásticos de mais de 100 mil pessoas.

A resposta governista propondo uma reforma política ficou aquém da ansiedade subjetiva das multidões. A crítica emocional contra a corrupção brasileira crescia entre os setores descontentes da Classe Média e no Proletariado identificando no governo Dilma e nas Esquerdas os responsáveis pelo suposto caos nacional.

Conforme as Esquerdas e os Movimentos Sociais começam a retomar a iniciativa — a partir da imensa greve dos professores cariocas —, a repressão volta pesada desmobilizando a greve, bem como as manifestações de apoio (PORTAL VERMELHO, <http://www.vermelho.org.br/noticia/226211-8>).

Nesse mesmo período, os grupos mais radicais do Movimento são desmantelados com a morte e as prisões de lideranças Black Bloc de São Paulo e a criminalização de ativistas cariocas pela morte de um jornalista da Band alvejado por um rojão de vara sem vara (sic!!!).

Entramos em 2014 com os principais veículos de comunicação colocando no ar articulistas alinhados à oposição de Direita. Assim temos a aparição em veículos de comunicação de massa como a CBN, Globo, Veja, OESP, Folha, Band, Época, Isto É... de figuras como Reinaldo Azevedo, Constantino, Merval, Villa, Jabor, Gentili... que durante todo o ano eleitoral bombardearam sem parar o governo tendo como tecla a corrupção petista e a explosão do déficit público.

A escolha da candidatura Aécio Neves (PSDB), um excelente orador, além de político astuto e agressivo, mostrou a disposição da Direita neoliberal em sair do corner e partir para o ataque. A campanha aprofundou a tática de José Serra (PSDB), desenvolvida no Segundo Turno de 2010, pela newcon Soninha Francine (PPS) onde toda a sorte de preconceito e críticas conservadoras foram apresentadas, de forma direta e indireta à Sociedade.

Os veículos de comunicação bombardeavam dia e noite a questão da corrupção do governo e as prisões sem provas (Ação Penal 470) — através do "domínio dos fatos" — de José Dirceu, José Genoíno e outros membros da cúpula petista; davam assim, a cara de uma Campanha Eleitoral onde a única coisa que restava ao PT e as esquerdas era a derrota.

Mesmo com todo ataque midiático e jurídico, mesmo com a união de todas as candidaturas derrotadas no Primeiro Turno em torno da candidatura Aécio, Dilma Rouseff é reeleita por pequena margem de votos.

Dois dias depois a presidenta e o ex-presidente Lula sobem o Alvorada vestidos de branco, simbolicamente demonstrando que estavam dispostos a negociar.

O programa neodesenvolvimentista propagandeado na campanha é trocado pelo receituário marginalista neoliberal de Joaquim Levy como meio de acalmar o Mercado. Mesmo assim, a ofensiva da Direita não para; o PSDB pede recontagem das Eleições alegando fraude, grupos anticomunistas fanáticos como Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua e Revoltados On Line declaram ilegítimo o governo e chamam uma gigante manifestação antidilma e anticorrupção para 15 de março de 2015.

A Queda

Esses atos foram financiados, por baixo do pano, por partidos de Direita (PSDB, DEM, e mesmo o PMDB) e por grupos estrangeiros. Também foram apoiados de maneira explícita por grandes órgãos de imprensa que na data suspenderam a programação normal para mostrar a indignação dos setores médios contra o governo e a corrupção.

Ao mesmo tempo, o Parlamento eleito, o mais conservador e fisiológico desde 1964, dominado pelas Bancadas da Bíblia, Agronegócio, Bancada da segurança (identificada como bancada BBB - Bíblia, Boi e Bala) agiu de modo a bloquear a agenda do governo e fortalecer os movimentos de rua e a Operação Lava a Jato promoveu ações jurídicas; sempre dentro do "domínios dos fatos" apontando supostos envolvimento de petistas em crimes sem evidências; notícias que foram (e são) espetaculizadas pela mídia.

O Judiciário foi crescendo como um Leviatã contra os direitos dos envolvidos, que sofrem linchamento midiáticos constantes sem a menor possibilidade de efetiva defesa.

A principal base de sustentação do governo Dilma (Burguesia interna, parte da Burocracia técnica civil-militar) é criminalizada e vários empresários e quadros da tecnocracia do Estado são detidos. Isso tudo é veiculado com estardalhaço e como condenação do "governo corrupto" (BOITO, 2018).

Os atos e agressões contra ex-ministros, candidatos do PT, membros de sindicatos, artistas, intelectuais — ligados ou simpáticos ao PT — ou de meros militantes e mesmo transeuntes trajando vermelho (e às Esquerdas) crescem exponencialmente em todo país tornando-se uma febre em estados mais conservadores como Paraná, Rio de Janeiro e principalmente São Paulo.

As medidas do governo, longe de enfrentar a crise a aprofundam. O governo Dilma apresentou a Agenda Brasil, como forma de acalmar o Mercado principalmente as frações rentistas da Burguesia, da Pequena Burguesia e da Classe Média, mas não obteve sucesso!!! Joaquim Levy leva o país de uma crise

fiscal a uma recessão e no fim do ano de 2015, em meio a toda trapalhada feita, anuncia sua demissão, denotando que o setor rentista abandonava o governo (BASTOS, 2017, p. 83).

A contraofensiva governista objetivou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha do PMDB, suposto aliado que agia como Cavalo de Troia no centro da crise. Ele é denunciado por várias ações ilegais na Suíça; o que motiva o Congresso a pedir seu afastamento. No mesmo dia, Cunha passa o troco e aceita o pedido de impeachment da presidenta. Nesse momento o Brasil é cindido em dois campos claros: o da Legalidade e o do Golpe.

A campanha midiática, atos pró-impeachment, agressões físicas, as ações jurídicas crescem e ganham a forma de espetáculos diários. No Parlamento toda a iniciativa do governo é bloqueada e sua base parlamentar vai se esfacelando com a debandada de setores do PMDB, PTB, PP... A ofensiva chega ao auge com a tentativa de prisão de Lula em março de 2016; o governo busca retomar o controle com as nomeações do neodesenvolvimentista Nelson Barbosa, Eugênio Aragão na Justiça e Lula para a Casa Civil e a promessa de aumento do Salário Mínimo.

Lula ainda buscou rearticular a base governista e negociar com setores do Congresso e das classes dominantes anunciando medidas de apaziguamento do Mercado acenando com Henrique Meirelles como ministro do mercado. No entanto, já era tarde. O governo desmoralizado marchou, em flagelos, ao cadafalso onde os deputados justificaram o voto no Impeachment da presidenta em nome da família, mulher, filhos e de seus negócios privados etc. e em seguida as votações no Senado selaram o fim de 13 anos de lulopetismo.

A Classe Média radicalizada nas ruas bateu panelas, tirou selfies de casamento junto ao “pato da Fiesp” e confiou que haveria uma retomada do crescimento do país e a corrupção superada. Ledo engano, o governo Michel Temer afirmou-se como uma gestão acusada de cleptocrática e plutocrática, produtora de uma austeridade econômica contra os setores médios e populares como atestam o rol de Medidas Provisórias expressas em todas as áreas; ou seja, amplas frações das Classes Médias estão descobrindo que ajudarão a pagar “o pato”.

Estratégia e Tática

A ação das Classes Dominantes teve como objetivo a conquista do Estado e o deslocamento de um projeto que — mesmo burguês — não atendia o interesse dos principais grupos dos capitais associados. Dessa forma foi preciso antes de tudo derrotar o governo e condenar os setores das Classes dominantes vinculados a um projeto timidamente neodesenvolvimentista.

A partir da trama golpista de 1964, bem detalhada no estudo de René Armand Dreifuss, “1964: A CONQUISTA DO ESTADO, Ação Política, Poder e Golpe de Estado” pode-se entender que o Golpe teve um comando central, que esteve envolvidos em todas as iniciativas desde as agressões de rua, às passeatas, os panelaços, o bloqueio parlamentar, as vaias e ofensas à presidenta Dilma durante a Copa de 2014, a ação da mídia tradicional e de redes sociais que dominaram com êxito a informação e contrainformação. Alguns investigadores apontam para ação do Instituto Milleniun (IM) que funcionou como um novo IPES/IBAD (MARINGONI, 2010, PASTORE, 2013, PATSCHIK, 2014)

Essa ação de Inteligência possuía propósitos definidos; desmoralizar o governo, inviabilizar sua capacidade de reação e bloquear a comunicação com sua base. O resultado foi exitoso em todos os ângulos. O Golpe transcorreu com os ritos de “normalidade”, o bloco dominante conseguiu demonizar as agremiações à Esquerda, tendo ainda a capacidade de legitimar sua hegemonia nas eleições de 2016 com o PSDB, PMDB e demais partidos de Direita e Centro-Direita surgindo como grandes vitoriosos. Os partidos de Esquerda PT e PCdoB, marginalizados, vencendo em apenas duas capitais (Rio Branco e Aracajú) e os partidos de Centro-Esquerda (Rede, PDT) em outras três capitais. Todas eleições ganhas em Estados de menor envergadura no cenário político nacional. O PSOL obteve um crescimento pequeno, muito aquém do esperado, elegendo uma pequena bancada ligada aos Movimentos identitários.

O centro da ação golpista teve como fim a construção de uma nova plataforma política de retomada do modelo neoliberal

de desenvolvimento econômico associado com a reestruturação produtiva promovida pela Quarta Revolução Industrial (4ª RI) e a necessária reestruturação do Estado e de sua Constituição Federal.

O que está em jogo?

Com crise da Nasdaq (2000) em que os EUA (e também a UE) mergulharam numa desaceleração econômica e as saídas, como as Guerras do Iraque e Afeganistão, não surtiram efeitos esperados; o colapso longe de acalmar explodiu na bolha especulativa de 2008.

Ao mesmo tempo, a China e a Rússia adotaram outra forma de desenvolvimento e acumulação, centrada na intervenção do Estado que se tornou modelo a países como o Brasil, Argentina, Venezuela e outros Estados que vinham sendo devastados pelas políticas neoliberais das décadas de 1980 e 1990. Ou seja, temos dois grandes modelos de desenvolvimento capitalista em disputa; um centrado nas políticas neoliberais orquestradas em benefício das grandes transnacionais e outro modelo, baseado na ação desenvolvimentista do Estado.

A saída neoliberal jogou para uma desorganização da soberania de todos os países que tinham (e tem) posição autônoma e/ou crítica em relação às políticas neoliberais. Assim, a série de Golpes de Estado como o do Paraguai, Honduras, Brasil ao lado das Primaveras (regime change) do Egito, Líbia, Ucrânia etc., estão de um modo ou outro vinculados à solução da crise neoliberal e a Segunda Guerra Fria como observa Moniz Bandeira (BANDEIRA, 2013).

Na Opera Mundi, as relações imperialistas exigem que as dinâmicas sejam alinhadas a um modelo de desenvolvimento capitaneados por cerca de 600 corporações transnacionais, onde os direitos civis e trabalhistas e a soberania dos Estados secundadas às normatizações privadas expressas em tratados recém-assinados como os Tratados Transatlântico e Transpacífico.

Por essa lógica, há um processo de apropriação privado do público que envolve desde ativos até cidades como um todo. Isso

define o discurso antipolítica e o enaltecimento exagerado ao administrativismo como parte de todo um mecanismo onde os governos se subordinam às regras do Mercado e, dessa forma, (governos) apenas administram a execução dos interesses privados.

E é só nesse contexto, de desregulamentação do Estado provedor — brasileiro (e de outros países) — que podemos compreender as ações nefastas e o Golpe sofrido pelo governo de Dilma Rousseff.

Contradições

Três fatores relativamente recentes podem ter consequências profundas no realinhamento político global. Primeiro: a saída (Brexit) da Inglaterra da União Europeia (UE) cria um grande empecilho para que a UE se apresente como uma opção à crise do imperialismo estadunidense e fragiliza ainda mais sua consolidação. Segundo: a eleição do protecionista Donald Trump que mesmo de modo conservador coloca em xeque as principais teorias e saídas apresentadas pelos teóricos neoliberais. E o terceiro e último fator importante: a vitória do Exército sírio sobre os grupos opositores que aponta para a consolidação de uma aliança sólida, além de econômica e militar, entre Rússia e China.

Tutela: e sua raiz histórica

A operação Lava Jato e a “República de Curitiba” contam com o apoio militante de amplos setores da alta Classe Média, em especial no Judiciário. Cabe ressaltar que foi através desse núcleo-tático que foram aprisionados uma parcela da Burguesia nacional, políticos, burocratas, técnicos e dirigentes do Estado entre eles, a joia da coroa: o ex-presidente Lula da Silva. Esse núcleo tático serviu/serve de instrumento de intimidação forçando a capitulação de setores como a Fiesp que somente em dezembro de 2015 bandeou de lado.

A ação da Lava Jato, guarda semelhanças (e imensas diferenças) com o processo golpista de 1954 (a República do Galeão), agem cirurgicamente contra lideranças expressivas do antigo bloco de poder e lideranças populares numa coisa parecida com bater quando sai da toca. Igualmente tem apetites que vocacionam as medidas do golpe de 1945, quando se proibiu legendas de esquerdas como o PCB, estabelecendo uma democracia com apenas um lado.

O Golpe de 2016 é parte de um movimento histórico constitutivo da República Burguesa no Brasil (1930), onde se observa um sucedâneo de tentativas de golpes e golpes de estado. Os golpes (ou suas tentativas) reproduzem aos ajustes nas forças produtivas e a reorganização da sociedade e do Estado burguês tardio. É possível observar essa reorganização na sociedade brasileira, igualmente é possível associá-los aos ciclos de longa duração das forças históricas e econômicas na sua fase B que aponta para recessão e estagnação econômica dos países imperialistas como aponta Kondratiev.

Por sua vez o imperialismo está articulado com setores internos das classes dominantes criando um espaço de crescimento e desenvolvimento desigual e combinado; ajustando o Estado e as frações das classes dominantes a seus interesses imediatos e estratégicos. Dessa forma são constituídos núcleos de articulações vinculados a centros internacionais, nasce daí um constante movimento de contenção e prevenção a qualquer avanço dos interesses populares ou que os beneficie mesmo que timidamente. Esse cenário estrutural deve-se a dependência externa tanto histórica, econômica, política, tecnológica e psicológica das classes burguesas brasileiras (FLORESTAN FERNANDES, 1976).

Neoliberalismo, a volta dos que não foram

A agenda golpista aponta por diminuir o tamanho do Estado privatizando/ desnacionalizando áreas produtivas e reduzindo a intervenção promovida durante o período lulopetista. Aqui se observa a tensão entre grupos do PMDB — que acabaram por herdar certo apoio da burguesia interna

— e os setores do PSDB/DEM. O fato é que uma desregulamentação total da estrutura de Estado abala seriamente núcleos burgueses locais inviabilizando o próprio funcionamento da Economia e da Sociedade, como ficou claro nas Cartas dos Governadores do Centro-Oeste, Norte e Nordeste críticas às políticas econômicas de Temer e no apoio dos governadores do nordeste a libertação de Lula e em repúdio ao Juiz Sérgio Moro.

A exigência por uma desregulamentação plena da Economia é o centro da tensão e do conflito de Classes entre a fração interna da Burguesia e a fração externa associada a parcelas de Classe Média neoliberais.

Há um acordo tácito entre as frações burguesas sobre as alterações exigidas pela reestruturação produtiva internacional. Com isso, a necessidade de mudanças dramáticas nas leis trabalhistas, reforma da Previdência e mesmo o fim da CLT; pontos fortes que fazem eco e cimentam a unidade de todos os setores burgueses.

O tamanho do Estado é um ponto de tensão entre os interesses das empresas nacionais — que necessitam para o seu dinamismo de relações e proteção do Estado — e o Capital externo, que exige sua desregulamentação para otimizar a veiculação de seus produtos.

O Estado mínimo é visto por setores da Burguesia Interna como dobre de finados da indústria nacional; hoje com participação inferior a 10% no PIB brasileiro (já foi próximo a 25% na década de 1980). Isso é notório nas queixas contra o aumento de impostos e a volta da CPMF, como se viu em notas, manifestações e entrevistas de membros da Fiesp e outras federações industriais sobre juros, inflação, tecnologia etc. Em outro caminho, setores ligados ao Agronegócio exportador e ao Capital de Serviços e o Capital Financeiro e Externo (DEM e PSDB) são favoráveis a maior abertura comercial e a diminuição do Estado; o que coloca em xeque o próprio governo Temer.

A Agenda de Compromisso com a desregulamentação da Estrutura é o cerne por onde passa o avanço das negociações em cima da continuidade (ou não) das políticas do governo Michel Temer. Essa continuidade passa inclusive, pelas possibilidades

do desgastado Parlamento atual indicar um presidente que cumpra as exigências internacionais, ou, uma intervenção de forças militares, ou eleição com a proibição de candidaturas de organizações de esquerdas com chances reais como o caso de Lula ou de quem este indicar.

O cenário também apresenta a necessidade de um novo pacto de governo, pois a atual Constituição encontra-se praticamente destruída e as PEC's (da Reforma da Previdência, Trabalhista e da Educação) deixam claro aos setores golpistas a necessidade de repactuar as relações de funcionamento do Estado e da sociedade civil. A questão de uma nova Constituição que incorpore a reestruturação produtiva e a reestruturação do Estado já é claramente defendida por vários setores golpistas. Estão em pauta propostas que vão de, transformar o próximo Parlamento em Constituinte, até uma reforma outorgada (PECs 298/16 e 312/17).

A Oposição ao Golpe

Fim de um ciclo histórico

A queda do governo Dilma Rousseff e a retumbante derrota eleitoral do PT (e PCdoB) nas eleições de 2016 dá sérios sinais que uma etapa histórica está se fechando. A Esquerda brasileira viveu, desde a Proclamação da República, quatro ciclos históricos, a saber; o anarco-sindicalismo até 1922, o putschismo capitaneado pelo PCB até 1935, ciclo reformista nacionalista até 1964 e de 1979 para cá, o ciclo petista.

A constatação relevante é que não há o que substitua a fase que está se esgotando; as plataformas cujo alicerce é o PCdoB reproduzem o ciclo pré-1964 (nacional-reformista) e as propostas defendidas pelo Psol expressam a mesma metodologia e *mentis factus* do PT. O projeto tendo à frente Ciro Gomes e o PDT apresentam um modelo de desenvolvimento centrado no fortalecimento de grandes empresas nacionais vinculadas ao agronegócio. Tudo isso mostra a dificuldade em formar um comando político capaz de ser uma inovação política frente ao Golpe e ao rol de políticas neoliberais apresentadas a sociedade brasileira.

O equilíbrio de forças aponta para a situação onde mesmo que Lula ou alguém por ele indicado/apoiado seja eleito só poderá tomar posse se se comprometer em manter as contrarreformas em curso. Ou seja, o golpe foi dado para que o lulopetismo e o neodesenvolvimentismo que este representa, não voltem tão cedo ao governo.

(In)Conclusões

A pauta regressiva imposta pelo Golpe — em especial nas contrarreformas da Previdência, nas contrarreformas Trabalhistas, no teto de Gastos etc., tende a agravar as contradições sociais e jogar o país numa avalanche de manifestações. Se não houver uma agenda consistente, com um comando consistente capaz de responder aos anseios sociais e à Organização de Massas, se não existirem propostas capazes de atender todos os setores que tenham contradições à agenda neoliberal, a tendência é esse anseio latente ser açambarcado pela onda conservadora como sucedeu nas manifestações da Juventude em 2013 e tem ocorrido nas periferias com a incorporação das vontades dos menos favorecidos à pauta regressiva e reacionária de grupos paramilitares e de alguns cultos conservadores e mesmo a grupos proto ou fascistas.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro P.Z. Que Horas Ela Volta? Economia Política e Política Econômica de Lula e Dilma in MARINGONI, Gilberto & MEDEIROS, Juliano (Orgs.). Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

BOITO, Armando. Reforma e Crise Política no Brasil. Campinas. Ed Unicamp. 2018.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CRUZ e Sebastião Velasco; KAYSEL André; CODAS Gustavo (orgs) Direita Volver, São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2015

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. Miguel Reale: do Fascismo ao Autocratismo in <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/viewFile/27112/21479...> In: 2017

JUNIA, Raquel. No Rastro da Nova Direita (05.09.2016). In: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/no-rastro-da-nova-direita>

KONDRATIEV, Nicolai. Los ciclos largos de la coyuntura economica. México D.F.: UNAM, 1992.

MARADEI, Anelisa. A Folha de S. Paulo e a cobertura dos protestos do MPL, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação 2013.

MARINGONI, Gilberto & MEDEIROS, Juliano (Orgs.). Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARINGONI, Gilberto. O rosar golpista do Instituto Millenium (06/03/2010). In

<https://marxismo21.org/direitas-politica-ideologia/>

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e Oriente Médio. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium? . In <https://marxismo21.org/direitas-politica-ideologia/>

PATSCHIK, Lucas. A classe dominante em organização: uma análise sobre a hierarquia do Instituto Millenium (2005-2013). . In <https://marxismo21.org/direitaspolitica-ideologia/>

PORTAL VERMELHO. RJ e em SP: Milhares em manifestação de apoio aos professores in Portal Vermelho, notícia de 8/10/2013 <http://www.vermelho.org.br/noticia/226211-8>

ROCHA, Camila A nova direita brasileira surge na onda anti-PT e quer se descolar da velha direita desenvolvimentista. Entrevista especial com Camila Rocha. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias?id=560085:entrevista-especial-com-camila-rocha>

NEM TODA LEGALIDADE É JUSTA, NEM TODO ESTADO É DE DIREITO DEMOCRÁTICO: o golpe da justiça iníqua, parcial e arbitrária.

Nila Michele Bastos Santos¹

1 Introdução

Ordinariamente Estado de Exceção é a situação oposta ao Estado democrático de direito e embora a tradição nos mostra que a regra geral é viver em Estado de Exceção, e não em um Estado de Direito, no Brasil as definições desses conceitos ainda são muito turvas para a maioria da população.

O Estado de Direito surge logo após o período absolutista, pelo qual os poderes estavam concentrados nas mãos de um governante, o seu surgimento não significou o desaparecimento do governante, este continuou a ter poder de decisão, mas estava limitado ao que a lei permitia, logo se a lei não garante equidade a todos o governo não é ilegal, ao contrário ele pode facilmente ser legitimado pelo judiciário. Um exemplo clássico é o do jurista Carl Schmitt, que defende por força da lei as ações de Hitler como governante:

O Führer protege o direito do pior abuso, quando ele no instante do perigo cria o direito sem mediações, por força da liderança [Führertum] e enquanto juiz supremo. “Nessa hora fui responsável pelo destino da nação alemã e com isso juiz supremo do povo alemão” [...] a judicatura do führer brota da mesma fonte de direito da qual brota também todo e qualquer direito de qualquer povo. Na necessidade suprema o direito supremo prova seu valor [bewährt sich] e manifesta-se o grau mais elevado da realização judicantemente vingativa desse direito. Todo o direito tem sua origem no direito do povo à vida. Toda lei do Estado,

¹ Mestra em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Professora EBT'T de História no do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – *campus* Pedreiras. Coordenadora do NEABI – Ifma/ Pedreiras. E-mail: nila.santos@ifma.edu.br

toda sentença judicial contém apenas tanto direito quanto lhe afluê dessa fonte².

Assim estar em um Estado de Direito não, necessariamente, é garantia dos direitos fundamentais e sociais dos cidadãos por parte do Estado. A conquista do Estado Democrático de Direito, por outro lado altera essa percepção, este se se distinguir por uma ideia racional de sujeição aos direitos humanos e suas garantias fundamentais, logo para além de limitar os poderes dos governantes à lei, o Estado Democrático de Direito garante a soberania popular, a divisão de poderes, a justiça social, Presunção de inocência e o Habeas Corpus. Por ele a função do direito penal não é simplesmente punir, mas sim preservar a liberdade.

Pela Carta Magna de 1988, O Brasil é um Estado democrático de direito, expressado no 1.º artigo da Constituição Federal:

“Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (...)”³.

Contudo, a investigação da realidade nos mostra fatos contrários.

2 Quando a Exceção é a Regra

Judicialmente falando o Estado de exceção trata-se de uma medida provisória empregada em circunstâncias emergenciais pelo Governo no intuito de garantir a ordem e paz social, para tanto, legitimado pela lei, alguns direitos individuais dos cidadãos são suspensos. Ou seja, o próprio direito por meio de leis constitucionais permite, ainda que temporariamente, a anulação do Estado de Direito.

Tais medidas foram amplamente utilizadas pelos governos autoritários e ditatoriais. No Brasil, desde a promulgação da

² MACEDO JR., Ronaldo Porto. **Carl Schmitt e a fundamentação do direito** – 2. ed. – Trad. Peter Naumann – São Paulo: Saraiva, 2011. P.221.

³ BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

constituição de 1989 oito dos dez governos utilizaram a suspensão de direito do cidadão, o período “democrático” da Era Vargas (1934-1937) governou-se por 658 dias em estado de sítio⁴ e os anos seguintes dessa “era” foram em ditadura; entre 1946 a 1963 o país começa viver a construção de um período democrático, embora em 1955 e 1961 a suspensão dos direitos tenham ocorrido - o primeiro com a desculpa de garantir a posse do então eleito presidente Juscelino Kubitschek e o segundo diante de grave crise política por João Goulart. Em 1964 o golpe civil-militar traz à tona uma nova ditadura, foram ao todo 17 Atos Institucionais que como diria Agamben “eles contêm força-de-lei sem lei que os ampare”⁵. Após o fim da ditadura e a promulgação de Constituição de 1988 não tivemos nenhum governo acionando os dispositivos de Exceção, ao menos oficialmente.

Todavia, o Brasil é um país construído dentro da lógica do imperialismo e seu sistema capitalista, embora competente na justiça comutativa, é incapaz de agir na justiça redistributiva, a desigualdade social e a exploração são seus eixos condutores de modo que seus governos neoliberais vão criando massas e massas de excluídos.

Tal qual colocou Walter Benjamin⁶, “para os oprimidos o estado de exceção é a norma”, pois para estes para o simulacro de uma vida digna, as condições fundamentais de sobrevivências lhes são constantemente negadas e por vezes seu caminho conduz à criminalidade e a morte. A exceção nesse caso não está na ausência da lei de direitos, o que a torna mais preocupante uma vez que o Estado - que deveria garantir os direitos fundamentais a todos - simplesmente nega a existência dessa exceção, visto que não foi decretada judicialmente.

⁴ GOMES, Ana Suelen Tossige e MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. **O estado de exceção no Brasil republicano**. Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.3, 2017, p. 1760-1787. p.1770. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n3/2179-8966-rdp-8-3-1760.pdf>

⁵ AGAMBEN (2007, pp. 53-63) apud GOMES, Ana Suelen Tossige e MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Id. Ibidem.

⁶ GOMES, Ana Suelen Tossige e MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. **O estado de exceção no Brasil republicano**. Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.3, 2017, p. 1760-1787. p.1770. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n3/2179-8966-rdp-8-3-1760.pdf>

Em outras palavras a exceção vivida não é reconhecida por não ter o governo claramente decretando o Estado de Exceção e assim suspenso os direitos perante a lei como ocorreu em momentos anteriores, contudo ao cortar investimentos em saúde, educação, salário mínimo, moradia... o governo pratica atos que impossibilita a vida com dignidade e condenam os excluídos à um estado permanente de sobrevivência em exceção.

A vida do excluído é uma vida nua, um homo sacer reduzido, em diversos graus, à sobrevivência indigna e, em muitos casos, a uma morte certa. (Pensemos nos milhares de pessoas que morrem no Brasil, e cujas mortes poderiam ser evitadas, simplesmente porque não tem o atendimento de saúde necessário.) Na vida destes excluídos “a exceção é norma”. Vivem em um permanente estado de exceção. Às vezes por muitas gerações vêm sobrevivendo numa condição de vida nua, de suspensão de direitos fundamentais que torna sua vida uma vida indigna⁷.

Esta vida nua, aos quais milhares de brasileiros são submetidos coloca o excluído no limiar entre a ordem social e a vida humana, um Homo Sacer como definiu Agamben, que é incluído pela exclusão e excluído de forma inclusiva, o abandono é o elemento que o inclui na vida humana, ao mesmo tempo em que o exclui da ordem social.

É uma vida matável por estar fora do direito, mas por isso mesmo ela não pode ser condenada juridicamente. Está exposta à vulnerabilidade da violência por ser desprovida de qualquer direito, sendo que tal vulnerabilidade se deriva de um ato de direito que a excluiu [...] O homo sacer não só mostra a fragilidade da vida humana abandonada pelo direito, mas também, e mais importante, revela a existência de uma vontade soberana capaz de suspender a ordem e o direito⁸.

⁷ RUIZ, Castor. **O estado de exceção como paradigma de governo**. IHU Online EDIÇÃO 373/12 SETEMBRO 2011. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4080&secao=373

⁸ RUIZ, Castor. **Homo sacer. O poder soberano e a vida nua**. IHU Online EDIÇÃO 371 | 29 AGOSTO 2011. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4044&secao=371

A condenação à condição de *Homo sacer* é dado pelo Estado, que em nome da receita e do benefício de uma elite burguesa e aristocrática, sacrifica as condições necessárias para uma vida digna de milhares de pessoas. Estas ações não são arbitrarias, elas constituem-se em uma técnica eficiente de Governo para manutenção do poder, naturalizando a exceção como regra e definindo quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído.

3 O Golpe de 2016.

As “estratégias de exceção” praticadas pelo Estado revela uma complexa articulação de interesses pela qual têm nas elites financeiras seus atores principais. Trata-se antes de tudo de manter o poder deste grupo e para tanto se admite a distorção da história, o controle da mídia, a subjetivação da lei e a construção da farsa. Um governo que não pactua com os ideais dessas elites pode ser suplantado e assim os golpes são criados.

No caso da presidenta Dilma Rousseff, a dissimulação começa a ser construída a partir das chamadas jornada de junho de 2013, quando se iniciou, abertamente, o cerco ideológico e midiático contra seu Governo. Em maio de 2013, a popularidade da presidenta era de 64%, dois meses depois caía para 32%, a imprensa ajudou a criar o clima favorável para atingir os seus propósitos (empresariais) ao mesmo tempo em que tentava encobrir o seu papel no processo. A farsa de um governo corrupto é vendida e comprada sem que houvesse uma prova, alias a própria legalidade não é respeitada e um elemento típico do Estado de exceção é posto em prática: o réu deve provar sua inocência!

De acordo com a constituição é o Estado que deve provar o crime, materializando-o nas formas da lei, sem materialidade não há crime e este precisa ser tipificado antes de ser julgado e condenado, em outras palavras o crime tem que ser crime antes de cometer o ato. Mas nada disso importa às elites, pois a corrupção é seletiva, ela nada mais é que um construto arbitrário daquilo que o inimigo político faz. Desse modo, sem nunca antes haver sido sequer acusada de corrupção, a presidenta torna-se

vítima do processo armado, sendo atacada de todas as formas, inclusive na sua condição de mulher, por meio de piadas machistas e misóginas.

Em 2015, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha - investigado por envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras e réu em ação penal por recebimento de propina em conta na Suíça – acata o pedido de impeachment baseado nas chamadas “pedaladas fiscais” (constituídas de operações de crédito entre a União e os bancos públicos) e na edição de seis decretos não numerados responsáveis pela abertura de créditos suplementares, sem autorização legislativa. Ora, nenhum dos dois atos observa a exigência constitucional de ofensa à lei orçamentária a configurar crime de responsabilidade, única situação em que o ordenamento jurídico brasileiro autoriza a tramitação do processo de impeachment. Mas, a direita conservadora – testa de ferro das elites financeiras - emerge destilando seu ódio e colocando o partido dos trabalhadores como único responsável pela corrupção no país, passeatas são feitas, acordos assinados, alianças firmadas, o teatro horrores é transmitido ao vivo para população brasileira.

Em favor da presidenta muitos se manifestaram ao que foram/são taxados como “esquerdopatas” e “petralhas”. O debate inexistente já estava condenada antes de qualquer julgamento, a vitória é das elites do atraso e da opressão, o golpe é desferido e o maior atingido é a população que garante a manutenção de seu estado de exceção e seu status de *homo sacer*.

Considerações finais

Em contraposição ao pedido de impeachment apresentado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um manifesto em apoio à presidenta Dilma Rousseff reuniu assinatura de oito mil advogados, juristas e professores de Direito de todo o país, pelo qual afirmavam,

A corrupção não é fato novo, mas se arrasta desde muito tempo no Brasil, e deve ser fortemente combatida. Mas, a fim de eliminar a corrupção, não podemos, sob pena de retrocedermos ao patamar das graves violações aos direitos

dos cidadãos brasileiros, havidas durante a ditadura militar implantada pelo Golpe de 64, permitir: a relativização da presunção de inocência; expedientes arbitrários como condução coercitiva de investigados ou pedidos de prisão preventiva, sem o devido embasamento legal; utilização da prisão temporária, igualmente quando ausentes os pressupostos previstos na legislação, com o fim de obter delações premiadas; interceptações telefônicas ilegais que violam as prerrogativas dos advogados e até mesmo da Presidência da República. Ademais, não podemos permitir o comprometimento dos princípios democráticos que regulam o processo, com as operações midiáticas e vazamentos seletivos, que visam destruir reputações e interferir no debate político, além de tencionar a opinião pública para apoiar tais operações⁹.

A ilegalidade do impeachment estava posta para qualquer um, mas o processo de deslegitimação do governo – aliás, prática comum da imprensa brasileira – foi deveras eficiente, a demonização dos partidos de esquerda, a incitação ao ódio, o campo negativo em que lideranças, militantes, ativistas, artistas engajados, são vistos com desconfiança e postos como “perigosos” nos faz lembrar Marx ao afirmar que os acontecimentos históricos repetem-se duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa. Isso se aplica impecavelmente ao Brasil, o golpe de abril de 1964 foi uma tragédia que imergiu o Brasil em um governo ditatorial que teve dentre seu saldo centenas de mortos, desaparecidos e torturados. O golpe de maio de 2016 é a farsa, pela qual uma “elite do atraso” representada por parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derruba uma presidenta democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, sem provas. O que se viu foi um escancarado desmonte da constituição, uma subjetivação da lei em prol de um grupo, que acima de tudo deseja a manutenção e naturalização do Estado de Exceção Social.

Tarefa essa que foi posta em prática logo nos primeiros meses pós-golpe, a exemplo da Reforma trabalhista e a fragilização dos sindicatos e da Justiça do Trabalho, a Lei da

⁹ Manifesto: “Nova campanha da legalidade: manifesto de juristas em defesa da Constituição e do Estado de direito”. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/8-mil-juristas-e-advogados-divulgam-manifesto-contr-o-golpe.html>>

Terceirização, a proposta de Reforma da Previdência entre outros atos que objetivam, principalmente, desmontar a rede de proteção social dos trabalhadores de forma a favorecer o lucro dos grandes empresários. O resultado do golpe, pode se ver nos dados da pobreza¹⁰. Entre 2002 a 2014 a pobreza no Brasil caiu de 8,3% para 2,5% da população, em 2016 esse número sobe 53% em comparação a 2014, são cerca de 13,4 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza.

Mas onde estão as panelas para isso? Ora seria muita ingenuidade de nossa parte acreditar que essa elite importa-se com esses dados, é mais sensato crer que estes são a celebração maior de sua vitória, a manutenção da tão defendida hierarquia onde opressores estão no topo e oprimidos estão abaixo; executivo, legislativo e judiciário, todos são cúmplices em um processo em que não se defende efetivamente a constituição, em que os direitos individuais, outrora inalienáveis, são profanados, deixando o pato – aquele mesmo da FIESP - pago a prestação, justamente por quem não tem condição de pagar.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito da história, 1940.** Tese VIII. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3957253/mod_resource/content/1/Teses%20sobre%20o%20conceito%20de%20hist%C3%B3ria%20%281%29.pdf Acesso em: 29/07/2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29/07/2018.

GOMES, Ana Suelen Tossige e MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. **O estado de exceção no Brasil republicano.** Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.3, 2017, p. 1760-1787. Disponível em:

¹⁰ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgados em novembro 2015 pelo IBGE Disponível em: <http://mds.gov.br/retrospectiva/fim-da-fome-e-da-extrema-pobreza-1/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-5-da-populacao-1>

<<http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n3/2179-8966-rdp-8-3-1760.pdf>> Acesso em: 30/07/2018.

IBGE, **Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgados em novembro 2015.**

Disponível em: <http://mds.gov.br/retrospectiva/fim-da-fome-e-da-extrema-pobreza-1/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-5-da-populacao-1> Acesso em: 30/07/2018.

MACEDO JR., Ronaldo Porto. **Carl Schmitt e a fundamentação do direito** – 2. ed. – Trad. Peter Naumann – São Paulo : Saraiva, 2011. P.221.

Manifesto: **“Nova campanha da legalidade: manifesto de juristas em defesa da Constituição e do Estado de direito”.**

Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/8-mil-juristas-e-advogados-divulgam-manifesto-contra-o-golpe.html> Acesso em: 30/07/2018.

RUIZ, Castor. **Homo sacer. O poder soberano e a vida nua.** IHU Online EDIÇÃO 371 | 29 AGOSTO 2011. Disponível em:

http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4044&secao=371 Acesso em: 29/07/2018.

RUIZ, Castor. **O estado de exceção como paradigma de governo.** IHU Online EDIÇÃO 373/12 SETEMBRO 2011.

Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4080&secao=373> Acesso em: 29/07/2018.

A MÍDIA E OS GOLPES: 1964 e 2016 pontos convergentes

Priscilla Pereira da Costa¹

1 Introdução

O artigo tem como objetivo traçar uma breve similaridade do papel exercido pela mídia no Golpe Civil-Militar de 1964 e no Golpe de 2016. Num primeiro momento destacamos alguns momentos pontuais da mídia brasileira no ano de 1964 diante da deposição do presidente João Goulart. Na segunda parte, apontamos o posicionamento midiático homogêneo dos veículos de comunicação no processo do impedimento e sua consolidação em 2016. Para por fim, no último momento, relacionar as semelhanças em relação à mídia nos Golpes, observando às resistências. A pesquisa bibliográfica norteou a breve discussão.

2 A Mídia e o Golpe de 1964

O complexo midiático brasileiro sempre esteve ligado às decisões políticas e aos governos e se constituiu por meio de oligarquias e de forma concentrada, onde poucas famílias são proprietárias e o controlam. Além da relação muito próxima da esfera política, a mídia brasileira incorpora padrões de mandonismo, autoritarismo, filhotismo, coronelismo, características presentes na fisiologia da nossa sociedade. Dessa maneira, no processo de desenvolvimento democrático brasileiro, a comunicação e os veículos estiveram envolvidos não raras vezes nas decisões fundamentais da sociedade, a portas fechadas com a presença de governantes e dos proprietários dos veículos de comunicação, tolhendo manifestações populares e elaborando narrativas próprias para influenciar a opinião pública.

¹Priscilla Costa é graduada em Comunicação Social na habilitação Relações Públicas e mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atualmente é doutoranda em Políticas Públicas pela UFMA e servidora do Tribunal de Justiça do Maranhão. E-mail: piticacosta@hotmail.com

Toma-se o Grupo Globo, por exemplo, maior grupo de comunicação do país, de grande alcance da sociedade brasileira, é uma presença marcada e constante nos Golpe de 1964 (Ditadura Civil-Militar) e no Golpe de 2016.

A mídia teve um papel fundamental no Golpe Civil-Militar de 1964. Como importante construtora de sentidos e formadora de opinião e realidades, a participação midiática é fundamental no desenrolar dos fatos históricos que remontam àquela época. E se voltarmos até um pouco antes, precisamente às eleições de 1950 na qual Getúlio Vargas sai vitorioso pelo voto popular, observa-se que a mídia brasileira abre munição contra o presidente culminando no seu suicídio e abrindo caminho para o Golpe de 1964. Dantas (2014, p. 59) destaca:

A mídia refletia a reação da classe dominante, os conservadores e os chamados liberais que não aceitavam o resultado das urnas, das quais Vargas saíra vitorioso com 48% dos votos. Assim, em pouco tempo o silêncio foi cedendo lugar a uma campanha aberta contra o presidente. (...) Os dezenove dias que precederam o suicídio do presidente, na madrugada do dia 24 de agosto, foram marcados por uma campanha sem precedentes da mídia.

Várias pesquisas se debruçam sobre a participação dos grupos de mídia no Golpe de 1964 e nelas destacam-se como os jornais e impressos apoiaram o regime militar na época. O apoio midiático era perceptível pela invisibilidade da situação do país nas matérias e editoriais jornalísticos e até mesmo em matérias de apoio declarado ao regime militar. Juremir da Silva vai além e denomina o período de 1964 como Golpe Midiático-Civil-Militar, desvelando a imprensa no suporte da preparação do golpe por meio da desqualificação diária nos veículos de comunicação do governo do presidente João Goulart². Tudo em defesa da democracia e da ordem constitucional do país. Para SILVA (2016, p. 11): “A mídia foi o intelectual orgânico do empresariado da modernização conservadora brasileira em luta

²Fora eleito em 1960 como vice-presidente de Jânio Quadros. Em 1961 Jânio Quadros renunciou.

contra o nacionalismo trabalhista que rotulou, para desqualificar, de populista e demagógico.”

Às vésperas de 1964, o presidente João Goulart, Jango, propunha reformas de base (como por exemplo, a agrária) com o aprofundamento do projeto nacional-desenvolvimentista e incomodou a oligarquia. Os grupos jornalísticos começaram o bombardeamento, caracterizando as reformas nas matérias como antimodernas e populistas. No contexto da Guerra Fria, o comunismo era propagado no imaginário da sociedade brasileira como uma ameaça, sendo difundido dessa forma pelos principais jornais, assustando a população e gerando um clima favorável à instalação da ditadura no país. Jornais como Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, O Globo, Tribuna de Imprensa, Estado de Minas legitimaram a derrubada do presidente, incentivando e julgando e, por meio de editoriais diários, apoiando a instalação de uma ditadura militar e a deposição de João Goulart.

O Globo destacava em dois de abril de 1964 que

Fugiu Goulart e a democracia está sendo restaurada (...) Atendendo aos anseios nacionais de paz, tranquilidade e progresso (...) as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal (SILVA, 2016).

3 A Mídia e o Golpe de 2016

O complexo midiático brasileiro constitui-se junto a decisões políticas e, no Golpe Civil-Militar de 1964, a participação ou omissão dos principais veículos de comunicação do país foi notória, rendendo anos depois, o reconhecimento público, por exemplo, do Grupo Globo ao pedir desculpas por apoio ao Golpe de 1964. No final do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff um novo bombardeio midiático se inicia. A postura da construção narrativa midiática antes mesmo do impedimento da presidenta, reeleita em 2014, foi diária e necessária para a consolidação do Golpe de 2016.

A retratação viria 49 anos depois, em 31 de agosto de 2013, no site do jornal O Globo: ‘Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro’. Justificativa: ‘A consciência não é de hoje, vem de discussões internas de anos, em que as Organizações Globo concluíram que, à luz da História, o apoio se constituiu um equívoco.’ (SILVA, 2016, p. 133).

A retratação ocorreu em pleno calor das manifestações que invadiram as ruas do país em 2013, as Jornadas de Junho. O fato de se retratar em relação ao apoio ao regime militar em 1964 não impediu o apoio ao Golpe de 2016 e do seu aprofundamento. Outros grupos midiáticos brasileiros, além do Grupo Globo, ajudaram a constituir uma narrativa na qual só se ouvia um lado, o outro se tornava invisível, uma narrativa na qual não se aprofundava as verdadeiras questões pelas quais o país passava desde a crise de 2008 e dos seus reflexos nos mandatos da presidenta Dilma Rousseff.

Apesar da ausência de um relativo distanciamento histórico buscado na ciência e de vivenciarmos o aprofundamento do processo do impedimento ocorrido em 2016, intelectuais, estudiosos e pesquisadores têm refletido e compartilhado ideias nas quais desvelam esse processo histórico sendo caracterizado como um golpe, contudo com peculiaridades distintas do Golpe Civil-Militar de 1964. Outra questão desvelada é que, mais uma vez, a mídia foi fundamental, agindo de forma articulada com os beneficiários do processo, que não foi e não é o povo brasileiro.

A mídia teve um papel fundamental. Ela alicerçou a base para revolta, para a construção de um imaginário nacional sobre a presidenta Dilma Rousseff e sobre o Partido dos Trabalhadores. E a Rede Globo foi uma das expoentes da arquitetura do golpe, junto com outras mídias, como Folha de São Paulo, o Estadão, o jornal A Tarde, aqui na Bahia, a revista Veja, Isto É, Época, enfim, todas estas empresas midiáticas comandadas pelas grandes famílias no Brasil e nos estados. (GERALDES ET AL, 2016, p. 12).

Percebe-se que as narrativas foram organizadas articuladamente, grande parte dos veículos repetindo manchetes iguais, escaladas iguais nos jornais televisivos, matérias de

destaques para a operação Lava Jato³ e casos de corrupção envolvendo somente o PT (Partido dos Trabalhadores), entre outros. Nas manchetes e textos jornalísticos, na maioria das vezes, o lado acusado de corrupção – o governo Dilma Rousseff – foi silenciado, deixava-se em evidência as acusações e raramente espaço para a versão da outra parte, “a defesa”. Em resumo, os grandes veículos de comunicação foram responsáveis por divulgar uma ideia hegemônica destrutiva e negativa da presidenta e do seu governo, sem um contraponto e com uma cobertura jornalística desigual. As próprias mobilizações pró-impedimento, tiveram coberturas exclusivas e diversas entradas ao vivo na TV, com o objetivo explícito de formar opinião do que informar sobre os acontecimentos.

As transmissões jornalísticas caminharam também no enquadramento bem homogêneo: temas recorrentes de corrupção e crise econômica e alguns outros aspectos decorrentes daqueles que encobriam outras disputas. Não era preciso aprofundar o debate com temáticas e implicações sociais que atingiriam a vida de milhões de brasileiros, como a reforma trabalhista (aprovada recentemente), mudanças de concessões ambientais, privatizações, redução e congelamento de investimentos em áreas de direitos fundamentais como saúde e educação. Essas “pautas” eram quase esquecidas nas narrativas jornalísticas ou quando pautadas eram “diminuídas” diante dos casos de corrupção.

Bentes (2016) sintetiza que o papel da mídia brasileira no contexto do golpe de 2016 foi de ampliar ou silenciar os fatos, construindo uma novelização das notícias e uma tentativa exausta de direção de realidade. Em 2015, jornais e mídias em discurso homogêneo pautando a crise econômica, desemprego, insatisfação da FIESP (Federação da Indústria do Estado de São Paulo), com matérias diárias sobre vazamentos da Lava Jato, delações premiadas, pautas-bombas.

Destaques para pautas sobre o impedimento da presidenta Dilma Rousseff explorando o componente jurídico-legal, para a ação com o objetivo de demonstrar para a opinião pública a

³É um conjunto de investigações policiais iniciadas em 2014 que visa apurar esquema de lavagem de dinheiro envolvendo políticos, empresários, presidentes entre outros. A operação é caracterizada por várias fases e ainda está em andamento.

legalidade do processo e não a discussão sobre as pautas reais por trás do impedimento. O discurso foi simplificado e seletivo: a maior emissora de TV aberta do país, a TV Globo, transmite ao vivo a sessão parlamentar de admissão do processo de impedimento num domingo inteiro, enquanto que no dia da defesa da presidenta não realizou a transmissão em TV aberta, sendo possível vê-la apenas no canal fechado do Grupo Globo (Globo News). Após o impedimento, a tempestade midiática tem uma súbita normalidade com o presidente interino (BENTES, 2016).

4 A Mídia e os Golpes: Pontos Convergentes

Se a mídia tem uma relação intrínseca com interesses e decisões políticas na história brasileira e um papel fundamental no desenrolar dos golpes de 1964 e 2016, na Era Vargas, ela também foi muito atuante. Na época, apenas um jornal, dirigido pelo jornalista Samuel Wainer, fazia um discurso contrário aos demais impressos que em uníssono declaravam uma guerra aberta ao presidente.

Pode-se afirmar, sem temor de erro, que um único jornal, Última Hora, não aderiu ao golpe. No dia 2 de abril, acuado depois de depredada sua redação, o jornal vivia uma situação inversa à de 24 de agosto de 1954, quando o povo enfurecido atacou as redações de veículos que pregavam a queda de Getúlio, entre os quais O Globo e Tribuna da Imprensa, a edição daquele dia, com cerca de 400 mil exemplares, trazia em manchete a notícia do suicídio de Getúlio Vargas (DANTAS, 2014, p. 65).

Antes mesmo da posse do presidente João Goulart, o movimento golpista, que tinha como aliado vários setores do empresariado e da classe média, frustrou-se, mas caminhou para sua efetivação em 31 de março de 1964. O contexto dos Brasis do presidente João Goulart, em 1964, e o da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, apresentam aspectos bem similares, como as greves de todos os tipos,

Em 1962, a greve geral de 5 de julho resultou na aprovação do 13º salário (...) O movimento de 5 de julho deixou um rastro de 50 mortos no país e de saques, o chamado ‘motim da fome’, no Rio de Janeiro. As manifestações de setembro levaram à transformação do Comando Geral da Greve em Comando Geral dos Trabalhadores (SILVA, 2016, p. 25).

Na Era Vargas, o país tinha alcançado saltos de qualidade com a legislação trabalhista, mas ainda estava atolado na desigualdade social. É diante desse cenário que o presidente João Goulart propunha reformas de base para aprofundar um projeto nacional-desenvolvimentista.

Singer e Loureiro (2016, localização Kindle 12 de 6639) comparam esses dois Brasis⁴ : “o lulismo repetiu com farsa a tragédia do sonho desenvolvimentista anterior, que durou cinquenta anos e foi desfigurado pelo conservadorismo militar”. O Brasil, a partir de 2003, conseguiu reduzir um pouco as desigualdades por meio de algumas políticas: de salário mínimo e expansão do emprego, de programas específicos de transferência de renda, como o Bolsa Família, de cotas de acesso ao ensino superior entre outros. Políticas que significaram um avanço e uma melhoria de vida nas classes mais pobres. Esses dois Brasis tiveram seus projetos desenvolvimentistas interrompidos.

A presidenta Dilma Rousseff decidiu entrar em combate com frações de classes poderosas e resistentes assim como o presidente João Goulart. E a mídia criou o clima ideológico necessário ao demonstrar que esses governos precisavam de freio e que outra condução seria necessária e fundamental para reordenar o país. A partir daí, a desqualificação midiática diária dos mandatários do país torna-se evidente: com Getúlio Vargas culmina no suicídio, com João Goulart na deposição, seguido do Golpe Civil-Militar e com Dilma Rousseff na composição jurídica aparente e sua deposição, acompanhada de outros elementos, como a misoginia.

Kieling (2015) ao analisar a narrativa do Jornal Folha de São Paulo sobre o golpe Civil-Militar de 1964 na edição de 31 de

⁴O período dos governos petistas, de 2003 até 2016, compreendido pelos mandatos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, é denominado de Lulismo por André Singer (2016).

março daquele ano destaca que em meio à gravidade de várias notícias, o presidente João Goulart é retratado como uma personagem dúbia e que durante um evento organizado por militares profere um discurso “violento e exaltado”.

Da mesma forma, uma das principais revistas semanais brasileiras, a Revista Isto É na edição da primeira semana de abril de 2016⁵ chama a presidenta Dilma Rousseff de “Maria, a Louca”⁶. Em trechos da matéria há destaque que, para além das crises moral, política e econômica, a presidente teria perdido o controle emocional para conduzir o governo, destacando relatos que de ela estaria fora de si e mais agressiva do que nunca. A retratação midiática de ambos os presidentes é no mínimo similar.

Mais acontecimentos da posição midiática e os golpes se entrelaçam. Kieling (2015) aponta nas notícias de destaque da edição do Jornal Folha de São Paulo do dia dois de abril de 1964 relatos sobre os acontecimentos da consolidação do golpe que levam o presidente da Câmara à época ao posto de presidente da República. Mesmo a Casa Civil informando que o presidente João Goulart estava no território nacional e no uso de seus direitos constitucionais, o presidente do Congresso Nacional declarou que “o presidente da República, na hora mais dramática da vida brasileira, abandonava o governo” (KIELING, 2015, p. 40). A narrativa jornalística detalhava o acontecimento de forma objetiva, mas sem apontar e nem explicar a incoerência no episódio acima.

Em 2016, a transmissão da TV Globo apresentou um acontecimento bem parecido durante o processo de impedimento de Dilma Rousseff. Numa transmissão do canal Globo News (canal pago da TV fechada), a âncora de política em exibição ao vivo, na edição de oito de março⁷, vésperas de

⁵Edição da revista:

https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/

⁶Referência a Maria I, apelidada de “A Louca”, foi rainha de Portugal diagnosticada com doença mental foi afastada do reinado.

⁷Trecho do vídeo disponível no link: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2016/03/09/ancora-da-globo-news-se-confunde-e-chama-dilma-rousseff-de-ex-presidente.htm>

manifestações que pediam o impedimento da presidenta, chamou por duas vezes Dilma Rousseff de ex-presidente.

A postura de editoriais e espaços nos impressos na mídia brasileira em 1964 explicitou ainda outro aspecto, dividiu o país na defesa “da democracia” e dentro do contexto da Guerra Fria, agitou a opinião pública com a defesa da democracia liberal contra o comunismo, estereotipando comunistas como agitadores golpistas, enfim, os antagonistas do Brasil, e para isso seria preciso combatê-los. O golpe é definido, em editorial, como uma ‘tomada de posição a favor da lei’, no jornal Folha de São Paulo da edição de dois de abril de 1964 (KIELING, 2015).

Durante o processo que culminaria no impedimento da presidenta Dilma Rousseff, o cenário mais uma vez é semelhante: ocorrência de um linchamento midiático de movimentos sociais e de esquerda, ativistas tido como ‘vândalos, petistas como “vagabundos baderneiros”, enfim, construía-se diariamente inimigos públicos e eles precisariam ser extintos, ou seja, o mal precisaria ser eliminado. Observa-se nitidamente uma polarização, a intolerância e o ódio. Geraldes et al pontuam essa divisão:

[...] compara manifestações populares contrárias ao impeachment recebiam uma cobertura ínfima, sempre com uma conotação ruim. Colocou-se a ideia de quem estava na defesa do Brasil eram aqueles que estavam de verde e amarelo, enquanto os outros atos representavam o comunismo, a bandeira vermelha (GERALDES ET AL, 2016, p. 37).

A adesão da grande imprensa aos dois movimentos golpistas é observada, em apenas alguns exemplos, por meio das narrativas diárias que configuraram os desequilíbrios dos presidentes e que colocaram na pauta que o futuro só estaria seguro a partir da restauração do equilíbrio político, no caso de 1964 por meio do Golpe Civil-Militar, e em 2016, por meio impedimento da presidenta. A solução foi as destituições dos presidentes para superação dos problemas econômicos e da corrupção. Na verdade, para Geraldes et al (2016) a mídia é quase um partido e tem uma participação intensa nas lutas antidemocráticas, no mínimo, desde a década de 1950. Pegaram

os anos 50 de Getúlio, pegaram 1964. Pegaram 2016, e vão influenciar, de acordo com seus interesses privatistas, o governo Bolsonaro, eleito em 2018.

Considerações finais

Observa-se que as grandes empresas jornalísticas funcionaram como instrumento ideológico em defesa de seu capital, quando a maioria apoiou os golpes, exercendo o papel de instabilizadora dos sistemas de governo e regimes políticos. A resistência e outros canais alternativos de comunicação existiram, em 1964, e hoje, ambos com diferenças circunstanciais e peculiaridades. Em 1964, os jornais alternativos, a imprensa alternativa ou nanica, cobravam a restauração da democracia, respeito aos direitos humanos e criticavam o modelo econômico. Kucinski (2001) destaca que a mídia alternativa destoava do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, opondo-se por princípio ao discurso oficial.

Hoje, a construção de alternativas aos discursos homogêneos protagonizado pela grande mídia é potencializada pelas redes por meio da internet, por coletivos, por rádios comunitárias, entre outros. A pluralidade de vozes e de canais é fundamental para a construção da opinião pública. Os sucessivos golpes, apoiados por uma mídia oligárquica, pelos quais a jovem democracia brasileira tem passado nos demonstra que o fomento a canais de expressão e de comunicação alternativos para a construção é um avanço para uma sociedade mais democrática e cidadã.

REFERÊNCIAS

BENTES, Ivana. **Mídia brasileira construiu narrativa novelizada do impeachment**. 2016 Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/09/02/midia-brasileira-construiu-narrativa-novelizada-do-impeachment/>>. Acesso em: 16/03/2018.

DANTAS, Aurélio. A mídia e o golpe militar. São Paulo: **Revista Estudos avançados**, v. 28, n. 80, pp. 59-74, 2014.

GERALDES, Elen Cristina; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; SILVA, Juliano Domingues da; MACHADO, Liliane Maria Macedo; NEGRINI, Vanessa.(Orgs). **Mídia, misoginia e golpe**. Brasília, FAC-UnB, 2016.

KIELING, Camila Garcia. 1964-2014: o cinquentenário de uma narrativa jornalística sobre o golpe civil-militar no Brasil. São Luís: **Revista Cambiassu**, v. 15, n. 17, dez, pp. 30-44, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalista e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2ª ed, 2001.

SILVA, Juremir Machado da. **Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 7ª ed., 2016.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

A TRAGÉDIA E A FARSA: algumas considerações sobre os golpes de Estado de 1964 e 2016

Teresa Cristina Freitas Oliveira¹

1 Introdução

O Brasil possui uma democracia frágil, sua história é marcada por golpes de Estado. Pouco mais de 50 anos separam os golpes de 1964 e 2016. Porém, a conotação “golpe” é um termo negativo, ninguém o quer para si, “golpista é sempre o outro”. Em 1964, a trama ilegal que derrubou o presidente João Goulart (1961-1964) foi intitulada de “Revolução Democrática”. Em 2016, a ação que depôs Dilma Rousseff foi chamada de impeachment.

O artigo trabalha com a definição de golpe apresentada por Alvaro Bianchi, segundo o qual “golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político (BIANCHI, 2016)”. Ou seja, os golpistas estão no interior do próprio Estado, os mecanismos “excepcionais” para a “mudança institucional” não precisam ser necessariamente uma ação violenta desencadeada pelas Forças Armadas para a tomada do Estado. A ruptura da ordem institucional do governo Dilma Rousseff não ocorreu pelos moldes dos golpes de Estado clássicos, isto é, a destituição brusca e violenta de um governo com a presença dos militares. Há um “novo tipo de golpe” de interrupção de mandatos presidenciais na América Latina, em que o poder legislativo é protagonista. Assim ocorreu nos golpes, que depôs Manuel Zelaya, em Honduras, 2009, e Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012. Nesses, sucedem-se com ausência do uso da violência em que o judiciário foi elemento essencial para a sua implantação e sucesso, com a aparente manutenção da ordem institucional e respeito as leis constitucionais.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista CAPES. E-mail: freitas.teresa@hotmail.com.

Embora com métodos diferentes, há mais similaridades entre os golpes de 1964 e 2016 do que distanciamentos. Ambos evidenciam a inabilidade das frações de classe, que dominam a ossatura do Estado, de conduzir o aparato político em períodos de crises econômicas por meios democráticos. Este e aquele teve o apoio da mídia para a construção do consenso, a fim de produzir uma narrativa verossímil da necessidade da destituição do governo. Os dois formaram uma base social, que é essencial para legitimar qualquer tipo de golpe. Se em 1964 os militares constituíram a força indispensável, o triunfo do golpe de 2016 foi o parlamento com a conivência do Supremo Tribunal Federal (STF).

O Governo João Goulart e o golpe empresarial-militar de 1964

Os anos 1960 são marcados por uma conjuntura conflitiva de crises: social, política, econômica e ideológica resultando na crise de domínio político, do populismo² ou “crise orgânica”³. A ação golpista de 1964 é consequência do rompimento da “classe dominante com seus representantes tradicionais” e com as classes subalternas (MELO, 2009, p. 63). Tratou-se da consolidação da conquista hegemônica do estado pelo capital multinacional e associado⁴, quando os seus interesses efetivamente “tornaram-se Estado” (DREIFUSS, 1981, p. 489).

Os interesses do capital multinacional foram favorecidos pela política desenvolvimentista do governo Juscelino

² Parte da literatura caracteriza o período que marca a política brasileira dos anos de 1930 a 1964 de populismo, na definição de René Dreifuss, o “bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial (DREIFUSS, 1981, p. 43, nota 55)”.

³ O conceito é do teórico Antonio Gramsci, caracterizado por uma circunstância histórica onde os partidos “não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe” (GRAMSCI, CC3, 2007: 60 *apud* MELO, 2009, p. 54).

⁴ O termo é elaborado por René Dreifuss para explicar a fusão ou associação entre capitais de origem forânea com capitais nativos, fenômeno ocorrido de forma intensa após a Segunda Guerra Mundial, com o modelo de corporação americana hegemônico (MELO, 2009).

Kubitschek⁵ (1956 – 1961). Seus representantes, compostos por agentes ligados às grandes empresas, participam dos aparelhos políticos e burocráticos, e formam uma forte rede de influência no aparato do Estado que garante a “supremacia econômica da burguesia industrial” e molda “as bases de um bloco histórico burguês” ou do capital multinacional e associado no país (DREIFUSS, 1981, p. 22), que na década de 1960, torna-se a força econômica dominante (DREIFUSS, 1981, p. 66).

A princípio, o capital monopolístico transnacional busca conciliar interesses com o bloco populista, que atuou dentro do regime estabelecido até 1961 (DREIFUSS, 1981, p. 125). A eleição de 1960 representou a última tentativa de manter o pacto populista, com a vitória da União Democrática Nacional (UDN), partido que mais se aproximava das ideias do capital multinacional e associado. Com a renúncia de Jânio Quadros (1961), em agosto de 1961, João Goulart só consegue assumir após uma negociação política em que é implantado o parlamentarismo. Isto é, Goulart tomaria posse, mas teria limites para governar. Na percepção dos grandes capitalistas, este político tinha uma forte tendência esquerdista e dava apoio às reivindicações dos trabalhadores, que estavam acirradas no início da década de 1960.

Naquele contexto, o quadro econômico foi drasticamente afetado pela alta inflacionária e problemas na balança de pagamento. O encarecimento do custo de vida e a desvalorização da moeda, desencadeou uma mobilização cada vez maior dos setores da esquerda, sindicatos e estudantes, que fazem com frequência manifestações e greves em várias partes do país, tanto no campo quanto na cidade. Configurava-se uma situação “pré-revolucionária no Brasil”. As reivindicações desses setores entram em contradição com o capital multinacional e associado, que desencadeia a “ação contrarrevolucionária preventiva” (MELO, 2009, p. 89-90), em conluio com as Forças Armadas.

É nesse cenário de instabilidade que a fração de classe, capital multinacional e associado, que até então agiram pelos

⁵ A internacionalização da economia cresce de forma significativa durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), quando ocorre a monopolização da economia capitalista no Brasil (MELO, 2009, p.39), período em que foi implantado a moderna indústria automobilística, sobretudo no estado de São Paulo.

mecanismos legais, começam atuar como partidos por meio de duas agências, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que juntamente com a Escola Superior de Guerra (ESG) tiveram uma importância essencial no processo de ações desestabilizadora no governo Goulart. Os complexos IPES/IBAD foram instrumentos utilizados pelo empresariado nacional e internacional para realizar uma campanha política e ideológica contra o governo Goulart. O IPES tinha grande influência na sociedade civil. Agia junto à grande imprensa, cuja ação golpista não teria se consolidado sem a atuação desses órgãos de comunicação, que possuem uma ligação intrínseca com os grupos dominantes. Como bem apontou o pensador italiano Antonio Gramsci (2004), os jornais, assim como outras “associações privadas”, “manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo e dos capitalistas (GRAMSCI, 2004b, p. 75)”. Em editorial histórico, em agosto de 2013, quase 50 anos após o golpe de 1964, o jornal *O Globo* reconhece que errou ao apoiar o golpe e a ditadura, mas tenta amenizar a culpa enfatizando que outros veículos de comunicação, como *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, fizeram o mesmo, assim como parte da população, demonstrado pelas manifestações realizadas em apoio a intervenção militar. O IPES, também, organizou, entre tantas, a Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE), formada por mulheres da classe média e da alta burguesia. Esta entidade foi uma das grandes realizadoras das “Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade”, ocorridas antes e depois do golpe, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. Enquanto isso, o IBAD já possuía uma intervenção maior dentro do Congresso, financiando campanhas de políticos que se comprometiam a seguir suas instruções, após a vitória.

O retorno do presidencialismo, em 1963, não possibilitou à Goulart governabilidade. Em 1964, o clima era de intensificação das greves e constante ameaça golpista. O Congresso, formado por maioria conservadora, rejeitava os projetos das reformas de base planejada pelo governo Goulart. Com o objetivo de pressionar o Congresso a autorizar a realização de plebiscitos a fim de que a população escolhesse pelas reformas de base, o

presidente resolve liderar uma campanha popular com a previsão da realização de inúmeros comícios nas principais capitais do país. O primeiro ocorreu na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 150 mil adeptos das reformas de base. Em seu discurso, o presidente demonstra o compromisso em legalizar novamente o Partido Comunista do Brasil (PCB), frisou a importância de ampliação da democracia, declarou a encampação das refinarias particulares, falou da necessidade da Reforma Urbana e sinalizou para a viabilização da reforma agrária, decretando que propriedades subutilizadas estariam sujeitas à desapropriação (MELO, 2014).

A reação vem em 19 de março, com a já citada Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que foi utilizada para legitimar o golpe de Estado, com a justificativa de que o povo clamava pela intervenção militar contra a chamada ameaça comunista que assolava o Brasil. No entanto, as pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE, em março de 1964, mostram grande popularidade de Goulart e suas propostas reformistas, e até mesmo um apoio à mudança na Constituição que permitisse Jango a concorrer a mais um mandato. O levantamento realizado pelo IBOPE só foi revelado no fim de 1980, por mais de vinte anos ficaria oculto do grande público (MELO, 2014).

O cenário fica mais tenso com o episódio de 25 de março, considerado como uma das causas imediatas para o golpe. Marinheiros, sob a liderança do cabo Anselmo dos Santos, reivindicam o reconhecimento de sua Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais no Brasil. O presidente, ao se posicionar a favor do movimento, já que enviou um Batalhão do Exército para proteger o sindicato, é visto pelas Forças Armadas como incitador da quebra da hierarquia, o que de acordo com Demian Melo (2009) indica um dos “elementos da crise orgânica do regime”, assim, ressalta:

Na compreensão da crise dos anos sessenta, a quebra na hierarquia das Forças Armadas, seja qual for o ponto de vista adotado, aponta um dos elementos da crise orgânica do regime. Uma crise na principal instituição encarregada das funções de coerção do Estado capitalista (MELO, 2009, p. 84).

Numa ação articulada pelo capital internacional e empresariado nacional, com intensa mobilização da classe média e a força necessária dos militares golpistas, os conspiradores justificaram o golpe de 1964 por uma “Revolução Democrática”, “fundados no objetivo de instaurar o que eles denominavam de ‘verdadeira democracia’ no país” (REZENDE, 2013, p. 01). Insistiam que iriam assegurar a democracia, ameaçada por supostas forças subversivas que planejavam fazer uma revolução comunista no Brasil.

A movimentação de tropas começou na madrugada do dia 31 de março para 1º de abril. Liderada pelo General Mourão Filho, comandante da V Região Militar sediada em Minas Gerais, a tropa saía com seus soldados para se juntar às tropas do Rio de Janeiro, e seguir para o Palácio Laranjeiras, onde encontrava Goulart. Estava deflagrado o golpe de Estado no Brasil que implantou uma ditadura que durou 21 anos. Em 2016, 52 anos depois do golpe empresarial-militar de 1964, vivemos mais um golpe de Estado na nossa história, que se apresenta em moldes diferentes do clássico, não com o uso da violência, mas dentro da aparente normalidade constitucional, é o chamado “novo tipo de golpe”.

O golpe jurídico-parlamentar de 2016

Jessé Souza (2016) afirma que o golpe de 2016 foi uma “fraude bem perpetrada dos donos do dinheiro, que são os reais donos do poder (SOUZA, 2016, p. 12)” sob o comando da elite financeira para “se apropriar da riqueza coletiva sem peias (SOUZA, 2016, p. 12)”. A elite financeira, que dirige os bancos e fundos de investimentos, articula seus aliados nessa ação golpista, a grande mídia e o Congresso, ambos comprados, o complexo jurídico-policia do Estado, além de uma base social engajada, pronta para ser acionada e se sentir protagonista política da “mudança” social.

O governo Dilma Rousseff (2011-2016) fez concessões a industriais, banqueiros, latifundiários e aos demais segmentos burgueses. O governo Lula (2003-2011) apresentou-se de grande crescimento, com ganhos significativos para ricos e pobres, com

uma “política de conciliação e compromisso com os donos do dinheiro (SOUZA, 2016, p. 48)”. De 2003 a 2013, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu dinamizar a economia, com a implantação de programas sociais como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, entre outros, com grande atenção às regiões Norte e Nordeste, algo peculiar na história do Brasil, jamais visto nos governos anteriores. Mas as frações de classes burguesas não estavam satisfeitas.

Há redução do crescimento da economia e da taxa de lucros, o desemprego e a inflação aumentaram a partir da segunda metade do primeiro mandato de Dilma. O PT já não era capaz de efetuar as necessidades do grande capital “no grau, no ritmo e na intensidade exigidos pela crise econômica nos quadros de um capitalismo periférico e dependente (DEMIER, 2017, p. 103)”. Os donos do dinheiro precisavam de todo o poder, de “governar diretamente, com seus homens de confiança e anular as poucas conquistas sociais dos últimos anos (LOWY, 2016)”. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), um partido que teve derrota quatro vezes consecutivas nas urnas, com a liderança de Aécio Neves, se constituiu na força conservadora ideal que encaminha o projeto de ascensão ao poder por vias não democráticas.

A grande imprensa, sócia do golpe, foi essencial para a conspiração golpista e deposição de Dilma, especialmente as grandes redes de poder como a Rede Globo, por meio de seu noticiário diário, o Jornal Nacional, assistido por milhões de brasileiros. A pauta jornalística se deu em torno da crise econômica e do tema da corrupção. A mídia manipulou a opinião pública acusando o PT da maior crise econômica enfrentada pelo país em décadas. A corrupção foi fixada em políticos de forma seletiva, em um partido específico, o PT. A temática da corrupção já tinha sido bastante explorada em 2005, com a exposição do esquema do “Mensalão”, que Jessé Souza (2016) afirma ter se constituído no “ensaio geral” para o golpe de 2016 (SOUZA, 2016, p.49). O Mensalão foi um esquema de corrupção política para compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional beneficiando projetos do governo. Outros partidos estavam envolvidos no escândalo, mas a mídia

seletivamente focou nos políticos do PT e no próprio Lula, presidente do Brasil na época.

Durante o Governo Dilma há o escândalo de corrupção da Petrobrás, com investigação conhecida por Operação Lavo Jato, deflagrada pela Polícia Federal em março de 2014, com a prisão do doleiro Alberto Youssef. A operação envolveu vários políticos de primeiro escalão e partidos políticos, porém as acusações, novamente, recaíram, principalmente, sobre o PT. O complexo jurídico-policial, que deveria preservar a democracia, age em conluio com a mídia para orquestrar o golpe. Um bombardeio diário entre dezembro de 2014 a abril de 2016 com “vazamentos seletivos” de depoimentos de delações premiadas e prisões sensacionalistas “criaram uma atmosfera de linchamento político” (SOUZA, 2016, p. 110) que incendiavam e levavam a classe média conservadora a ocupar as ruas em várias cidades do país. Chamadas pela Rede Globo, o ápice dos protestos ocorreu em março de 2016. A mídia classificava as manifestações contrárias ao governo como “pacífica”, “democrática”, e “apartidária”, enquanto isso, as manifestações pró-governo eram destacadas como iniciativas de militantes partidários.

Jessé Souza (2016) destaca que a mídia já havia feito uma atuação protagonista já em 2013, com a manipulação das manifestações realizadas em todo o Brasil conhecida por Jornadas de Junho. O movimento foi iniciado contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, um protesto localizado e concentrado em políticas municipais e que tomou dimensões federais graças a manipulação da mídia, afetando diretamente a popularidade da presidenta Dilma Rousseff e perda de adesão social ao Partido dos Trabalhadores. Jessé Souza (2016) faz uma análise detalhada da cobertura feita pelo Jornal Nacional durante os protestos, demonstra a transformação de um movimento de “sentido popular e reivindicativo” em “uma ‘festa popular’ contra a corrupção e a ladroagem na política (SOUZA, 2016, p. 93)”. Nesse período, é formada a aliança da mídia com às instituições do aparato jurídico-policial e a “base popular” para o golpe de 2016, em que “palavras de ordem como ‘Muda Brasil’, como forma cifrada de invocar a verdadeira bandeira – ‘Muda

(de governo) Brasil’ – passaram a dominar o imaginário das manifestações (SOUZA, 2016, p. 94)”.

A classe média, que esteve nas ruas vestida com a camisa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) protestando pela deposição de Dilma, jamais se conformou com as mudanças sociais ocorridas no país durante o governo PT. A valorização do salário e o aumento do consumo popular causou um mal-estar na classe média, que se incomodou com os aeroportos lotados, as ruas congestionadas por carros populares, de compartilhar espaços sociais com a chamada “ralé”, antes, restritos a seus privilégios. Os desdobramentos dos acontecimentos no período conspiratório mostraram o ressentimento da classe média, o “ódio de classe” que parecia estar adormecido.

Para engrossar a organização dos golpistas, em 2016, entra em cena o juiz Sérgio Moro, que absorve a bandeira do discurso anticorrupção, sendo “endeusado” pelos manifestantes antigoverno. Mas o processo de deposição da presidenta Dilma mostrou que não houve intenção de combate à corrupção. Não foi falado do seu núcleo causador desse mal, os acordos entre os políticos e os grandes empresários, que poderia ser minimizado com a Reforma Política, com o financiamento público de campanhas, por exemplo. O tema da corrupção enfatizado pela mídia teve objetivo de tirar de cena somente o “inimigo de classe” e não mudar a estrutura política, o núcleo causador da corrupção. Por isso, o interesse de “fulanizar” a corrupção, como concentrada apenas em pessoas, e não no sistema político, da “novelização” da política, de transparecer um conflito entre mocinhos e bandidos (SOUZA, 2016, p. 50). O PT, bem como seus principais líderes, representaria todo o mal do país. O Juiz Sérgio Moro, o salvador da pátria.

De acordo com Felipe Demier (2017), a deposição do governo Dilma não implicou na queda da democracia liberal, isto é, o golpe no governo não foi um golpe no regime (DEMIER, 2017, p.15). Com características diferentes dos golpes de Estado que já foram implantados no continente americano, em 2016, no Brasil ocorreu um golpe por meio do “próprio regime democrático-liberal” que permitiu depor um governo incômodo

sem mudar a estrutura do regime vigente (DEMIER, 2017, p. 15-16).

Se não houve uma mudança no regime, como em 1964, o fato é que o voto popular de 54,5 milhões de brasileiros e brasileiras foi cassado por um processo de impeachment instituído por parlamentares com mais de 60% envolvidos em casos de corrupção. O próprio presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que aceitou o processo do pedido de impeachment por pura vingança, hoje preso, já na época era acusado por corrupção, lavagem de dinheiro, evasão fiscal, dentre outros atos ilícitos. O impeachment está previsto na constituição, mas é necessário que haja crime de responsabilidade, o que não houve no caso de Dilma Rousseff, consenso entre vários juristas do país. A presidenta foi acusada por pedaladas fiscais, especificamente, por supostos empréstimos “ilegais” para financiar programas sociais. As pedaladas fiscais foram e são utilizadas por governos estaduais, foram praticadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive, amplamente utilizada por Michel Temer, então vice-presidente de Dilma e seu sucessor na presidência. Dilma é “julgada” em 31 de agosto de 2016 pelo Senado Federal, com 24 senadores, dos 81 que a “julgaram”, respondendo por acusações criminais.

Considerações finais

A ausência de militares para tomar o poder de modo violento, não significa a inexistência de golpe. Aparentemente o ritual do impeachment ocorreu dentro dos trâmites legais, um processo foi acatado pelo presidente da câmara, uma comissão decidiu pela sua continuidade, aprovado pelo Congresso e logo em seguida, pelo Senado, tudo com a conivência do STF. Em 1964, essa aparente legalidade também esteve “evidente”, os militares convocaram o Congresso para declarar vacância da Presidência da República, o pequeno detalhe é que Goulart ainda estava no país⁶. Raniere Mazilli, presidente da câmara na época,

⁶ A sessão que destituiu João Goulart do cargo de presidente foi anulada em novembro de 2013, pelo projeto de resolução simbolicamente aprovado pelo Congresso Nacional.

foi empossado à presidência por uma sessão realizada em 3 de outubro pelo STF, tudo dentro da suposta “legalidade”.

A eleição de 2018, que era uma incógnita diante do curso do golpe de 2016, ocorreu dentro da “normalidade”, e seu resultado deixou a esquerda e setores progressistas da sociedade atônitos, com a vitória de um líder da extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente com 55,1% dos votos válidos pelo Partido Social Liberal (PSL). Bolsonaro se tornou popular nas redes sociais por suas declarações machistas, racistas, homofóbicas e por desdenhar dos direitos humanos. Na votação do impeachment, o então Deputado Federal na época, dedica seu voto favorável ao prosseguimento do processo do impeachment da presidenta Dilma, “em memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra”. Ustra foi chefe comandante do Destacamento de Operações Internas (DOI-CODI) de São Paulo no período de 1970 a 1974. Foi acusado pelo Ministério Público Federal por envolvimento em crimes como sequestro, tortura e assassinato nas dependências do DOI-CODI durante a ditadura.

Todo o lucro concedido a elite financeira ou aos “donos do dinheiro” durante o governo PT, não foi suficiente para deter uma conspiração golpista, que se tornou uma ação real com o agravamento da crise econômica. Por uma ironia ou não, o golpe jurídico-parlamentar de 2016 contra a presidenta eleita Dilma Rousseff teve por consequência a volta da forte presença dos militares no governo, escalados para ocupar cargos-chaves no governo Bolsonaro. O cenário atual é de incerteza e desesperança, mas sigamos com a consciência de que a resistência é o único caminho possível para defesa da democracia. Resistiremos, “amanhã será um novo dia”!

REFERENCIAS

BIANCHI, A. **O que é um golpe de Estado?** Blog Junho, 26 mar. 2016. Disponível em <<http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>> Acesso em: 17 de julho de 2018.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.v. 2 (1921-1926).

LOWY, Michael. **O golpe de Estado de 2016 no Brasil.** Carta Maior, 19 maio de 2016 <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-de-Estado-de-2016-no-Brasil/4/36139>> Acesso em: 17 de julho de 2018.

MELO, Demian Bezerra de. **A opinião pública às vésperas do golpe de 1964.** Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014.

MELO, Demian Bezerra de. **O Comício da Central: o Rio e as reformas de Jango.** DOI: 10.5752/P.2237-8871. 2014. v15. n22. p10.

MELO, Demian Bezerra de. **O Plebiscito de 1963: inflexão de força na crise orgânica dos anos sessenta.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói - RJ, 2009.

O GLOBO. **Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro.** 31 agosto de 2013. <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>> Acesso em: 23 de julho de 2018

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade (1964-1984).** Londrina: Editora Uel, 2013.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe: entenda como e porque você foi enganado.** Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

O OCASO DO JURÍDICO E A PREDOMINÂNCIA DO POLÍTICO: a presunção de inocência no caso Lula

Yann Victor Maia Santos¹

1 Introdução

O Estado de inocência é um princípio fundamental de Direito previsto no artigo XI da Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovados pela ONU em 1948. A presunção de inocência enquanto garantia está prevista no artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal de 1988, que diz textualmente, o seguinte: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1998, p. 11).

Pela interpretação literal do texto constitucional, deve-se esperar o trânsito em julgado (nesse caso o réu não tem mais chances de apresentar recursos para sua defesa em nenhuma instância judiciária), para que possa ser considerado culpado, iniciando a partir de então o cumprimento da pena.

Hodiernamente no Brasil, a interferência de fatores não jurídicos nas decisões proferidas pelos tribunais tem causado uma verdadeira hecatombe no tocante à seguridade das instâncias jurisdicionais. Para Dalmo de Abreu Dallari² (2018), a grave agressão aos princípios e normas constitucionais tem levado a que, em lugar da presunção de inocência o que tem sido utilizado é o seu oposto, ou seja, a “presunção de culpa”, sem nenhum fundamento jurídico.

No Brasil contemporâneo, o que predomina é a lei do mais forte e do mais rico, o Judiciário opera como um verdadeiro partido corporativo, visando manter suas regalias e privilégios. As decisões dos magistrados devem ser pautadas em aportes jurídicos e não em posicionamentos ideológicos e/ou partidários.

¹ Mestre em História pelo PPGHIS/UFMA.

² Ver Dallari, “Presunção de Inocência: direito fundamental e princípio constitucional no Brasil”, *Opinião & Análise*, 04 de abr. 2018; disponível online; Acesso em 10 de julho de 2018.

Demonstração desta politização está no fato de que, hoje, há magistrados que notoriamente guiam seus votos pela “opinião pública”, o que realmente significa dizer pelos meios de comunicação de massa. Estes “profetizam” os votos dos membros de uma Corte – o Supremo Tribunal Federal, por exemplo – analisando posições jurídicas como se fossem opções ideológicas ou partidárias. E nisto são ajudados por membros do Judiciário, que, em *off*, vazam informações, antecipam votos, movidos pelo desejo ou de agradar ou de justificar-se perante os “donos” da comunicação. Isto, sem dúvida, veio a abalar a confiança no juiz, daí a nítida perda em seu prestígio que hoje se registra no País. E este interesse dos meios de comunicação pelos trabalhos do Judiciário é outro sintoma dessa politização (FERREIRA FILHO, 2011, p. 231-232 apud ROMÃO, 2017, p. 108).

O que Ferreira Filho aponta é sintomático uma vez que, a politização interesseira do Judiciário brasileiro promove catastróficos “linchamentos televisivos³”, a exemplo dos vazamentos ilegais e seletivos de depoimentos e delações premiadas expostos na televisão todos os dias com uma clara intenção de ampliação da crise política. A casta judiciária, apoiada diretamente por uma elite financeira golpeia não só a democracia como as próprias garantias constitucionais. Nesse contexto, a presunção de inocência, marco basilar da ordem jurídica democrática, foi desrespeitada.

A politização judicial desmensurada, repercute direta e negativamente na própria eficácia da tutela jurídica. Uma afronta ao Estado democrático de Direito que se constitui enquanto elemento primordial da segurança nacional “o estado de direito é um estado constitucional. Pressupõe a existência de uma constituição normativa estruturante de uma ordem jurídico-normativa fundamental” (CANOTILHO, 2002, p. 245).

O processo que desembocou no Golpe jurídico-parlamentar-midiático⁴ de 2016, representou o abandono de princípios elementares assegurados em diversas instâncias

³ Expressão utilizada por Jessé Souza na obra “A radiografia do golpe” (2016) para se referir aos efeitos provocados por vazamentos ilegais de depoimentos e delações de investigados na operação Lava-Jato.

⁴ Expressão usada para indicar os principais orquestradores do golpe de 2016.

judiciais. As instituições jurídicas, nessa conjuntura, operam com o claro intuito político de manutenção das relações de poder da elite financeira que financiou e continua apoiando a desestabilização da democracia brasileira.

O Direito tem sido usado da forma mais sórdida possível dando cores de normalidade constitucional a um golpe desferido contra todos os direitos e conquistas sociais alcançados nos últimos treze anos, as instituições perdem sua credibilidade julgadora ao não respeitar a soberania popular das urnas. Desse modo, estamos imersos em um contexto de ruptura institucional no qual “o Judiciário e imprensa são de fato os principais instrumentos de legitimação” (SEMER, 2016, p. 109).

A narrativa jurídica e política do caso Lula

Para compreender as disputas de narrativas políticas e jurídicas presentes no caso Lula, é necessário compreender todos os avanços sociais desenvolvidos pela política petista ao longo dos últimos anos “esse foi o melhor governo que já houve nessas terras desde as caravelas: tirando milhões da fome e da miséria, ampliando o acesso à educação, dignificando o trabalho e diminuindo as desigualdades” (ALLI, 2016, p. 166)

É claro que os treze anos do governo PT geraram inúmeras decepções naqueles que acreditavam nos projetos fundadores do partido: concessões feitas a governo, alianças ideológicas contraditórias, financiamentos empresariais como política de mercês, etc... No entanto, o modelo de crescimento adotado priorizou a política de distribuição de renda; fator que possibilitou a diminuição de fronteiras sociais e econômicas até então intransponíveis, foi nesse cenário que várias identidades invisibilizadas começaram a se reconhecer, inaugurando novas formas de fazer política através da (re)sistência cotidiana.

Na economia, os segmentos sociais minoritários foram atingidos positivamente por políticas de financiamento, ampliação de linhas de créditos, política econômica de emprego e de elevação do salário mínimo; surgindo no Brasil nas palavras de Marilena Chauí (2016) uma “nova classe trabalhadora”. Nesse contexto, as manifestações que se iniciaram em junho de 2013 e

desaguaram no Golpe de 2016 representaram a reação enérgica e desmedida da elite financeira, classe média, mídia, juntamente, com a casta judiciária contra as políticas de inclusão social e erradicação da pobreza implementadas no Brasil na última década, uma reação violenta, carregada de um desejo tempestivo de vingança.

O bandido é o PT e as classes populares, assim como o projeto de sociedade que eles representam. O mocinho é o aparato jurídico-policial elevado à condição de paladino da higiene moral da nação. O pano de fundo da corrupção “apenas estatal”, para tornar invisível a corrupção da elite no mercado (SOUZA, 2016, p. 50).

São essas disputas de narrativa que marcam a cena política e jurídica atualmente no Brasil: de um lado uma elite que luta contra todas as conquistas sociais alcançadas na última década, do outro lado, o representante do partido que colocou no protagonismo os *de baixo*. Em uma sociedade polissêmica como a brasileira, é de crucial relevância reafirmar o protagonismo dos *de baixo*, é hora de reinventar o jogo da política no Brasil, traçando novas rotas, lutando em defesa da democracia, por respeito e igualdade, pelo direito de vez e voz.

As incongruências do caso Lula

A questão que circunda as especificidades do caso do ex-presidente Lula, além das já descritas anteriormente; versa sobre a partir de quando um condenado pode ser preso. O STF em 2016⁵ em um julgamento histórico abriu precedente ao permitir a prisão a partir da decisão de segunda instância, produzindo uma verdadeira virada hermenêutica na compreensão da presunção de inocência a qual afirma que o condenado só poder ser preso quando esgotarem todos os recurso/apelações possíveis (trânsito em julgado).

⁵ Julgamento dos Habeas Corpus 126.292 em 16 de fevereiro de 2016, de relatoria do ministro Teori Zavascki.

O fato é que a nova decisão do Supremo Tribunal Federal gerou várias discussões no âmbito jurídico e por que não dizer no político também. A presunção de inocência é um princípio basilar do Direito Processual Penal brasileiro, visando tutelar a liberdade individual:

Os direitos fundamentais cumprem a função de direitos de defesa dos cidadãos sob uma dupla perspectiva: (1) constituem, num plano jurídico-objetivo, normas de competência negativa para os poderes públicos, proibindo fundamentalmente as ingerências destes na esfera jurídica individual; (2) implicam, num plano jurídico-subjetivo, o poder de exercer direitos fundamentais (liberdade positiva) e de exigir omissões dos poderes públicos (CANOTILHO, 2002, p. 407).

O Estado de Inocência assegura ao réu o julgamento justo respeitando o devido processo legal, assegurando ainda um direito fundamental ao sujeito de direito na relação processual.

No dia 07 de abril de 2018, o juiz Sérgio Moro, responsável desde 2014 por comandar as ações da operação Lava-Jato em primeira instância, decretou a prisão coercitiva do ex-presidente Lula, imposta pelo TRF-4 execução penal de 12 anos e um mês, pelo caso do Tríplice no Guarujá⁶. Lula buscou *habeas corpus* tanto no STJ quanto no STF, tendo sido os dois negados.

O Ministro Marco Aurélio de Mello que votou a favor do *habeas corpus*, argumenta que a prisão de Lula fere os princípios constitucionais, uma vez que os recursos não foram todos esgotados⁷. Até o momento a defesa de Lula protocolou 78 questionamentos judiciais no âmbito do processo do Tríplice. Um caso que deixa evidente a conspiração contra a trajetória de vida de Lula e tudo que ele representa para a história política do

⁶ Lula e a ex-primeira-dama Marisa Letícia, morta em 2017, foram denunciados pelo Ministério Público Federal, de serem os donos do tríplice no Guarujá. As denúncias do MPF indicam que as reformas feitas no imóvel, foram feitas pela construtora OAS, empresa investigada na Operação Lava-Jato, a reforma segundo as denúncias eram frutos de pagamento de propina a Lula em decorrência do favorecimento de contratos com a Petrobras.

⁷ O Ministro Marco Aurélio de Mello em entrevista a rede de televisão portuguesa RTP no dia 22 de junho de 2018 indicou as ilegalidades presentes na prisão do ex-presidente, afirmando: “E processo para mim não tem capa, processo para mim tem unicamente conteúdo”.

Brasil, é o do Procurador da República Deltan Dallagnol que no dia 14 de setembro de 2016 em uma apresentação das acusações sobre Lula, o colocava como “líder de uma quadrilha criminoso” todos os disparates foram feitos através das “convicções” de referido procurador.

O cenário de perseguição está posto, é assombroso observar a celeridade com a qual é tratada os processos envolvendo o ex-presidente Lula: no dia 08 de julho de 2018 o desembargador plantonista acatou pedido de *habeas corpus* de Lula, no mesmo instante no que parecia um jogo de bate e rebate jurídico o desembargador João Pedro Gerbran Neto, relator do caso em que Lula foi condenado, determinou a manutenção da prisão. Sérgio Moro juiz da primeira instância, que por sinal estava de férias, em despacho questionou a competência do juiz plantonista e ainda “recomendou” o não cumprimento, estarrecedor! E tudo isso em pleno domingo.

A crise institucional está posta, o político sem sombra de dúvidas dominou o jurídico, todas as manobras descritas visam impedir a candidatura do ex-presidente à presidência da República em outubro: não é só o ex-presidente que está preso em uma cela na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, mas também tudo aquilo que ele representa para a história do Brasil, para a vida de milhões de brasileiros que se tornaram protagonistas e agentes de suas próprias lutas ao longo dos últimos anos.

[...] com todo linchamento, séculos de desenvolvimento jurídica e aprendizado moral foram para o esgoto. Ele envolvia manipulação de informação, seletividade de conteúdos, simplificação de questões complexas, estímulo aberto a pré-julgamentos, além da eliminação do contraditório e do direito de defesa. A presunção de inocência, marco fundamental da ordem jurídica democrática, foi para o brejo. O bombardeio era diário. A ordem era não deixar pedra sobre pedra (SOUZA, 2016, p. 123).

O processo descrito acima representa apenas a ponta do *iceberg* de um processo muito mais amplo que desembocou na eleição do candidato, Jair Messias Bolsonaro. Um sujeito que iniciou sua vida pública em 1989 como vereador da cidade do

Rio de Janeiro, sendo deputado federal por sete mandatos pela mesma cidade. Bolsonaro como é comumente conhecido, fez uma campanha presidencial estritamente midiática, utilizando-se de redes sociais como veículos propagadores de suas ideias conservadoras e por que não dizer esdrúxulas, uma campanha baseada nas famigeradas *fakes News*.

O medo da eleição de Bolsonaro levou centenas de milhares de pessoas contrárias as suas propostas a se manifestarem em diversas cidades do Brasil. Guiados pela *hashtag* #EleNão, o movimento que aconteceu em várias capitais no 29 de setembro de 2018, foi convocado pelas redes sociais e contou com apoio de vários setores da sociedade civil. Coletivos de mulheres também foram às ruas engrossando as fileiras da resistência, incitadas pelo lema “Mulheres contra Bolsonaro” elas se colocavam contra os posicionamentos sexistas e misóginos do presidencialável.

Atos a favor do presidencialável também foram organizados em várias capitais brasileiras, vestidos de verde e amarelo os apoiadores do candidato, reproduziam o lema da campanha de Bolsonaro, “o Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos”.

No dia 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro derrotou o candidato petista Fernando Haddad com 55, 54% dos votos válidos. Após o resultado das eleições uma ilustração juntamente com uma frase postada nas redes sociais viralizou demonstrando o sentimento de que é necessário unirmos forças e manter a resistência. Diz a frase: “Ninguém solta à mão de ninguém”.

O ativismo do Judiciário custará caro ao país: uma das primeiras medidas do presidente eleito foi convidar o então juiz federal Sérgio Moro, titular das ações penais da Lava Jato em Curitiba para ser o Ministro da Justiça do seu governo.

O ativismo judicial no Brasil tem se transformado em engodo para o aniquilamento de princípios constitucionais, o poder do Judiciário tem sido manipulado de forma a privilegiar determinados grupos políticos. Como indica Marcelo Semer (2016) a falsa neutralidade e o protagonismo têm o potencial de esvaziar a função jurisdicional de contenção do poder punitivo. Desse modo, o juiz abdica do papel de garantidor dos direitos,

para assumir o de vingador social ou condutor de políticas majoritárias.

Inconclusões

Vivemos tempos sombrios: cenário marcado pelo ultraje as instituições democráticas e desmonte do Estado, assistimos atônitos, em plena luz do dia, a redução dos direitos sociais; o exemplo mais claro dessa minimização é a nova reforma trabalhista que prioriza o negociado no lugar do legislado, no horizonte dessa reforma está o fim dos direitos tutelados na Consolidação das Leis Trabalhistas. A redução nos investimentos públicos visa instituir um Estado mínimo desmobilizando as políticas públicas de proteção e inclusão social.

Uma grande tragédia se desenha no horizonte da democracia brasileira, no entanto resistiremos. É necessário uma democracia que se construa a partir do enfrentamento; que lute contra todas as formas de reprodução das opressões, necessitamos de cidadãos que lutem pela manutenção dos seus direitos e pela derrubada do governo golpista que se instaurou no país em 2016 e pelo seu consequente resultado que gerou a eleição de Jair Bolsonaro, eleito com um projeto conservador que visa minimizar, quiçá destruir os direitos e garantias sociais conquistados à duras penas ao longo dos últimos anos.

A crise não representa o fim, mas sim o momento de reflexão, é preciso começar a refletir sobre novos rumos para o Brasil que passe por reformas estruturais na sociedade: uma reforma política que ponha fim as ditames empresariais, uma reforma agrária que priorize os sem-terra, expansão das redes de educação e saúde pública.

Nesse contexto, é válido reconhecer a importância da juventude aguerrida que vem se insurgindo, uma juventude filha da democracia, que celebra e luta pela direito à diversidade. Buscando transformação, liberdade e respeito essa nova geração não se cala frente aos ditames dos poderosos, não baixa a cabeça

segue: (re)sistindo, (re)invetando-se e (in)surgindo-se independente dos caminhos que tomarem a luta política.

A luta dos jovens nos faz acreditar que é possível mudar o país a partir de novas formas de fazer política, precisamos nos organizar para enfrentar o momento de crise que se desenha no horizonte da nossa democracia. A nova geração que está chegando à política é de muita luta, e tem potencial para assumir novos postos políticos construindo, dessa forma, espaços mais democráticos e coletivos de atuação. O caminho da resistência passa pela fisiologia da voz! É quando órgãos e sistemas, em sintonia, nos permitem gritar, quebrar o silêncio e entoar gritos de liberdade que se expandem e ecoam para fora dos muros da universidade e espaços formais de discussão. A resistência passa pela sensibilização da mulher negra, do morador da periferia, do cotista de escola pública, da comunidade LGBTQI+ e de todos: nenhum direito a menos! Talvez esse seja só um dos inúmeros caminhos de resistir, mas, com certeza, é uma das formas mais bonitas de lutar, mesmo diante de toda pluralidade, incerteza e crueldade da batalha.

Enfim, precisamos orientar todos os nossos esforços na tentativa de estancar o projeto de Jair Bolsonaro e seus correligionários; projeto antipopular antidemocrático e imoral. É um momento delicado de nossa história, mas não podemos desanimar e nem retroceder. A saída para esse momento é lutar por uma democracia cada vez mais consolidada, ativa e coletiva.

Resistiremos! Ninguém solta à mão de ninguém...

REFERÊNCIAS:

ALLI, Lira. É golpe e estamos em luta. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Org.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Um olhar jurídico-constitucional sobre a judicialização da política. In: RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes; BERARDI, Luciana Andrea Accorsi (orgs): **Estudos de direito constitucional**: homenagem à professora Maria Garcia. 2 ed. São Paulo: IOB, 2008, p. 254.

_____. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

CHAUÍ, Marilena. “A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo”. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Org.). **Por que gritamos golpe?:** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Presunção de inocência: direito fundamental e princípio constitucional no Brasil**. Disponível em:

<https://www.jota.info/?pagename=paywall&redirect_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/diretos-humanos-e-constituicao>. Acesso em 10 de julho de 2018.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. O judiciário frente á divisão dos poderes: um princípio em decadência? In: **Revista da USP**: São Paulo, n.12, 1994, p. 13-21.

ROMÃO, Luís Fernando de França. A politização do poder judiciário e as causas do ativismo judicial. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.12, n.1, 1º quadrimestre de 2017. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica- ISSN 1980-7791.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016, 144 p.

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (Org.). **Por que gritamos golpe?:** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.